



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**ARMANDO PERES QUINTAS NETO**

**MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM PERNAMBUCO: Atuação da ASPAN entre os  
anos 1979 – 2019**

Recife

2021

ARMANDO PERES QUINTAS NETO

**MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM PERNAMBUCO: Atuação da ASPAN entre os  
anos 1979 – 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Área de concentração:** Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Orientador:** Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

Q7m Quintas Neto, Armando Peres.  
Movimento ambientalista em Pernambuco : atuação da ASPAN entre os anos  
1979-2019 / Armando Peres Quintas Neto. – 2021.  
128 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2021.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Meio ambiente. 2. Ambientalismo - Pernambuco. 3. Sustentabilidade. 4.  
Associação Pernambucana de Defesa da Natureza. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura  
de (Orientador). II. Título

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-221)

Armando Peres Quintas Neto

**MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM PERNAMBUCO:** Atuação da ASPAN entre os  
anos 1979 – 2019

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco como parte para obtenção do título de mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Data de defesa: 29/09/2021

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (**Orientador**)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Examinadora)  
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

---

Profa. Dra. Kátia Cristina Ribeiro Costa (Examinadora)  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Baqueiro Brandão (Examinador)  
Universidade Federal do Oeste da Bahia

*Ao porvir*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os erros que me fizeram chegar até aqui.

No departamento espiritual, agradeço ao universo em seus métodos e dinâmicas. Agradeço a força da Natureza, a força da floresta.

Agradeço a linhagem familiar, dos que vieram antes e que se expressam nos meus pais, irmão, irmã, sobrinha, tios, tias, primos, primas e todas as outras pessoas não categorizadas que são família. Agradeço a companheira por de fato ser e a enteada que me criaram “enquanto tudo estava rolando.”

Uma das coisas que melhor aprendi na vida é fazer amizade. As pessoas que posso chamar de amiga e amigo, deixo claro meu afeto e meu apreço. Alguns contribuíram materialmente para esse escrito e minha gratidão não cabe em uma nota, os momentos de aperreios, divididos na sala do grupo de pesquisa, nas mesas de bares ou até e por vezes, em momento que as pessoas nem sabiam que o faziam, estavam contribuindo direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço aos grandes mestres do conhecimento não acadêmico.

Agradeço aos Professores desde a terna infância até a orientação que desenvolvi com este escrito. Que tanto servem de inspiração no meu fazer diário.

Agradeço a generosidade da entidade que me possibilitou trazer sua história para animar e dar vida à teoria muitas vezes rígida.

Agradeço ao vácuo.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo. (SEALTH, 1854, p.2)

## RESUMO

Esta dissertação tem como preocupação central investigar a que se deve o atual estado de latência das entidades ambientalistas em Pernambuco? Questionamento que surge num contexto de retrocesso nacional das políticas ambientais, as quais, não se desvinculam das questões sociais. Nossos levantamentos nos levaram até a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), exemplo concreto do movimento ambientalista pernambucano que acumula 40 anos de trajetória (1979-2019) atuando como um dos expoentes da defesa do meio ambiente no estado. Nosso objetivo geral foi: compreender as ações das entidades ambientalistas no contexto socioambiental do estado de Pernambuco. Os objetivos específicos foram: 1 - Identificar a estrutura e as ramificações do movimento ambientalista em Pernambuco, 2 - investigar as ações da ASPAN ao longo de sua história, com destaque para o período 2000-2015 e 3 - avaliar a ideia da ASPAN funcionar como um “nó” da rede do movimento ambientalista pernambucano, abordando os seus avanços e desafios. Este trabalho se justifica dentro da perspectiva de atuação dessa entidade enquanto ator social coletivo, através da ação política e da educação ambiental tendo contribuído substancialmente para a defesa não só dos elementos da natureza, mas para a melhoria do meio ambiente pernambucano. Utilizamos como ferramentas de pesquisa entrevistas com membros da ASPAN, notícias do Diário de Pernambuco do ano de 1992, além da realização de um estado da arte sobre a temática. Constatamos a tentativa de articulação das entidades ambientalistas em Pernambuco, principalmente através do Fórum de Entidades Ambientistas de Pernambuco FEAPE, bem como, o protagonismo da ASPAN a partir da ECO-92 no cenário estadual. Em decorrência disto conseguimos perceber a relação entre o ambientalismo praticado no estado e o financiamento estrangeiro, relação que para a entidade se desestabiliza a partir dos anos 2000.

Palavras-chave: Ambientalismo; FEAPE; Cidades e comunidades sustentáveis; Produção responsável; Atores Sociais.

## ABSTRACT

This dissertation's concern above all is to investigate why the current latency state of environmental entities in Pernambuco carries on. And such a question arises in a context of a national setback of environmental policies, obviously bonded with social issues. Our surveys led us to the Pernambuco Association for the Defense of Nature (ASPAN - it stands for the abbreviation in Portuguese), a concrete example of the Pernambuco environmental movement that has a 40-year history (1979-2019) acting as one of the exponents of the environmental protection in the state. Our general objective was: understanding the actions of environmental entities in the socio-environmental context of the state of Pernambuco. The specific aims were: 1 - Identify the structure and ramifications of the environmental movement in Pernambuco, 2 - investigate the actions of ASPAN throughout its history, with emphasis on the period 2000-2015 and 3 - evaluate the idea of ASPAN functioning as a 'knot' in the network of the Pernambuco environmental movement, addressing its advances and challenges. This work justifies itself within the perspective of the performance of this entity as a collective social actor, through political action and environmental education, having contributed substantially to the defence not only of the elements of nature but for the improvement of the Pernambuco environment. We used as research tools: interviews with ASPAN members, pieces of news from the *Diário de Pernambuco* in 1992 (it makes up a prominent newspaper in the referred Brazilian state), and in addition, conducting a state-of-the-art on the subject. We verified the attempt to articulate environmental entities in Pernambuco, mainly through the Pernambuco Forum of Environmental Entities FEAPE (it stands for the abbreviation in Portuguese), and the role of ASPAN from ECO-92 in the state scenario. As a result, we were able to perceive the relationship between environmentalism practised in the state and foreign funding, a relationship that for the entity became destabilized from the 2000s onwards.

Keywords: Environmentalism; FEAPE; Sustainable cities and communities; Responsible production; Social Actors.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Localização da área de estudo .....                                    | 60 |
| Figura 2 – Pernambuco – Mesoregiões .....   | 61 |
| Figura 3 - Referência Sociedade Ecológica Natureza Viva .....                     | 76 |
| Figura 4 – Blocos carnavalescos surfam a onda ecológica/92 .....                  | 76 |
| Figura 5 – Notícia sobre Cesar’s Park.....  | 80 |
| Figura 6 – Moradores de Suape e ambientalista querem discutir projeto da Enseada. | 80 |
| Figura 7 – Xenofobismo: Deputado critica Ibama.....                               | 81 |
| Figura 8 – Caesar Park: obras em 6 meses.....                                     | 81 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Entidades FEAPE.....                                  | 65 |
| Quadro 2 - Localização das Entidades participantes da FEAPE..... | 66 |
| Quadro 3 - Temáticas das Entidades participantes da FEAPE.....   | 66 |
| Quadro 4 - Notícias sobre ASPAN Jan/Jun - 1992.....              | 69 |
| Quadro 5 – Entrevistados da ASPAN (dados gerais).....            | 71 |
| Quadro 6 - Atuação da ASPAN – Escala Regional/Estadual.....      | 78 |
| Quadro 7 - Atuação da ASPAN – Escala Nacional.....               | 83 |
| Quadro 8 – Atuação da ASPAN – Escala Internacional.....          | 87 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Referências por mês Diário de Pernambuco JAN/JUN 1992 ..... | 68 |
| Gráfico 2 – Atores ambientais relacionado às notícias.....              | 69 |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Análise de unidade de registro – Diário de Pernambuco/92..... | 67 |
|--|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>AGAPAN</b>      | Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural                                     |
| <b>ANA</b>         | Agência Nacional de Águas.  |
| <b>APAC</b>        | Agência Pernambucana de Águas e Climas.   |
| <b>ASA</b>         | Articulação do Semiárido  |
| <b>ASW</b>         | <i>Action Solidary World</i> (Ação Mundo Solidário)                                   |
| <b>ASPAN</b>       | Associação Pernambucana de Defesa da Natureza.  |
| <b>BID</b>         | Banco Interamericano de Desenvolvimento   |
| <b>CENDHEC</b>     | Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social                                     |
| <b>CEIC</b>        | Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte                            |
| <b>CEPAL</b>       | Comissão Econômica para América Latina e Caribe                                       |
| <b>CIMI</b>        | Conselho Missionário Indigenistas.  |
| <b>CNUMAD</b>      | Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento.                   |
| <b>CONSEMA/PE</b>  | Conselho Estadual de Meio Ambiente  |
| <b>CPT</b>         | Comissão Pastoral da Terra.   |
| <b>EMBRAPA</b>     | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.  |
| <b>FAO</b>         | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura                      |
| <b>FCMA</b>        | Fórum de Comunidades para o Meio Ambiente   |
| <b>FBOMS</b>       | Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| <b>ICCO</b>        | Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento.                   |
| <b>IUCN</b>        | União Internacional para Conservação da Natureza                                      |
| <b>IUPN</b>        | União Internacional para Proteção da Natureza.  |
| <b>PNUMA</b>       | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente                                       |
| <b>RIOD/ALC</b>    | Rede Internacional de ONGs sobre Desertificação/América Latina e Caribe               |
| <b>SNE</b>         | Sociedade Nordestina de Ecologia  |
| <b>RIOD/Brasil</b> | Rede Internacional de ONGs sobre Desertificação/Brasil                                |
| <b>ONU</b>         | Organização das Nações Unidas   |
| <b>UNESCO</b>      | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura                  |

**WWF**

World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

|            |  |            |
|------------|--|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>17</b>  |
| <b>2</b>   | <b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....   | <b>22</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>Meio Ambiente, Conflitos e Justiça Ambiental</b> .....                                | <b>22</b>  |
| 2.1.1      | Do meio ambiente .....   | 22         |
| 2.1.2      | Dos conflitos socioambientais.....   | 25         |
| 2.1.3      | Da [in]justiça ambiental .....   | 28         |
| <b>2.2</b> | <b>Aspectos Socioespaciais e Movimento Ambientalista</b> .....                           | <b>33</b>  |
| 2.2.1      | Ambientalismo em movimento .....   | 35         |
| 2.2.2      | Movimento ambientalista no mundo.....  | 39         |
| 2.2.3      | Movimento ambientalista na América Latina .....  | 43         |
| <b>2.3</b> | <b>Utopia, Redes e Saber Ambiental</b> .....   | <b>50</b>  |
| <b>3</b>   | <b>METODOLOGIA</b> .....   | <b>54</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>Método</b> .....  | <b>54</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Objeto e Área da Pesquisa</b> .....   | <b>57</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>Procedimentos Metodológicos</b> .....   | <b>62</b>  |
| <b>4</b>   | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....  | <b>73</b>  |
| <b>4.1</b> | <b>A Importância da FEAPE para o Ambientalismo pernambucano</b> .....                    | <b>73</b>  |
| <b>4.2</b> | <b>Força Verde: Protagonismo Pós-Rio 92</b> .....  | <b>79</b>  |
| <b>4.3</b> | <b>Ambientalismo no Século XXI</b> .....   | <b>89</b>  |
| <b>5</b>   | <b>ENCRUZILHADA DO TEMPO</b> .....   | <b>95</b>  |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>97</b>  |
|            | <b>APÊNDICE A – Pesquisas Entidades Ambientalistas Pernambuco</b> . ....                 | <b>101</b> |
|            | <b>APÊNDICE B – Parecer Comitê de Ética e Pesquisa</b> .....                             | <b>103</b> |
|            | <b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento Entrevistado A</b> .....                          | <b>107</b> |
|            | <b>APÊNDICE D – Termo de Consentimento Entrevistado B</b> .....                          | <b>109</b> |
|            | <b>APÊNDICE E – Roteiro para Entrevista com Membro da ASPAN</b> .....                    | <b>111</b> |
|            | <b>APÊNDICE F – Atuação de Grupos Locais 1992</b> .....                                  | <b>112</b> |
|            | <b>APÊNDICE G – Carta de Anuência da ASPAN</b> .....                                     | <b>113</b> |
|            | <b>ANEXO A – Estatuto da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN)</b> ..... | <b>114</b> |
|            | <b>ANEXO B – Relação com a Associação Amigos da Mata do Engenho Uchôa</b> . ....         | <b>121</b> |
|            | <b>ANEXO C – Entidades participantes da FEAPE</b> .....                                  | <b>122</b> |
|            | <b>ANEXO D – Reflexões sobre SUAPE</b> .....   | <b>126</b> |
|            | <b>ANEXO E – Jornal Ambientalista do Nordeste</b> .....                                  | <b>127</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>ANEXO F – Representação da ASPAN no CONAMA.....</b> | <b>128</b> |
|--|------------|

## 1 INTRODUÇÃO

Nenhum combustível queima mais forte do que a angústia causada pela atual situação ambiental no Brasil e no mundo, neste início de século. Essa pesquisa representa um tijolo colocado no muro das lutas e resistências ambientais. Lutas que se iniciam junto com a história da presença europeia no território hoje conhecido como Brasil, visto que os povos indígenas nunca deixaram de resistir frente à invasão dos seus territórios.

Falar de movimento ambientalista é falar de ações de processos que se iniciaram muitas vezes sem esse rótulo, que nasceram da necessidade e vontade de resistência para poder sobreviver, possuindo, em sua verve, a defesa dos seus territórios e dos seus modos de vida. O que nos remete à preservação no sentido *latu* do termo.

Com o apoio do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente – PRODEMA – UFPE, esta pesquisa busca responder às seguintes questões: a que se deve o aparente estado de latência do movimento ambientalista pernambucano? Qual o perfil atual desse movimento? Que papel a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) tem/teve no ambientalismo pernambucano? Existe movimento ambientalista em Pernambuco?

Atualmente, o movimento ambientalista pernambucano acha-se tão fragmentado quanto a própria natureza objeto das suas ações. É com o intuito de lançar luz sobre as ligações existentes entre as entidades envolvidas na resistência contra a destruição da natureza, que empreendemos o esforço para estabelecer marcos relevantes aos estudos do movimento em epígrafe, percebendo o restabelecimento das ligações necessárias.

Esta ideia se ancora na perspectiva de Melucci (2002), a qual os movimentos sociais dentro de um *continuum* temporal transitam entre a fase de visibilidade e a de latência. Nesta segunda, os atores individuais e coletivos, olham para dentro, perfazendo um momento de reorganização, de vivências interpessoais e de restabelecimento dos laços de solidariedade, podendo levar a um novo ciclo de evidência, muitas vezes, associado à ação em protestos públicos.

Olhando sob este prisma é necessário partir da impressão de perda do protagonismo do movimento ambientalista em Pernambuco, frente à ocorrência de outras manifestações de grande mobilização a nível nacional como as jornadas de junho de 2013 e, a nível local, o movimento Ocupe Estelita, entre outras ações, para caracterizar a priori o possível estado de latência.

Retrocedendo historicamente em busca de um momento que o ambientalismo se encontrou em estado de evidência na Região Metropolitana do Recife, depara-se com o período

de atuação da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), entidade sem fins lucrativos que, desde 1979, atuou de diferentes formas junto à luta pela conservação da natureza e, por conseguinte, por um ambiente equilibrado. A longevidade e a escala de atuação da associação denotam sua relevância não só na denúncia e resistência à destruição do meio ambiente, mas também na formação e organização de grupos que buscavam lutar a partir dos seus próprios territórios.

Os chamados novos movimentos sociais (por pleitearem questões de gênero, direitos civis, antinuclear, preservação da natureza, etc.) têm sua gênese na década de 1960 e seu epicentro em países da Europa Ocidental. O movimento ambientalista congrega uma imensa constelação de entidades (Organizações Não Governamentais, associações de pessoas para os mais diversos fins, entidades governamentais e religiosas, grupos de pesquisa, filantropos, etc.). Suas lutas e conquistas foram fundamentais para alertar o mundo sobre como as práticas ditas ideais e os ideais ditos práticos geram passivos destrutivos sobre os habitantes do planeta. Nesta perspectiva, salienta-se a extinção de inúmeras espécies de seres vivos, a diminuição da cobertura vegetal, acidentes ambientais como Chernobyl e vazamentos de óleo, as ilhas de lixo nos oceanos, fatos que contribuem para as alterações climáticas que vitimizam muitas pessoas, principalmente em países pobres dos trópicos, cuja situação de vulnerabilidade faz-se significativa.

Diante disso, pautas ambientais foram incorporadas a planos de governo, absorvidas por grandes empresas, introduzidos nos currículos escolares, e viraram datas comemorativas nos calendários ao redor do mundo a exemplo do “verdejar” abordado por Castells (1999). Parecia que tudo daria certo e que os governos tomariam consciência dos impactos da problemática ambiental na perspectiva da ascensão rumo ao desenvolvimento sustentável tão propalado nas últimas duas décadas pelo establishment. Contudo, infelizmente, não foi isso que ocorreu.

É fato notar que as práticas dos grupos pioneiros do movimento ambientalista foram responsáveis por gerar a maré de conscientização e por estabelecer a cultura ecológica definitivamente nos mais variados nichos. Porém, quando se abordam os diferentes pontos da problemática ambiental, traz-se à tona um campo de tensões entre atores sociais que têm sua lógica de ação orientada pelos interesses mais diversos, implicando em visões diversas de meio ambiente. O problema faz-se presente quando uma lógica economicista, portanto simplista, impõe-se sobre as demais, transformando em mercadoria tudo o que encontra à sua frente com vistas a gerar riquezas.

Deve-se considerar, por outro lado, a própria natureza como totalidade e singularidade que em sua dinâmica é ao mesmo tempo atriz, palco e espectadora nessa peça caótica do mundo.

As estratégias desenvolvidas pelo capital hegemônico internacional buscaram formas de acomodar-se e contornar as “barreiras ambientais” às suas práticas. Em alguns casos, isso aconteceu subvertendo mecanismos de defesa e compensação ambiental, barganhado com os países pobres, em troca de aliviar suas dívidas externas, continuando a produzir sem alterar os custos e, por conseguinte, os lucros das grandes empresas internacionais.

Acredita-se que a ASPAN pode ter sido de fundamental importância não só como incentivadora dos grupos ambientalistas em Pernambuco, como também para o desenvolvimento de uma rede de entidades e organizações ambientalistas no estado, sendo, portanto, um nó fundamental para a interligação dos diversos grupos envolvidos de maneira multiescalar.

Nossa pesquisa parte, portanto, da experiência da ASPAN, buscando enxergar suas inter-relações com outras entidades que se reconhecem como de caráter ambiental e que têm atuado levando em consideração as mudanças no tipo de associativismo e de comunicação, bem como considerando os seus momentos históricos e políticos. Observa-se o período de 2000 a 2015 para analisar as possíveis influências em prol das causas ambientais e suas relações com os governos progressistas nas escalas federais e estaduais.

As questões no que tange à relação entre modos de produzir e pensar o futuro e à utilização/distribuição dos recursos pelos/para os povos apresentam extrema assimetria, aprofundando as desigualdades socioambientais quando guiadas pelos ditames do neoliberalismo. A hegemonia dos países do Norte sobre os países localizados em suas regiões de influência impede a autonomia destes últimos, pois são reféns da barganha tecnológica, bem como de dívidas externas que se renovam ano a ano. Este contexto é uma faceta do atual período da internacionalização, chamado globalização, em que técnica e informação são hegemônicas, sendo utilizadas para “escanear” as potencialidades dos seus territórios. Isso acontece de maneira orquestrada pelo capital internacional que age de forma vertical, instigando tanto a “guerra dos lugares” quanto os movimentos de resistência. (SANTOS, 2003)

O jogo político-econômico acima colocado termina por fazer ascender uma camada de atores oriundos da elite agroindustrial, que, historicamente aliada ao capital internacional, coloca seus fins econômicos como principal pauta política. Isso acontece de forma sincronizada e articulada com os citados atores, no meio ambiente urbano, a exemplo da atuação do Complexo Fundiário, Imobiliário, Comercial e Financeiro (CFICF)<sup>1</sup> que orienta o crescimento de cidades cada vez mais segregadoras, onde as questões de infraestrutura básica, acesso à

---

<sup>1</sup>Castilho (2019)

moradia, educação e saúde ainda estão longe de serem atendidas de forma satisfatória. E é claro que o poder público tem desempenhando papel relevante neste contexto, na medida em que vem fazendo valer os interesses do CFICF.

Tal racionalidade conflita com os grupos da sociedade que defendem outras perspectivas de construção ambiental dos territórios por eles vividos e experienciados. Tratam-se, por exemplo, dos conflitos socioterritoriais que apresentam inúmeras variáveis, de acordo com o contexto social, cultural, natural, econômico e político do lugar onde a problemática ambiental acontece. Além destas variáveis, os movimentos ambientalistas também se distinguem segundo as especificidades dos países onde ocorrem, centrais ou periféricos, o que se deve às consequências históricas de séculos de exploração e expropriação produzindo passivos positivos e negativos.

Os referidos movimentos buscam, portanto, estabelecer pensamento e ações movidos por uma ética diferente para lidar com a natureza, suscitando, como acentua Leff (2001), a construção de uma racionalidade ambiental. Esta contém, em seu germen, a proposta de uma mudança não só ao nível da produção, mas, ao mesmo tempo, ao nível do processo civilizatório vindouro, sem preterir dos avanços científicos adquiridos, através do diálogo com os diversos saberes tradicionais. O caminho para um avanço real no debate ambiental repousa, ao nosso ver, nos princípios aqui introduzidos e o movimento ambientalista ainda é um elemento com potencial capacidade de atuação e mobilização social e política.

Elegemos então, como objetivos específicos: 1 - Identificar a estrutura e as ramificações do movimento ambientalista em Pernambuco, 2 - investigar as ações da ASPAN ao longo de sua história, com destaque para o período 2000-2015 e 3 - avaliar a ideia da ASPAN funcionar como um “nó” da rede do movimento ambientalista pernambucano, abordando os seus avanços e desafios. Para interpelar o nosso objetivo geral que concerne em: compreender as ações das entidades ambientalistas no contexto socioambiental do estado de Pernambuco.

Estruturamos este escrito, tendo por início o debate conceitual que girará em torno da ideia de meio ambiente, cenário no qual ocorrem contatos e conflitos entre atores sociais que buscam produzir o meio segundo suas racionalidades, estas lógicas reproduzidas ao longo da história, resultam em determinados casos do que se chamam injustiças ambientais, sendo estes, os temas desenvolvidos na primeira parte.

A segunda parte continua o debate teórico trazendo autores relevantes sobre os “Aspectos Socioespaciais e o Movimento Ambientalista” que buscará abordar as principais vertentes deste movimento em escala mundial, continental e nacional, visando traçar as principais influências para o movimento ambientalista no estado de Pernambuco, tendo como

ideia norteadora o papel que esta categoria da sociedade presta à defesa da natureza e a melhoria das condições do meio ambiente humano, através da reflexão às práticas produtivas vigentes local e globalmente.

A última sessão do debate conceitual é intitulada “Utopia, Redes e Saber Ambiental” três conceitos que se relacionam diretamente com as práticas ambientalistas e que ao nosso ver figuram como fundamentais na concepção sobre as ações sociais que anseiem por mudanças radicais da realidade que critica.

Na parte três, a metodologia de nossa investigação é abordada, trazendo o método, que busca se aproximar da dialética, o objeto a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN, a área de pesquisa que se dá em Pernambuco sobretudo na Região Metropolitana de Recife, além dos procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos.

As reflexões ocorrerão na parte quatro, que por sua vez se subdivide em três tópicos, são eles: a Importância da FEAPE para o ambientalismo pernambucano, força verde: protagonismo pós-Rio 92 e ambientalismo no século XXI. Essas três partes buscam abordar os objetivos específicos supracitados e discutir sob a luz dos dados levantados elementos que nos levem a reflexão do objetivo geral.

As considerações de fechamento deste trabalho chamam-se “Encruzilhadas do tempo”, pois acredita-se que todo fim é um começo. Esse título visa chamar atenção para o momento histórico que as ações sociais se encontram, no Brasil e no mundo, onde é fundamental a reflexão acerca da essência que compõe e da chama que anima cada enfrentamento para que haja coragem para continuar lutando de forma coerente e efetiva.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Meio Ambiente, Conflitos e Justiça Ambiental

#### 2.1.1 Do meio ambiente

O estabelecimento de um percurso teórico acerca do meio ambiente é uma pedra fundamental para ancorar o debate. A ideia que repousa sobre a complexa tarefa de debater o que é Meio Ambiente, ao nosso ver, um dos cerne da atual crise ambiental e, por conseguinte, do ambientalismo. A noção de Meio Ambiente é comumente entendida como sinônimo de natureza; porém, associado aos elementos naturais, acham-se os homens e as mulheres enquanto espécie e para além, remontando à ideia de realidade.

Como acentua Geraldino (2014), faz-se necessário distinguir o que é o meio ambiente levando-se em conta três formas de existência, ou seja, em suas palavras, tipos de ser. Os seres não viventes, os seres vivos e os seres conscientes, repousando sobre cada um deles, bem como sobre a forma como estão posicionados no meio ambiente, sua definição e o conjunto de relações estabelecidas. Os seres humanos, por sua paradoxal liberdade, são obrigados a se posicionarem no espaço onde se encontram, o qual está inscrito de símbolos sedimentados por camadas culturais. O aspecto cultural permite ao gênero humano agir sobre o meio, transformando, portanto, o ambiente para só se configurar como tal quando dotado de um fim. O meio ambiente encerra em si um símbolo de algo que atravessou gerações, bem como o projeto de vir a ser, o meio é justamente a condição necessária para esse movimento. Como ele mesmo conclui, “Dessa forma, podemos dizer, em síntese, que *meio ambiente e consciência* são as faces de uma moeda chamada *realidade*.”<sup>2</sup>

Neste interim, percebe-se a complexidade do debate acerca da questão ambiental no contexto mundial, pois cada arranjo cultural está atrelado a uma história de ações e movimentos entre a sociedade e o seu meio. No Ocidente colonizado prevalece a base constituída a partir do Iluminismo europeu, chamado paradigma cartesiano-baconiano (PELIZZOLI, 2007) pela qual se estabelecia a crença de que o homem (europeu) recebeu a outorga divina para completo usufruto dos elementos da natureza (flora, fauna e povos considerados subgrupos humanos), aliada à romantização de que a burguesia emergente no século XVIII propagou e praticou

---

<sup>2</sup> GERALDINO (2014, p. 412) Grifos do autor.

arregimentando a desnaturalização do homem e concomitantemente a artificialização da natureza, o que é bem ilustrado pela analogia do relógio.

Vale a pena fazer referência aos saberes ancestrais dos povos originários que habitavam o Continente Americano antes das invasões estrangeiras, mas que foram preteridos pelos europeus. Muito embora eles tenham resistido aos séculos de tentativas de aniquilação, razão pela qual sua base vem sendo acionada e, portanto, ganhando força no meio acadêmico, como clara alternativa de oposição às concepções alienígenas cada vez mais danosas e carentes de sentido. Ilustra-se esse antagonismo com a fala de Krenak (2019, p. 49): “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para se tornarem resíduo da atividade industrial e extrativista”.

A noção de meio ambiente faz referência a características naturais e artificiais necessárias à sobrevivência de determinada espécie. É importante ressaltar que o uso deste termo para se referir a todo o planeta Terra é um reducionismo antropocêntrico, pois há milhares de meios ambientes com as mais diferentes espécies que podem ou não coincidir com locais habitados por pessoas. Neste sentido, é possível falar de ambiente como sinônimo de natureza.

Portanto, o respeito apenas ao ambiente no sentido estrito (antropocêntrico), equivocadamente confundido com o meio ambiente humano, limitar-se-ia aos elementos conhecidos da natureza que são indispensáveis para o sistema social produtivo humano e para a sobrevivência da espécie humana, tanto local quanto planetariamente. É, portanto, a capacidade do homem de pensar a natureza, pensada em seu sentido amplo (envolvendo todas as espécies conhecidas), que lhe permite pensar todos os meios ambientes compondo o ambiente. (DULLEY, 2004, p. 20).

O que fica claro nas visões apresentadas apontando para a distinção entre os termos ambiente e natureza é a presença humana no sentido de sua capacidade de raciocinar dotando a natureza de significado, comportamento que se desdobra na valoração dos elementos ambientais, tanto pelo sistema simbólico de uma população que vive em determinado meio ambiente como pelo sistema econômico.

O intermédio entre o homem e o meio é dado pela técnica. A evolução da técnica como previamente se abordou é o fator fundamental para o gradual afastamento das sociedades na medida em que o acesso aos aparatos técnicos modernos se dá. Decorrendo disso, a inserção no mercado mundializado acontece na medida em que os atores hegemônicos são atraídos pelos lugares que apresentam potencialidades para a geração de riquezas. Segundo Santos (2006), uma premissa básica é que “[...] não existe meio ambiente diferente de meio”, ou seja, a natureza que é permeada por objetos posicionados estrategicamente acaba sendo artificializada e

homogeneizada. É possível notar confluência e complementaridade nas ideias dos autores trazidos à reflexão, que se ancoram numa perspectiva crítica da relação homem-natureza, revelando-nos a trilha para perceber e pensar a crise ambiental contemporânea. Ainda segundo Santos (2006), “O que hoje se chama de agravos ao meio ambiente, na realidade, não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem ao meio visto em sua integralidade”.

Quando se considera a esfera institucional, o foco deve ser, antes de tudo, atraído para o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), promulgada em 1988. Documento concebido sob o espírito da reabertura democrática do Brasil após vinte e um anos de governo autoritário, que teve a marca popular traduzida nas assembleias realizadas para consulta e debate dos princípios a serem inclusos na nova Constituição.

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p. 131).

O texto supracitado corresponde à principal lei que tem como objetivo nortear a política ambiental brasileira, porém, neste não há indicativo claro do que venha a ser reconhecido definitivamente como meio ambiente no documento, o que poderia deixar lacunas para interpretações individuais quando questões relacionadas à defesa das funções/características naturais venham à tona.

A análise segue o raciocínio de que a referência à população ou ao corpo social do país, dado o uso do pronome indefinido “todos”, aponta para o entendimento do termo meio ambiente como meio ambiente humano, sendo a natureza submetida a este uso como condicionante para o bem estar humano. Em texto normativo anterior, lei 6.938 de 1981, que abordava a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a temática estava diretamente considerada no artigo 3º, referindo-se à definição do que se compreendia como meio ambiente, visando à aplicação do referido regimento. Deste modo, tem-se o seguinte: “Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981).

Por levar em consideração fatores bióticos e abióticos e colocar como pilares principais as diferentes formas de vida, esta concepção de meio ambiente se aproxima de uma visão holística da relação homem-meio. Ao abordar a visão constitucional sobre determinado conceito ou tema, alude-se a visão e concepção que deveria nortear as ações dos gestores das

mais diferentes instâncias do poder público antes da tomada de decisões e elaboração das políticas públicas, garantindo a defesa, o acesso e a continuidade dos elementos que compõem o ambiente no nosso país.

O que se vê, no entanto, é o desmonte criminoso e o desrespeito à legislação ambiental no Brasil, às vezes considerando as lutas pela causa ambiental como ações criminosas. Os desequilíbrios gerados pelo desrespeito à legislação, somados às relações insidiosas entre capital e política no Brasil, acabam favorecendo os atores hegemônicos, gerando assim os conflitos socioambientais em todo o território brasileiro.

### 2.1.2 Dos conflitos socioambientais

O ambiente, meio de vida das diversas espécies existentes, perscrutado pela técnica, teve como resultado a valoração dos seus elementos etiquetados em prateleiras. A racionalidade produtiva industrial tem como uma de suas práticas fundantes em relação à natureza, o fechamento das terras comuns na Europa, mais precisamente no Reino Unido e na França do século XVIII, gerando uma massa de despossuídos sem-terra, que, desprovidos de meios de produção, passavam a ter como alternativa sua instalação nas cidades a fim de venderem sua força de trabalho para a indústria que tomava cada vez mais corpo nos espaços urbanos. Durante o furor mercantilista, grandes quantidades de elementos da natureza foram tomados e exportados das colônias tropicais, ao custo de muitas vidas e da subalternização de culturas milenares. A história da civilização ocidental é, assim, argumenta Huberman (1981), uma história de conflitos.

A representação simbólica do cercamento de áreas por grupos sociais que, material e imaterialmente, buscam dominar o território, nos impele a considerar a dimensão espacial na discussão. Segundo Souza (2000, p. 86), a territorialidade dos processos sociais deve ser compreendida como

[...] um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

O território como um meio ambiente, tecido por diferentes atores sociais constitui um pilar fundamental para esta pesquisa, na medida em que constitui, portanto, lugar dos conflitos socioambientais. Este campo, segundo Ascelrad (2004), é de difícil caracterização, sobretudo

pela complexidade das suas especificidades. Para este autor, ainda, tais eventos devem ser apreendidos por quatro dimensões constitutivas: apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais. Dialogando com essas premissas, destaca-se a conceituação de Svampa (2016, p. 143) para fundar nossa argumentação:

Entendemos por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso, à conservação e a controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder. As linguagens de valoração divergentes em relação aos recursos naturais se referem ao *território* (compartilhado ou a intervir) e, de maneira mais geral, ao meio ambiente, em relação à necessidade de sua preservação ou proteção.

Os movimentos ocorridos na escala global, iniciados após a Conferência de Estocolmo em 1972, respaldados pelo Relatório Brundtland de 1987, pelos debates da Rio-92 e pelas reuniões do Fórum Social Mundial, aguçaram a percepção da crise ambiental que se avizinhava. Além disso, eles sensibilizaram a sociedade brasileira no sentido da consciência dos impactos negativos da modernização econômica do pós-guerra, fazendo emergir os atores antes invisibilizados que lidavam com o passivo ambiental, cultural e social acumulados até então.

Os eventos acima citados trouxeram para pauta além da questão ambiental a ideia de desenvolvimento sustentável. Termo que foi “desgastado ideologicamente e esvaziado de sentido” (MORENO, 2016, p. 263) ao longo dos anos 2000, o que aconteceu em função do seu uso indiscriminado pelos grandes veículos comerciais de comunicação. Em outras palavras, o termo foi cooptado pelas grandes corporações com a finalidade de criar produtos com selos verdes, visando atingir um público sensível à questão.

Foi, portanto, neste contexto, que se retomou a atenção para os conflitos socioambientais, constituindo “[...] uma janela privilegiada para abarcar duas questões tão imbricadas, tão complexas e tão intimamente associadas, como são na atualidade o desenvolvimento e o meio ambiente”. (SVAMPA, 2016, p. 143). O aprofundamento desse debate e a busca de novos encaminhamentos para as questões relativas à cegueira da economia política suscitaram o retorno da perspectiva de uma ecologia política.

Situando-se no campo de estudos dos conflitos distributivos, através de casos ocorridos em localidades rurais, nos anos 1980, presenciou-se o alinhamento dos movimentos ambientalistas com os movimentos sociais visando estimular um debate para o enfrentamento profícuo da crise ambiental (MUNIZ, 2009). Compreende-se esse alinhamento como uma forma de resistência social à degradação ambiental, bem como um instrumento de denúncia dos custos ecológicos etéreos à economia de mercado. Trata-se, assim, de um campo teórico em

construção, que vem contribuindo fortemente para o estabelecimento de outra racionalidade produtiva, baseada na sustentabilidade ecológica, equidade social e diversidade cultural (LEFF, 2001).

A reflexão de Martínéz-Alier (2018) ressalta um aspecto importante sobre a localização dos conflitos socioambientais. Nas primeiras pesquisas estudaram os conflitos localizados onde havia fontes evidentes de recursos, ou seja, nas zonas rurais, onde se localizavam as nascentes de rios, onde as territorialidades encontravam-se arraigadas ao solo e em qual lugar se dava a ocupação da terra para exploração econômica de suas riquezas de forma descontrolada e, muitas vezes, criminosa.

O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como sistema de suporte a vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e qualidade do solo. No entanto também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. (MARTÍNEZ-ALIER, 2018, p. 113).

Na medida em que se afunila a abordagem do ambiente, acredita-se que seja importante chamar a atenção, corroborando com as ideias supracitadas, para o fato dos conflitos estudados pela ecologia política estarem se deslocando para os estudos urbanos. Isso tem acontecido através de estudos realizados nas grandes cidades. Considerando a história de desregulamentação fundiária no urbano brasileiro, demonstraram-se casos das consequências da apropriação privada dos ventos marítimos (CASTILHO & TEIXEIRA, 2016), (TEIXEIRA & QUINTAS NETO, 2018) e dos conflitos socioambientais na bacia do Pina em Brasília Teimosa (VASCONCELOS, 2011), ambos acontecidos em Recife município central da nossa área de estudo.

É importante pontuar também a relação entre a concepção de meio ambiente trazida no artigo 3º da lei 6.938 de 1981 e a apresentada na citação acima. Ambas compreendem o ambiente como sistemas de suporte à vida, ou seja, que para se viver bem dever-se-á ter acesso, pelo menos, às condições ambientais mínimas, seja de origem natural, seja de organização humana. Em Martínéz-Alier (2007), há indicação de que os problemas de distribuição podem ocorrer não só por fatores de origem natural, mas, ao mesmo tempo, por fatores “sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos”. Essa aproximação diz muito sobre o mundo ideal, sobre o mundo possível e sobre o mundo real, levando em conta o papel do Estado com relação à questão ambiental e aos conflitos em epígrafe.

Reconhece-se, desse modo, que no âmbito do vasto escopo de possibilidades em termos de abordagens da crise ambiental, destaca-se como fator primordial a desigualdade de acesso ao conteúdo do meio ambiente historicamente tecido pelos homens e pelas mulheres no mundo como condição ao “bem viver” (ACOSTA, 2016). A desigualdade, por tanto sempre aciona os referidos conflitos os quais colocam em oposição atores com demandas oriundas da diversidade dos arranjos perversos entre sociedade e natureza.

É no âmbito do contexto acima colocado que emerge a ideia da justiça ambiental como ferramenta de análise e prática sociais, auxiliando-nos a perceber o que pode acontecer para além da história vigente, identificando as causas sociais, política e econômicas da questão ambiental e as perspectivas de transformá-las.

### 2.1.3 Da [in]justiça ambiental

Assim como luz e sombra, todo aspecto que se relacione à justiça espelha uma injustiça. Há algo além da oposição maniqueísta, algo de complementaridade, que permeará sempre os conceitos. Em certos casos, algo visto como injusto tem causas remotas, antigas, movimentos iniciados por agentes que sequer estão presentes, mas que a consequência de suas ações impacta de forma direta e indireta seres vivos em lugares distintos. Discorrer-se-á a seguir sobre como esta visão dialoga com as demais até aqui abordadas, bem como com os pilares do movimento ambientalista nos países situados no Sul do mundo.

O termo justiça ambiental é trabalhado de forma seminal nos escritos de Martínez Alier (2018), transcendendo as próprias situações de conflitos ambientais, materializando uma das principais correntes ecologistas existentes. A expressão, também conhecida como ecologismo dos pobres, considera situações que a estrutura socioeconômica vigente relega a determinadas populações os passivos ambientais necessários para que outra camada da sociedade desfrute de benefícios, sejam eles estéticos, produtivos, ou de uso.

O primeiro ponto que se quer trazer para a argumentação refere-se à oposição Sul-Norte do ponto de vista geoeconômicos, na qual repousa o aspecto produtivo mundializado pelo que

[...] desgraçadamente o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos. Neste sentido observamos que países industrializados dependem de importações provenientes do Sul para atender parcela crescente cada vez maior das suas demandas por matérias-primas e bens de consumo. (MARTÍNEZ ALIER, 2018, p. 33-34.).

Contextualizando a fala acima no âmbito da escala geográfica, nota-se claramente que a relação parte dos centros de poder mundial localizados regionalmente no Hemisfério Norte, com o intuito de manter sua lógica hegemônica de produção e preservar os estoques de natureza que ainda lhes resta. Aqui se sinaliza a complexidade que ronda o tema justiça ambiental, visto que, em certa medida, as ações dos atores, em alguns países, se devem à estratégias bem sucedidas dos atores locais transformadas em políticas de preservação e regulação.

A demanda dos países do Norte aguça o apetite por destruição no Sul. Os atores econômicos locais avançam sobre os elementos da natureza, transformando-os em *commodities*, ao mesmo tempo em que importam o padrão de desenvolvimento estrangeiro como alternativa de resolução dos problemas locais, que nunca chegam e, comenta-se, nem chegarão. Enfim, a única coisa que se desenvolve neste contexto é a mentalidade colonial praticada no Sul desde o século XVI. Nas palavras de Acosta (2019, p. 58),

[...] o desenvolvimento, enquanto reedição dos estilos de vida dos países centrais, é irrepetível em nível global. Tal estilo de vida consumista e predador, ademais, está colocando em risco o equilíbrio ecológico. E, cada vez mais, *marginaliza* massas de seres humanos de suas supostas vantagens.

Destaca-se na frase acima o termo “marginaliza”, pois, este é central para compreender o referencial teórico. Os conflitos socioambientais e a justiça ambiental estão fortemente relacionados com a distribuição e o acesso a elementos ambientais. A história colonial a que o Continente Americano foi sujeitado teve como resultado, entre outras mazelas, a permanência da enorme desigualdade social que se configura na marginalização de determinados grupos sociais no campo e na cidade.

Os estudos desenvolvidos no campo da ecologia política proporcionam a percepção de grupos que foram historicamente relegados a lidar com uma carga desproporcional de consequências ambientais negativas, resultantes de um processo de “apropriação destrutiva, gerada por uma racionalidade produtiva antinatura” (LEFF, 2001, p.69), caracterizando assim um tipo de injustiça ambiental, que, em termos de definição, pode ser compreendido como

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (FREITAS, BARCELLOS e PORTO, 2004, p. 249).

É deste estado de discrepância que, pressionados pelos movimentos socioambientais, buscar-se-ão maneiras compensatórias dos impactos ambientais e a garantia de que nenhum

grupo minoritário seja preterido das benesses do crescimento. Em alguns casos, esse termo refere-se à representação política e não ao quantitativo populacional, tal como pensa Martínez Alier (2018) sobre a África do Sul. Colocados em condição de marginalidade – por fatores étnicos, sociais, raciais, de classe ou de gênero – os povos se encontram submetidos à injustiça ambiental. Em outros termos, impactos negativos resultantes de atividades e/ou decisões políticas e econômicas de ordem privada, federal, estadual ou municipal, acontecem “[...] assegurando assim tanto acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país, quanto acesso amplo às informações relevantes que lhe dizem respeito e favorecem a constituição de movimentos e sujeitos coletivos...”. (FREITAS, BARCELLOS E PORTO, 2004, p. 249)

Tem-se, assim, a amplitude que pode ser dada ao termo, ratificando a característica transdisciplinar dos estudos ambientais. No entanto, o avanço do debate, no campo dos movimentos sociais, mais especificamente no do movimento ambientalista, fornece-nos informações que devem ser levadas em conta.

O movimento pela justiça ambiental, ambientalismo dos pobres, tem sua origem comumente associada ao movimento contra o racismo ambiental, direcionado às comunidades afrodescendentes, indígenas e latinas, que eclodiram nos Estados Unidos entre as décadas de 1980 e 1990. De fato, o movimento de combate às práticas de racismo ambiental surgiu a partir de lutas por justiça ambiental, de acordo com casos específicos analisados por um prisma local.

Esta história remonta aos movimentos por direitos civis. Em uma de suas últimas viagens, Martin Luther King, destinando-se ao estado do Tennessee, buscou conquistar melhores condições de trabalho para os coletores de lixo, que tinham sua saúde ameaçada pelas condições de trabalho, o ano era 1968. (MARTÍNEZ ALIER, 2018)

Segundo o mesmo autor, o episódio que deu início à luta por justiça ambiental ocorreu na cidade de Afton, estado da Carolina do Norte, no ano de 1982, quando o governo estadual decidiu implantar um depósito de Policlorobifenilos (PCB), substância química que necessita de descarte especial, em uma comunidade que era composta por 60% de afro-americanos pobres. É importante notar que existiram outros movimentos que reclamavam questões possíveis de se enquadrar no escopo da justiça ambiental, porém, os atores responsáveis não usavam o discurso ambiental em suas reivindicações. Entre 1982 e 1991, quando ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Lideranças Ambientais das Pessoas de Cor, realizada em Washington, proclamaram-se os princípios da justiça ambiental. Os conflitos giraram em torno principalmente da forma de lidar com rejeitos industriais e domiciliares, incinerador de resíduos sólidos, na Califórnia, depósito de resíduos tóxicos, em Nova York. (MARTÍNEZ ALIER, 2018)

O que diferencia as questões de justiça ambiental e de racismo ambiental? Segundo o mesmo autor, tratando ainda sobre a questão nos Estados Unidos, aponta fatores que configurariam casos de racismo ambiental: “[...] não é suficiente comprovar que o impacto ambiental é diferente (por exemplo, que o nível de chumbo no sangue das crianças varia de acordo com a raça), mas igualmente que existiu intenção de provocar comprometimentos em um grupo minoritário” (MARTÍNEZ ALIER, 2018, p. 238).

Tanto o movimento Chipko quanto as lutas encabeçadas por Chico Mendes nos anos 1970 e 1980 constituíram conflitos por justiça ambiental, mas não é necessário e tampouco procedente interpretar esses movimentos nos termos de um racismo ambiental. O movimento pela justiça ambiental é potencialmente importante, sempre e quando se dispõe a falar não só das minorias localizadas nos Estados Unidos, como também das majorias de fora desse país (que nem sempre estão definidas em termos raciais), envolvendo-se em assuntos como biopirataria e biossegurança e as mudanças climáticas, para além dos problemas locais de contaminação.

A relevância da questão da justiça ambiental nos parece mais nítida, não só para a população preta, como também para os pobres em geral, que o autor teceu seus comentários mais críticos para a realidade dos Estados Unidos. Segue afirmando o protagonismo insuficiente dos representantes desse movimento em eventos de escala global em detrimento de participar da política local, cita a Eco-92 no Rio de Janeiro e Madri em 1995, em Seattle e Johannesburgo pela ocasião da Rio+10 em 2002, onde não houve avanço relevante aos debates por justiça ambiental.

Finalizando com uma reflexão sobre as características anteriormente consideradas, ressaltando certa paralização do movimento, Martínez-Alier (2018, p. 239) diz que “A defesa das ‘minorias’ possui, em nível mundial, eficácia menor, a menos que decidamos observar o mundo através de um prisma estadunidense, aplicando o linguajar racial dos EUA em nível universal, classificando, nessa ordem de preocupações, a maioria da humanidade como “minorias””.

Acredita-se na importância do debate levantado pelo movimento de justiça ambiental norte-americano à medida que se aproxima do contexto de lutas principalmente urbanas, mas, não exclusivamente do movimento ambientalista em Pernambuco. O termo faz referência a uma corrente do ambientalismo contemporâneo assim como a outras vertentes que se detalharão adiante.

A história do uso da terra no estado de Pernambuco, nos contextos urbano e rural, tem, ao ver particular, forte relação com a referida linha de abordagem. A invasão de territórios antes

ocupados por povos tradicionais – Tobajara<sup>3</sup>, Tupinambás (PREZIA, 2017) e Caetés (ANDRADE, 1986) em áreas costeiras onde aportaram os invasores europeus, bem como os Cariris e outros povos no interior (ANDRADE, 1986) – deixou marcas exponenciais da perversidade do modelo de colonização no Brasil. Os herdeiros da luta pela terra, que ainda resistem, buscam perpetuar o que restou de sua cultura em seus territórios, reconhecendo-se como Xucuru, Truká, Fulni-ô, Pankararus, Kapinawá, Atikum e Kabiwá. (GASPAR, 2009)

No mesmo contexto, a ocupação do território no desenrolar da expansão das relações capitalistas no mundo, desde o capitalismo mercantil, implantado no Brasil pelo sistema de plantation, importou d’África milhões de pessoas de diferentes nações – do Congo, Guiné, Angola, etc. – para a utilização da sua força de trabalho. Esses povos escravizados não se calavam e, em momentos de rebeldia e resistência, escapavam do cativeiro onde eram mantidos para formar os quilombos. As comunidades quilombolas de hoje constituem reminiscências dessas experiências de luta social.

Os descendentes desses povos que viveram em centros urbanos, principalmente em Recife, habitavam as áreas de maior dificuldade em termos de estabelecimento, ou seja, nos terrenos periodicamente alagados e depois nos morros da cidade. Segundo Souza (2017, p. 61), com o advento da urbanização do início do século XIX, a vida nas cidades para as populações marginalizadas “[...] representou uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também”.

Território é a terra sob seus pés. Enxerga-se o território como um elo que permeia a concepção de meio ambiente, de conflitos ambientais e de justiça e injustiça ambiental. Desde seus primórdios, o termo território está atrelado à noção de poder. Segundo Haesbaert & Porto-Gonçalvez (2006, p. 131), ao analisarem geograficamente o território no atual momento de evolução da técnica, definem-no como “[...] processo de domínio ao mesmo tempo (político-econômico) e de apropriação (simbólica) do espaço”.

No que se refere ao aspecto da natureza dentro da lógica de domínio e poder que tudo valora, entende-se que

“Tornar *própria* a natureza é, rigorosamente, se *apropriar* da matéria em sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem-se temporariamente, como a história da *geografização* do mundo no revela”. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 287).

---

<sup>3</sup> Também conhecidos como Tabajara, porém, segundo Prezias (2017), a grafia e pronúncia mais corretas é esta, pois significa “inimigo” em tupi, nome dado pelos seus vizinhos Tupinambás.

A ação a que se faz referência nas falas destacadas, desdobrou-se na estreita produção do espaço geográfico, podendo ser deslocada para observar a escala mais adequada aos fenômenos que se busca abordar.

Analisar o cenário de atuação de entidades participantes do movimento ambientalista em Pernambuco direciona o olhar para um determinado território, que irá conter em si características físicas e humanas específicas. O território possui sua história estreitamente ligada aos primeiros movimentos de apropriação da natureza no Continente, seguindo lógicas estrangeiras de valorização e consumo.

Atualmente, são cerca de 9 milhões de habitantes nos 98 mil Km<sup>2</sup> de área do estado de Pernambuco. Dessa população, aproximadamente 80% habitam o meio urbano, concentrando-se, em sua maior parte, nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), a qual, segundo o IBGE (2010) possuía 3.741.904 habitantes.

Essa sumária apresentação prenuncia nosso movimento em direção ao lugar de nossa pesquisa. Nesta fronteira teórica abordaremos territorialmente situados os atores sociais, de onde emergem as complexas e diversas formas de produção do espaço, de organização e luta, de preservação e desintegração do Meio.

## **2.2 Aspectos Socioespaciais e Movimento Ambientalista**

Ao evocar a produção espacial para seguir com a argumentação, mira-se o quanto é intrincado perceber minimamente o que venha a ser o movimento ambientalista e qual seria a definição mais adequada para tal, pois se trata de uma rede complexa que permeia escalas à priori imperceptíveis.

Em primeiro plano, o meio ambiente, sendo perpassado pelas mais diversas práticas e arranjos, representa nuances locais específicas. Nos planos seguintes, a ação dos mais diferentes grupos, práticas e arranjos que compreendem desde fatores ligados à formação histórica do espaço, cujas consequências ainda se espraiam até os dias atuais, passando pela gestão pública, até as organizações sociais que se aglutinam em torno de questões conflituosas, seja por acesso ou por proteção de algum serviço/elemento ambiental.

Tratar-se-á, agora, das formas e dos sentidos dados por estes grupos sociais ao meio ambiente. Tendo como motor o capitalismo que, ao longo de seu avanço histórico no mundo, adapta-se aprofundando à dependência econômica por meio da extração e exploração de elementos da natureza e da cultura locais – minérios, créditos de carbono, hectares de terras griladas ou a gentrificação de centros urbanos – todas as suas facetas têm em comum interesses

individuais ou de grupos de pessoas que atuam como agentes da reprodução da lógica hegemônica.

Remetendo-nos ao passado histórico, tem-se uma organização espacial dos grupos humanos pautada nas técnicas disponíveis para extrair, da melhor forma possível, sustento do pedaço de natureza que dispunham. Isso acontece “Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos.” (SANTOS, 1997, p. 18). Portanto, tem-se como aspecto nevrálgico da situação ambiental em Pernambuco e no mundo, as diferentes formas e lógicas de reprodução social e econômica no que se refere aos diversos ângulos que este prisma apresenta. No momento contemporâneo, o mesmo autor nos leva à compreensão da complexidade dada pelo período técnico-científico-informacional.

É nessas condições que a mundialização do planeta unifica a natureza. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. [...] Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando. (SANTOS, 1997, p. 18-19).

É neste complexo cenário em que o local e o global se *co-fundem*, tendo o meio urbano como lócus principal de difusão do capital, que se dão os embates entre os interesses dos mais diversos atores: agentes imobiliários, gestores públicos, movimentos sociais, a título de ilustração.

Em nossa temática é ponto fundamental a *atuação* de indivíduos e grupos, é sobre a análise deste aspecto que nos dedicamos, principalmente no que se refere à herança espacial, cultural e política de um grupo específico. Ao longo deste escrito por vezes aborda-se a importância das percepções, intencionalidades e interesses dos chamados atores sociais que agem sobre e/ou através do espaço.

No que corresponde ao debate pelo uso dos termos atores ou agentes, Vasconcelos (2013) afirma que a despeito de preferência pelo uso de um ou outro termo, muitas vezes estes figuram como sinônimos. Aqui, a percepção é que quando se dá a caracterização dos componentes ou grupos, o termo *ator* se torna preferível, no entanto, ao descrever ação pela qual estes se caracterizam, o termo *agente* emerge com maior naturalidade. Dentre as diversas análises feitas pelo supracitado autor acerca da tentativa de desambiguação terminológica, corrobora-se aqui com a percepção de Santos (2006), segundo Vasconcelos (2013, p. 90)

Para ele, os atores estariam “presentes em diversos lugares e teriam possibilidade de agir” (p.179). Quando tratou da racionalidade, Santos fez a diferença entre “ator” e “agido” (p. 233) Por outro lado, ele voltou à noção de agente na frase seguinte: “Nas condições atuais, o uso mais adequado do território pelos agentes hegemônicos depende [...] desse fator informação” (p.237), para retornar, em seguida, para a noção de ator: “Alguns subespaços, dotados de modernização atuais, podem acolher as ações e interesses dos atores hegemônicos” (p.267).

Ao voltarmos nossa atenção para o movimento ambientalista, compreende-se este em sua composição, por diferentes atores sociais, que na mesma medida atuam dentro das suas realidades socioespaciais, interagindo e muitas vezes se opondo a ações tomadas por outros atores, perpetuando o conflito muitas vezes inerente à produção socioespacial, como abordado no capítulo anterior. Dar-se-á seguimento à discussão, aprofundando o debate teórico e a percepção de atuação espacial que diz respeito ao movimento ambientalista em suas múltiplas facetas.

### 2.2.1 Ambientalismo em movimento

Antes de avançar para a abordagem espaço temporal das ideias ambientalistas, se fazem importantes alguns apontamentos sobre os aspectos conceituais os quais permitirão compreender esta manifestação social, principalmente, em seu aspecto de aglutinação e atuação.

Na confluência temática dos atores sociais, faça-se mão do esforço de síntese produzido por Gohn (1997) sobre Movimentos Sociais (MS) para respaldar nossa abordagem. Segundo a autora,

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 1997, p. 252-253).

Esta conceituação nos brinda com aspectos fundamentais para embasar nosso tema, desde a articulação, passando pela atuação, identidade, as esferas e aspectos onde as pretendidas

mudanças se desdobram, estando no espectro dos movimentos reivindicatórios de direitos e múltiplas formas de atuação política. É importante perceber que a autora se refere à escala nacional como esfera de atuação, aqui a relação entre o local e o global inerentes à reflexão ambientalista, principalmente a partir de ideias mais integradoras, holísticas (PELIZZOLI, 2007), nos remete a ampla gama de concepções existentes dentro deste movimento, desde grupos e associações que lutam pela preservação de um remanescente de Mata Atlântica em um bairro de Recife, até organizações que atuam em escala mundial, conscientizando a população da necessidade de um sentido único na proteção do meio ambiente.

Apesar das concepções iniciais, do que viria a ser o ambientalismo aqui abordado, terem surgido desde o final do século XVIII, será a partir da década de 60 do século XX que este começa a ganhar robustez política para se consolidar como um movimento. Neste período, entre outras coisas, os estados nacionais começaram a se dar conta de que não haveria como se fechar dentro de suas fronteiras em relação aos problemas ambientais, que muito em detrimento das concepções científicas desenvolvidas no período, a teoria geral dos sistemas sendo um salutar exemplo, a humanidade passou a se dar conta de que apesar das divisões e diferenças, algo inexoravelmente a une, o planeta Terra.

A interdependência é uma das facetas abarcadas no processo de globalização acirrado pelo desenvolvimento técnico que insere a questão ambiental num complexo e contraditório processo histórico (PORTO-GONÇALVEZ, 2018). LEIS (1999, p.49) avança na ideia de cooperação transnacional para superação da crise ambiental que é reflexo da crise civilizacional contemporânea quando afirma que o ambientalismo,

[...] é um referencial decisivo da atual encruzilhada civilizatória, não por produzir meios instrumentais para uma solução dos problemas colocados em sua agenda, mas por ser capaz de gerar meio sincréticos para uma ativa sinergia entre os atores com interesses e perspectivas diferentes e até contraditórios.

Ainda refletindo sobre o conceito de MS trazido acima, destaca-se a perspectiva das ações destes grupos, desenvolvidas a partir das vivências, que por sua vez permitem o estabelecimento identitário do movimento. No que se refere ao movimento ambientalista, um primeiro debate neste sentido se dá com relação as diferentes nomenclaturas utilizadas para se referir a este comportamento coletivo encontradas na literatura sobre o tema.

Inicia-se com a distinção dos termos ambientalismo e ecologia, trazidos à pauta por Castells (1999) para quem, quando aborda o ambientalismo este se refere “a todas as formas de comportamento coletivo, que tanto em seus discursos como em suas práticas, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e o ambiente natural, contrariando a lógica

estrutural e institucional atualmente predominante” (CASTELLS, 1999, p. 143). No âmbito sociológico o referido autor no mesmo texto entende ecologia como “o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária.” (CASTELLS, 1999, p. 144) Neste caso, tem-se o uso do sufixo -ismo como indicação de ação, de movimento, abarcando ações de diversas naturezas, enquanto a ecologia repousa sobre uma acepção teórica.

Em Leff (2001) encontramos um debate profundo sobre a necessidade de desambiguação dos termos ambientalismo e ecologismo. O autor apresenta como primeira forma de distinção a região do mundo onde o movimento se origina. Se no Norte ou Sul geoeconômico. Nesta origem, repousa a racionalidade fundamental para a concepção e classificação do movimento. Os movimentos ecologistas do Norte, são segundo o autor, movimentos de consciência que não questionam a ordem econômica dominante, tendo como horizonte de luta, o impedimento da tragédia ambiental através de medidas conservacionistas, bem como a busca por maior contato com a natureza. Esses valores éticos e estéticos vêm de uma sociedade sem maiores questões de acesso a necessidades básicas, ou seja, se pratica nos países altamente industrializados (LEFF, 2001).

No tocante aos movimentos ambientalistas do Sul, estes emergem como contragolpe “à destruição da natureza e ao esbulho de suas formas de vida e de seus meios de produção; são movimentos desencadeados por conflitos sobre o acesso e o controle dos recursos;” (LEFF, 2001 p. 114). Existe nesta visão uma forte oposição às condições geradas muitas das vezes pela interferência histórica dos países desenvolvidos do Norte. Portanto, há um caráter muito forte de afirmação cultural, de retomada e/ou democratização territorial e política, em alguns casos de reafirmação e retorno às práticas socioespaciais originárias. Acha-se relevante para este escrito adicionar o trecho que segue,

Considerando as condições em que surgem e se desenvolvem estes movimentos nos países subdesenvolvidos, e tendo em vista seus objetivos de transformação social, convém qualificá-los como ambientalistas de preferência a ecologistas; o contexto político, cultural e econômico em que surgem, assim como seus interesses e suas estratégias de luta, transcendem as visões dos grupos ecologistas dos países industrializados. (LEFF, 2001, p. 115).

O terceiro autor mencionado neste debate é Martinez Alier (2018). Ele não faz distinção dos termos ecologismo e ambientalismo, trazendo-os de uma forma condicional em algumas passagens, como por exemplo: “O ecologismo ou ambientalismo se expandiu como uma reação

ao crescimento econômico” (MARTINEZ ALIER, 2018, p. 21). O principal termo abordado pelo autor no referido trabalho “Ecologismo dos Pobres” tem aproximação conceitual relativa às questões de subalternização que alguns grupos enfrentam mesmo dentro de países industrializados do Norte, seja por sua condição étnica ou econômica, também chamada de “Justiça Ambiental”. Leff (2001, p.115) faz referência a este termo, em suas palavras, “[...] e só recentemente o “ecologismo dos pobres” ou “ecologismo popular” está sendo reconceitualizado como movimento ambientalista”. A postura de tomar os termos como sinônimos nos parece a menos fecunda para o debate e a compreensão pela população em geral sobre a diferenciação do termo.

Tomamos como base o texto de Leis (1999). Este afirma a tendência, quando se parte do pensamento social e político, de tradicionalmente enquadrá-lo em três formas: como grupo de pressão e de interesse, como fazendo parte dos novos movimentos sociais e como movimento histórico. A primeira perspectiva utilizada principalmente nos Estados Unidos, o sentido da organização de grupos ambientalistas é exercer, através de *lobby* suas demandas, alocados no sistema político vigente, não diferindo de qualquer outro grupo nesta categoria. Sem contestações da ordem social, buscando o preservacionismo, este ambientalismo toma ares de elitista. (LEIS, 1999)

O segundo conceito é o ambientalismo entendido como novo movimento social. Autores já trazidos aqui como Gohn (2004, 2008) e Leff (2001) posicionam o movimento ambientalista neste enquadramento. Surgido no bojo dos movimentos de contestação da Europa nos anos 1960 a saber: movimento feminista, a luta por reconhecimento racial, o pacifismo antinuclear e os movimentos por direitos da população LGBTQIA+, ou seja, valorizando a cultura, identidade e ideologia (GOHN, 2004). Os movimentos têm um forte caráter crítico e alternativo em relação à ordem capitalista, colocando em evidência os setores radicais do ambientalismo (autoidentificados como ecologistas) e associa seu desenvolvimento político aos partidos verdes. (LEIS, 1999, p. 54)

Na compreensão de Leff (2001), o ambientalismo tem seu mote de desenvolvimento alternativo fundando no potencial ambiental e cultural de diferentes regiões e comunidades que dão base e força para suas ações sociais e a organizações políticas. Neste sentido o autor tece uma crítica à pulverização e dispersão das lutas destes movimentos pelos direitos que reclamam, em suas palavras,

Face ao sentido reintegrador dos movimentos sociais emergentes oferecido pelo caráter complexo de um ambientalismo que rejeita todo propósito unificador, homogeneizante e totalitário, as expressões, as mobilizações e as lutas sociais pela

reapropriação da natureza, da vida e da cultura vão se diversificando, sem encontrar estratégias efetivas de poder, capazes de enfrentar o poder dissuasivo da globalização; sem haver podido constituir alianças onde a diversidade política e cultural encontre uma via para plasmar solidariedades que permitam avançar na desconstrução do logocentrismo e da unificação do mercado, dando lugar a um mundo organizado através de suas diversidades e diferenças. (LEFF, 2001, p. 117).

Voltando ao texto de Leis (1999), a terceira perspectiva de caracterização coloca o ambientalismo como movimento histórico. Neste sentido se admite a insustentabilidade da sociedade atual a médio e longo prazo, em outras palavras não é só uma crítica ao modelo de desenvolvimento praticado como também aos valores e às instituições predominantes. Justificando sua preferência por essa classificação, afirma que,

Essa interpretação do ambientalismo é a que mais se aproxima da compreensão de sua complexidade, estabelecendo uma clivagem, no conjunto da sociedade contemporânea, entre forças conservadoras predatório-perdulárias e forças transformadoras que apontam na direção de um mundo ecologicamente sustentável. (LEIS, 1999, p. 54).

O destaque nesta concepção sobre ambientalismo é que o autor vai além destas três possibilidades e adiciona a ideia de movimento vital para complementar sua visão sobre o tema. Nesta perspectiva o movimento desenvolve-se em um feixe aglomerado de correntes sinérgicas com distintos destinos, compondo um quadro de grande riqueza cultural e força histórica. Tratando-se da perspectiva ambientalista, essa visão possibilitaria abarcar a “multiplicidade de suas expressões e interações, enfatizando tanto a importância dos setores moderados, quanto dos radicais, dos setores técnicos e dos políticos, dos não governamentais e governamentais, dos cientistas como dos empresários, etc.” (LEIS, 1999, p.54). Em conclusão, a possibilidade do ambientalismo nesta perspectiva permitiria uma “clivagem principal e decisiva” que favoreceria a civilização nas demandas para o conflito ou para a cooperação.

Acreditamos que este debate é, portanto, um elo fundamental de nossa pesquisa. Sem a pretensão de esgotá-lo, pois, como ficou claro ao longo do escrito, há uma perspectiva histórica que aponta para a ampliação deste, na medida que as compreensões sobre a crise civilizatória se aprofundam no seio da sociedade, respaldada pelos fenômenos climáticos extremos que tem ocorrido com maior frequência no ano de 2021. Com o objetivo de prosseguir no sentido de uma espacialização mais direta dos atores ambientalistas e ecologistas, passaremos a uma descrição destes, a partir de um prisma histórico e regional.

### 2.2.2 Movimento ambientalista no mundo

As correntes de pensamento ocidental que se desdobram historicamente no ambientalismo apresentam sua concepção inicial em oposição justamente ao paradigma cartesiano-baconiano que inaugura a modernidade, do século XVIII em diante. Localizados no centro do industrialismo da época, aos poucos surgiram valores e atitudes que questionavam a visão corrente sobre os elementos naturais, bem como a forma que a sociedade europeia interagiu com estes.

Foi a partir das ideias opostas de Gilbert White e Carl Linnaeus no final do século XVIII que esta relação homem-meio passou a ser questionada. Não sem resquícios do pensamento da época, ambas as obras confluíram para uma concepção de natureza como criação divina, porém a ideia de White, presente em seu livro *The Natural History of Selborne* (1788), era de uma convivência harmoniosa com outras espécies e que a sociedade poderia viver de forma mais simples e bucólica, enquanto Linnaeus desenvolveu uma ideia racionalista onde cada espécie possui um nicho e desempenha uma função delimitada (LEIS, 1999).

Estes autores, devido ao contexto histórico em que seus trabalhos foram editados, não podem ser classificados como parte do movimento ambientalista, porém, foram seminais para a criação de centenas de sociedades de história natural e clubes de campo nos principais países da Europa. Preparando o caminho para no século XIX ocorrer o encontro das preocupações naturais voltadas, principalmente, para preservação e conhecimento destes elementos com a preocupação democrático-revolucionária pelos direitos do homem (LEIS, 1999).

Ao longo do século XIX, as raízes do movimento ambientalista se aprofundam em solo europeu, com a criação de sociedades preocupadas com a condição dos animais que, no período, eram largamente utilizados no contexto urbano. Para tal fim, foi criada na Inglaterra, em 1824 a *Society for the Protection of Animals*. Também havia preocupação com animais selvagens, a *East Riding Association for the Protection of the Sea Birds* de 1867, que se opunha a matança de pássaros. (LEIS, 1999)

Segundo McCormick (1992), esse período é identificado como ambientalismo britânico, ocorrido no período Vitoriano. Além dos elementos já apresentados aqui, as reflexões críticas acerca das condições de vida urbana e a racionalidade extrativa que devastava os confins do império (Índia, África do Sul, Austrália) obrigou as autoridades a implementar normas e diferentes formas de gestão de áreas naturais. Em muitos casos, a atitude foi tomada tarde demais, como na extinção de animais como quagga e o dodô. É importante frisar que o manejo florestal era a temática latente onde destacavam-se a experiência alemã.

Neste mesmo período nos Estados Unidos, a marcha para o Oeste chegava ao seu destino com a aquisição do Alasca (1867) ao incentivo com ocupação para garantir o novo território, surge o conceito de *wilderness* (vida natural/selvagem) defendido e propagado neste país por Henry David Thoreau e George Perkins Marsh. Os frutos deste momento foram doces para a população branca que desfrutava de áreas de beleza naturalmente deslumbrantes, criadas pela política pioneira de demarcação de reservas naturais como Yellowstone (1872) e Yosemite (1890) e amargos para milhares de indígenas que tiveram sua presença nesses lugares omitida, depois que foram involuntariamente deslocados.

A criação dessas áreas de preservação é o ponto que encerra o próximo debate ambiental do mundo “civilizado”. A criação do parque de Yosemite é creditada à John Muir, expoente da linha de preservacionista que se desenvolve nos Estados Unidos, de concepção biocêntrica, ele não creditava aos seres humanos direitos mais elevados sobre as demais espécies, seus argumentos eram tidos muitas vezes como mais emocionais do que racionais, embora sua visão tivesse dado comprovados resultados como Yosemite e logo depois, a fundação do Sierra Club (MCCORMICK, 1992). Um ponto relevante é que as ideias de John Muir serão fundamentais para a reflexão de Leopold (1970) organizando as bases para a corrente ambientalista conhecida como “culto à vida silvestre” MARTÍNEZ ALIER (2018, p. 22).

Em oposição a esta linha estava Gifford Pinchot, formado nas escolas de manejo florestais europeias, foi o primeiro chefe do serviço florestal americano, baseava-se em três princípios para garantir o uso e a conservação da natureza: uso dos recursos naturais pelas gerações presentes, a preservação do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para a maioria e não para a minoria dos cidadãos, não sendo o único que defendia essas ideias chamadas no momento de conservacionismo.

Esse pensamento transbordava as questões florestais e chegou também nos recursos hídricos fundamentais para a logística interna de transportes. Um último destaque desta linha é que sobre a tutela do então presidente Roosevelt, Pinchot organizou dois congressos conservacionistas em nível nacional (1908) e em nível internacional (1909) (LEIS, 1999). “Esse credo é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida na noção do sagrado” (MARTÍNEZ ALIER, 2018, p. 27). Nesta passagem, tem-se a descrição da corrente do ambientalismo chamada ironicamente (ao próprio entendimento) de “evangelho da ecoeficiência” e assim como o culto à vida silvestre teve sua origem na bifurcação conceitual gerada nos Estados Unidos, neste caso teve origem na oposição trazida por Pinchot.

A primeira metade do século XX, marcada pelos eventos bélicos mundiais, estanca a ampliação do debate ambientalista que estava ganhando ares transnacionais. Muito em detrimento do forte nacionalismo que esteve por trás das duas guerras mundiais e que guiaram a política interna dos países protagonistas até então. A retomada se dá em detrimento da criação dos organismos internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas – ONU e todos os órgãos criados em decorrência dela; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO com maior destaque; para buscar equalização sobre questões de alimentação, desigualdade, saúde etc. em nível mundial.

O ambientalismo passa então a ser praticado quase que exclusivamente por cientistas interligados a nível internacional, porém, apartados de práticas políticas, a criação em 1948 da União Internacional para a Proteção da Natureza – IUPN deixa claro esse protagonismo “Pesquisa científica, consciência pública, educação, planejamento regional, criação de áreas protegidas, preservação da vida selvagem e dos habitats e a preparação da convenção global foram os assuntos incluídos na agenda da IUPN” (MCCORMICK, 1992, p. 51). Estes cientistas, majoritariamente representantes das ciências naturais, cultivaram durante a década de 1950 uma grande árvore chamada ecologia que devido ao seu caráter não reducionista conseguiu, ao longo das décadas, ampliar sua capacidade de análise sem incorrer em recortes fora da realidade (LEIS, 1999). Destaca-se o livro de Rachel Carson, “Primavera Silenciosa” (1962), de forte repercussão nos Estados Unidos e no mundo, o qual denunciava o impacto dos agrotóxicos na flora e na fauna, componentes estes do pacote tecnológico da Revolução Verde.

É nesse contexto de difusão científica e consciência universal que os estudos de impacto global começam a ser desenvolvidos. Estes se iniciam na década de 1960 e até hoje, 2021, mantêm-se como valiosas referências. É também na citada década que os debates passam a ser mais politizados e críticos sobre o meio ambiente, em escala internacional (MILANI, 2008).

O ano de 1968 foi marcado pelo encontro ocorrido em Paris conhecido como Conferência da Biosfera e tinha como objetivo conscientizar as nações emergentes quanto às virtudes da conservação. Além deste evento, ressalta-se a criação do Clube de Roma ocorrida no mesmo ano, entidade formada por cientistas, economistas, educadores e industriais para pensar os problemas do sistema global. O estudo encomendado por esse grupo ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), lançado em 1972, às vésperas do encontro da ONU para as questões ambientais, foi batizado de Limites do Crescimento (*Limits of Growth*) e afirmava que a crise ambiental tinha suas raízes no crescimento exponencial (MCCORMICK, 1992).

A citada reunião ocorrida em 1972 na cidade de Estocolmo é um marco histórico por vários motivos, a começar pelo tema estampado no título: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A noção de participação da sociedade no meio ambiente, bem como o mal que a humanidade vinha fazendo desta, até então não era visto de forma ampla. Outro ponto relevante foi o “choque” de realidade que os países desenvolvidos tiveram com os debates e com os direcionamentos trazidos pelos países menos desenvolvidos no sentido de equilibrar preocupações ambientais com desenvolvimento econômico para estes.

A presença das organizações não governamentais – ONG, foi o terceiro fator relevante da conferência de Estocolmo, as entidades da sociedade civil encontraram seu espaço de troca, principalmente fóruns, e atuação dentro do estilo de organização das Nações Unidas, segundo McCormick (1992, p. 107), “[...] mais de quatrocentas estavam representadas, principalmente internacionais e de países desenvolvidos.” Um fato bastante relevante para nosso trabalho é a propagação de entidades como legado desta participação, continuando na descrição de McCormick (1992, p. 108)

Apesar do peso limitado das ONGs nos assuntos da ONU, a era pós-Estocolmo assistiu a um crescimento revigorado na formação de novas ONGs. Já em 1982 o ELC estimava que havia 2.230 ONGs ambientalistas nos países menos desenvolvidos, das quais 60% haviam-se formado depois de Estocolmo, e 13 mil nos países mais desenvolvidos, das quais 30% haviam-se formado depois de Estocolmo.

Simultaneamente à conferência de 1972 outros avanços aconteciam em escala global, a difusão dos computadores pessoais, a versatilidade aumentada das telecomunicações, trazendo maior difusão cultural, econômica e comercial estavam na perspectiva dos debates levantados, a aceleração da mundialização favorecida pela globalização engendrou os processos que há décadas se tornam evidentes. Neste contexto seguiremos nosso embasamento pela mirada latino-americana.

### 2.2.3 Movimento ambientalista na América Latina

Os estudos sobre o ativismo social na América Latina, cuja temática se arvora tem na visão desta pesquisa, dois eixos vitais que, como em outras linhas de pensamento passaram a existir com a invenção da América, o eixo “de fora” e o “de dentro”. Dentre as visões de fora, vale a pena ressaltar que a visão tradicional africana consegue encontrar aqui solo fértil para se enraizar e desenvolver-se culturalmente em sintonia e respeito à natureza.

O texto de Martínez Alier, Serjenivich e Baud (2015, p. 41) traz uma síntese que ajudará a posicionar os eventos e correntes que coadunam com a visão aqui abordada do ambientalismo na região, segundo eles,

- A consciência do desastre demográfico após a conquista e, portanto, uma rejeição generalizada da abordagem malthusiana para o problema da superpopulação;
- Um orgulho agroecológico presente especialmente na Mesoamérica e nos Andes (e ausente nos Estados Unidos). - Uma admiração compartilhada entre a ciência europeia e norte-americana (desde 1800, com Alexander von Humboldt) pela grande riqueza biológica do continente em seus diversos ecossistemas, juntamente com programas de conservação, desde o século XIX;
- Uma consciência viva da desigualdade política e econômica mundial e dos saques subsequentes dos recursos naturais da região. Essa consciência vem desde a exploração colonial até os dias atuais. Desde os anos 1980, crescentes conflitos socioambientais deram lugar ao “ambientalismo popular”, com redes de ativistas denunciando a extração de recursos naturais e a destruição dos bens comuns;
- A validade de antigas cosmovisões indígenas, o culto a Pachamama reconhecido em algumas Constituições, o respeito pela natureza em cultos afro-americanos e as contribuições da Teologia da Libertação. Além disso, em termos culturais, a presença de ecologia na literatura do século XX;
- A rejeição, por parte dos governos latino-americanos (desde Estocolmo, em 1972, em diante), da ideia de limites ao crescimento, definindo uma agenda própria que propõe diferentes “estilos de desenvolvimento”, mas que acaba aceitando um confuso “desenvolvimento sustentável”;
- Recentemente, um novo ecologismo político latino-americano, fazendo seu caminho entre o neoliberalismo e o nacionalismo popular, recorrendo a conceitos de racionalidade ecológica produtiva, dívida ecológica, justiça climática, justiça hídrica, direitos da natureza, pós-extratativismo, pós-desenvolvimentismo e Bom Viver.

A natureza latino-americana contribuiu bastante para o avanço das pesquisas científicas do século XIX, os trabalhos de Humboldt e Darwin, se ocuparam em não só descrever e catalogar espécies e biomas locais, as perspectivas trabalhadas por esses autores também abriram caminho para que o sentimento de compreensão e conservação. Como exemplo temos, José Bonifácio e Alberto Torres sobre a Mata Atlântica brasileira na virada para o século XX, Jorge Morello (1932 – 2013) no Chaco Argentino, Maximina Monasterio sobre o deserto andino nos anos 1960, só para citar alguns dos principais nomes. (MARTÍNEZ ALIER, SEJENOVICH e BAUD, 2015)

A influência do conservacionismo estrangeiro, principalmente com destaque para sua difusão por instituições como a UNESCO, FAO, IUCN, WWF e *Resource for the future* atuou em diferentes frentes desde a conservação de bacias hidrográficas nos anos 1970 à criação de áreas de conservação. Esta vertente trabalha com financiamentos diversos, diferentemente do ecologismo popular e do agroecologismo.

As citadas perspectivas têm forte aporte no pensamento anticolonial que resiste desde 1492, buscando o fortalecimento da implementação de epistemologias que conseguiram; prova de sua força; se perpetuar desde então.

Trazendo desde Paulo Freire a pensadores de etnias locais, a ideia do agroecologismo e do ecologismo popular tem em seu caráter científico a marca do diálogo de saberes. Uma força que começou a ganhar espaço nos anos 1970/1980 e contemporaneamente mostrou avanço no debate em países como Equador e Bolívia, onde mudanças constitucionais efetivas ocorreram e de onde emergem conceitos como o *Sumak Kawsay* traduzido do quéchua como Bem Viver e *Suma Qamaña* seu relativo no aimará boliviano. (MARTÍNEZ ALIER, SEJENOVICH E BAUD, 2015)

Esses debates fortalecem a ideia de Abya-Yala palavra que significa América, contemporaneamente usada para designar as linhas de pensamento que têm um sentido de fortalecer uma epistemologia do Sul. Um de seus progressos está na reflexão crítica e rejeição do desenvolvimento sustentável preconizado pelas economias do Norte, buscando, no lugar, fortalecer a ideia de pós-desenvolvimento, os trabalhos de Acosta (2016), Swampa (2019), Solón (2019) são referências fundamentais para qualquer reflexão sobre essas temáticas.

No que se refere à busca por uma agenda ambiental comum para a América Latina, os debates mais politizados internacionalmente a partir da participação já mencionada destes países nos encontros preparatórios e na própria conferência de Estocolmo em 1972 foi um marco. No que tange a presença das Nações Unidas com seus escritórios regionais, salienta-se o direcionamento do Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (1975) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe que desde 1948 fomentava diálogos na busca por diminuir a pobreza e a fome na região. (MARTÍNEZ ALIER, SEJENOVICH E BAUD, 2015)

Em 1976, a Fundação Bariloche, fundada na Argentina seis anos antes, promoveu a criação e divulgação do relatório intitulado *Catástrofe o Nueva sociedad? Modelo Mundial Latinoamericano*, este estudo teve como tese principal a rejeição da ideia propagada no Relatório Meadows<sup>4</sup> de 1972 de orientação Neomalthusiana, afirmando que na América Latina o quadro era de abundância ecológica e baixa demografia. No mesmo ano ocorreu no México o Primeiro Simpósio sobre Ecodesenvolvimento, na Universidade Autônoma do México, organizado por Enrique Leff. Destacamos que a noção de ecodesenvolvimento surge com as ideias de Ignacy Sachs em 1970 muito antes do desenvolvimento sustentável do Relatório Brudtland de 1987. (MARTÍNEZ ALIER, SEJENOVICH e BAUD, 2015)

Em resposta ao Relatório Brudtland, elaborou-se outro estudo, chamado de Nossa Própria Agenda (1991) do PNUD e do BID, coordenado por Arnaldo Gabaldón (ministro do

---

<sup>4</sup> Os Limites do Crescimento (1972) também é chamado de relatório Meadows, pois foi liderado pela cientista Donella H. “Dana” Meadows do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

Meio Ambiente da Venezuela) que teve como perspectiva organizar as pautas pertinentes aos países latino-americanos, bem como as ONGs que iriam participar da Rio-92 no ano seguinte. A participação do então ministro do meio ambiente brasileiro José Lutzenberger durante a conferência do Rio é relevante mediante seu papel no tipo de ambientalismo praticado pela sociedade civil nas décadas seguintes. (MARTÍNEZ ALIER, SEJENOVICK E BAUD, 2015)

A conferência do Rio tem um destaque fundamental nesta pesquisa, pois a forte presença de entidades da sociedade civil e de grupos étnicos, “cerca de 2.500 ONGs de 150 países” (LEIS, 199, p. 172) em eventos paralelos que debateram as pautas do evento principal a partir de seus pontos de vista e de seus lugares, resultando na criação da Carta da Terra. É nesse interim que se fortalecerá a corrente do ambientalismo chamada Ecologismo Popular. Porém, antes de avançar para o mundo pós-Rio 92 serão feitas algumas considerações sobre o movimento ambientalista no Brasil.

Scherer-Warren (1996) aborda a aproximação entre os movimentos sociais rurais e o movimento ecologista, notadamente neste caso faz alusão ao contato dos Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento Indígena e o Movimento Seringueiro com as principais redes (networks) de movimentos no Continente e no mundo, ao longo dos anos 1980 e início da década de 1990. Segundo a autora, “[...] a possibilidade de uma articulação substantiva entre *natureza* (expressa na luta ambientalista) e *humanidade* (expressa na luta pela sobrevivência) nos países do terceiro mundo.” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 109-110). Os grifos da autora deixam claro que ainda há um pensamento de separação entre a humanidade e a natureza no que diz respeito às demandas destes grupos.

No texto de Viola (1987) encontra-se que o movimento ecológico brasileiro nasce no ano de 1974, pois, neste período se inicia a liberalização política no estado ditatorial, permitindo que associações ecológicas surjam nas principais cidades do Sul-Sudeste. A única representante deste tipo de entidade antes do período é a pioneira Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN<sup>5</sup>, fundada pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger no ano de 1971, em Porto Alegre. Este período inicial do movimento ecológico é chamado pelo autor de fase ambientalista e dura de 1974 a 1981, os principais atores das bandeiras ambientais nesse momento eram: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas rurais.

O autor caracteriza a posição destes grupos como ambientalista-conservacionista, esta postura possibilitou que o debate sobre as questões ambientais ecoassem para além dos grupos

---

<sup>5</sup>Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

universitários e chegassem a uma parcela maior da população através tanto das ações de denúncia, como também de periódicos que passaram a circular, fomentando assim um incremento da percepção para estas questões.

No segundo momento, chamado fase de transição (1982 – 1985), intensifica-se a dimensão democrática em todas as esferas sociais do país, mas principalmente na esfera político-eleitoral do ano de 1982. Em virtude dos debates que haviam sido travados no momento anterior, o movimento ecológico chegou a uma maturidade de discurso que lançou alguns ativistas em investidas políticas que obtiveram algum êxito. Destaca-se no ano de 1985 a formação da CIEC<sup>6</sup> que objetivava ecologizar o debate constituinte e o texto da futura Constituição, o que é um indicativo de uma tentativa de efetivar politicamente o pensamento ambiental, bem como de inculcar no espírito nacional uma visão de respeito ao meio ambiente. Neste momento há também de se fazer notar que uma mudança do padrão de atuação do ecologismo, passando de um movimento de simples denúncia, para considerar “a formulação de estratégias que levavam em consideração fundamentalmente a eficácia pontual da luta.” (VIOLA, 1987, p. 99).

Devido à proximidade histórica com o momento em que o autor escrevia, o terceiro e último ciclo é chamado de a opção Ecopolítica em 1986. O autor elenca nesta fase o desenvolvimento do debate pela CIEC e a formação do Partido Verde com candidatos concorrendo a cargos como governo de estados pela primeira vez. Nas palavras de Viola (1987, p. 104) “Em 1986, o movimento ecológico brasileiro parece ter atingido um ponto de maturação sem retorno, seu crescimento quantitativo, qualitativo e cumulativo, longe, portanto, do padrão cíclico que apresentam outros movimentos sociais.” O momento seguinte orbitou sob a perspectiva da Rio-92, onde novos atores emergem e se consolidam como as organizações não governamentais e outras associações.

A partir deste momento, o movimento ambientalista brasileiro passa a ser classificado como um movimento com “atores multissetoriais e transterritorializado” (LEIS, 1999, p.101) e como já afirmado aqui pelo mesmo autor, um movimento histórico-vital, composto pelas seguintes categorias:

- (1) grupos comunitários ambientalistas de profissionais, semiprofissionais e amadores;
- (2) as agências estatais ambientais no nível federal, estadual e municipal;
- (3) os grupos socioambientalistas de ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais preocupados, por exemplo, com questões ligadas a problemas de pessoas atingidas pela construção de grandes obras públicas (represas e reservatórios), problemas de

---

<sup>6</sup>Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte. Formada por representantes de Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo Rio Grande do Sul, Minas Gerais).

saúde de trabalhadores rurais contaminados pela utilização de agrotóxicos, problemas ainda de associações de bairro que procuram priorizar o enfrentamento da falta de esgoto e habitação em zonas urbanas de periferia, enfim, poder-se-ia incluir aqui também outros movimentos sociais (feministas, pacifistas etc.) que redefinem suas bandeiras em prol da ecologia; (4) os grupos de cientistas e pesquisadores de instituições universitárias preocupados com a temática ambiental; (5) o ambientalismo dos políticos e partidos; (6) o ambientalismo dos religiosos; (7) o ambientalismo dos empresários; e, por fim, (8) o ambientalismo dos educadores, jornalistas e artistas. (VIOLA & LEIS, 1995 apud ALEXANDRE, 2003, p. 86).

É possível perceber a presença de atores de vastas ordens e a ausência de outros, como por exemplo, os movimentos rurais, indígenas pelo seu protagonismo histórico poderiam ser diretamente citados. Há um importante debate trazido por Alexandre (2003) no que se referem às consequências desta análise sociológica, ele afirma que a perda da radicalidade, reconhecida nos primeiros momentos do ambientalismo no Brasil, foi minimizada e vista como uma melhoria no ambientalismo brasileiro, em suas palavras,

A ênfase na descrição do movimento ambientalista brasileiro como um movimento histórico, complexo e multissetorial impede de se observar que, por detrás de uma suposta evolução do movimento ambientalista brasileiro – em termos de formação de redes complexas e multissetoriais –, o ativismo ambientalista perdeu sua razão de ser, no sentido de que a multissetorialização alcançada não ampliou verdadeiramente os espaços políticos de contracultura. (ALEXANDRE, 2003, p. 86).

Ou seja, a multiplicidade de atores para além de favorecer a polissemia e fortalecer o movimento ambientalista enquanto movimento social o enfraqueceu e favoreceu a entrada de atores do mercado e da política esvaziando de conteúdo a mensagem do ativismo político ecológico. Além deste ponto, afirma também que na análise de Viola, há críticas à citada aqui primeira fase do movimento ambientalista brasileiro sem que haja nos trabalhos do autor críticas também aos setores “[não ingênuos] que hoje fazem do discurso em prol da ecologia um motivo para a maximização de lucros e ganho dos aplausos mais fáceis (leia-se empresários, agências de publicidade e governo).” ALEXANDRE (2003, p. 96).

Dar-se-á seguimento abordando a perspectiva regional. Martínez Alier, Sejenovich e Baud (2015) colocam o MAB, junto aos principais conflitos dos povos indígenas e quilombolas e outras questões distributivas como o já citado ecologismo dos pobres ou ecologismo popular. O Brasil teve um papel conceitual interessante nas bases desta corrente com os trabalhos desenvolvidos pela teologia da libertação, ligada à igreja católica. Os autores destacam atividades desenvolvidas no Peru e na Argentina, fortemente pautadas na ideia de justiça social e ambiental, o conhecimento local, a moralidade das decisões políticas e o respeito pelo planeta e seus diversos habitantes; temáticas essas também presentes na obra de Paulo Freire.

Essas lutas não são exclusivas dos povos latinos, ocorrem também no Norte do continente, dizendo respeito à luta dos povos excluídos<sup>7</sup> e denuncia todo desequilíbrio que perpassa alguns ecossistemas e as populações que os habitam em uma dupla dimensão. Biopirataria, racismo ambiental e dívida ambiental, são só alguns dos termos que essa corrente de ativismo e pensamento utiliza para denunciar práticas nocivas.

No trabalho que vem servindo como guia para a presente argumentação Martínéz Alier, Sejervovich e Baud (2015) colocam em tom de dúvida a possibilidade do estabelecimento de um ecossocialismo político Latino Americano. Realçando o fortalecimento conceitual a partir dos anos 1980 e a formação de grupos destacados “Instituto de Ecologia Política, no Chile, o Censat, na Colômbia, a Ação Ecológica, no Equador (formado por jovens biólogas), a REDES, no Uruguai, a FASE, no Brasil, com Julianna Malerba e outros.” (MARTÍNEZ ALIER, SEJERNOVICH E BAUD, 2015, p. 63). O autor cita como exemplo a segunda metade dos anos 2000 no Equador e Bolívia países expoentes do constitucionalismo andino e como se buscou uma referência política para o movimento a partir dos chefes executivos destes países, que não foi concretizada.

O autor Michael Löwy (2014) traz elementos que costuram pontos levantados aqui, oferecendo, com isso, um panorama sobre o sentido do movimento ambientalista latino-americano em sua interpretação ecossocialista. O primeiro deles dialoga com Scherer-Waren (1996, p. 107), que menciona a luta dos seringueiros como o “encontro da luta pela sobrevivência com a luta ecológica” para Löwy,

Por sua articulação entre socialismo e ecologia, reforma agrária e defesa da Amazônia, lutas camponesas e lutas indígenas, a sobrevivência de humildes populações locais e a proteção de um patrimônio da humanidade [...] o combate de Chico Mendes é um movimento exemplar, que continuará a inspirar novas lutas, não só no Brasil, mas em outros países e continentes (LÖWY, 2014, p. 18).

Afirmando os encontros que a análise do ativismo de Chico Mendes proporciona, o autor mostra elementos constituintes do que vêm a ser ecologismo dos pobres, que ele mesmo cita no referido trabalho como fundamentais para a luta contra a racionalidade capitalista da mecanização do mundo e do avanço hegemônico de transnacionais. Este é o segundo ponto que aqui queremos destacar, os movimentos sociais de dimensão ecológica são fundamentais para o estabelecimento de uma ética ecossocialista que está presente desde as bordas das florestas

---

<sup>7</sup> Ver tópico 2.1.3 Das [In]Justiças Ambientais, deste escrito.

até as grandes metrópoles, entretanto, este não é um processo acabado e são necessárias adaptações dos discursos marxista e ecologista para que estes caminhem coerentemente.

Este tópico será finalizado com a ideia presente em Martínez Alier, Serjenovich e Baud (2015, p. 64) que encerra bem o caminho percorrido até então e reforça o que se deve estar na perspectiva quando pretendemos debater o rumo do ambientalismo latino-americano, os autores afirmam,

Existe, portanto, um pensamento ecologista latino-americano maduro na teoria, ainda que incipiente na prática política, que considera novos princípios de governança ambiental internacional no que diz respeito às mudanças climáticas e na crítica ao extrativismo, à biopirataria e ao comércio ecologicamente desigual, na defesa dos direitos da natureza, do direito humano à água e ao manejo sustentável dos recursos. Atua em todas as instâncias nas quais se decide o destino das populações e os seus hábitos e recursos. Fora dos governos e dentro deles.

Resta, no entanto, uma escala de análise cujas percepções são mais desafiadoras e onde objetiva-se contribuir ao debate. Esta parte corresponde ao movimento ambientalista em Pernambuco, cujas nuances foram dispostas a explorar e debater as informações levantadas de forma mais ampla.

Neste escrito foi atestada a carência de fontes que cubram o estado inteiro e forneçam informações gerais para uma caracterização inicial, por tanto, busca-se unir os elementos encontrados no que se refere a Região Metropolitana de Recife. Antes de seguir tal vereda, serão abordados mais alguns conceitos fundamentais para tal.

### **2.3 Utopia, Redes e Saber Ambiental**

A articulação será iniciada com as ideias de Scherer-Warren (1996, p.25), esta nos trará o seguinte pensamento: “utopianismo tem sido, portanto, o ingrediente necessário que possibilita indivíduos e movimentos sociais transcenderem às limitações da realidade presente, procurando e lutando por uma nova e melhor vida social.” Porém, para que serve a utopia dentro de um movimento que busca mudanças concretas em diferentes aspectos da realidade humana? Traz-se então o escritor Eduardo Galeano, disse o poeta que em uma conferência junto ao cineasta argentino Fernando Birri, este último foi perguntado por um estudante, para que serve a Utopia? A resposta foi a seguinte:

*Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri -. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte corre diez pasos más allá. Por mucho*

*que camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.* (GALEANO,2001, p. 230).

Acredita-se que a complementariedade de ideias encerra bem o que são as esperanças da luta por um meio ambiente menos degradado para as gerações atuais e futuras. Ampliando a perspectiva para um direcionamento mais concreto do sentido da utopia nas lutas ambientais, Löwy (2014, p. 49), ao abordar a transição para uma sociabilidade igualitária e democrática, afirma que no cerne desta visão ela representa o seguinte: “a utopia é indispensável à mudança social, com a condição de que seja fundada nas contradições da realidade e nos movimentos sociais reais.”

As questões que emergem da crise ambiental têm a dupla perspectiva escalar local-global, como se reiterou aqui. Isto posto, se torna necessário a percepção à nível internacional sobre utopia. Leis (1999) apresenta o debate que opõe o realismo ao idealismo aportando-se na literatura clássica de Hobbes como referência ao realismo e associados ao idealismo às ideias de Grotius e Kant. Estes abordam que os conflitos entre os Estados não são inevitáveis e que a cooperação é também um fato inquestionável, sendo assim, no que tange às mudanças na escala política global, “[...] os idealistas argumentam numa direção utópica, acreditando firmemente em uma transformação iluminista dos seres humanos e das relações internacionais.” (LEIS,1999, p. 21).

A utopia também está presente na construção de Leff (2001) sobre o Saber Ambiental. No preambulo de incerteza e paralisia que a chamada pós-modernidade jogou a sociedade global, a racionalidade capitalista entra em crise junto à crise de entropia do planeta que impele parte cada dia maior da população a buscar um sentido contrário a este. O que é visto quando bilionários fazem viagens espaciais é resquício da esperança neoliberal de buscar a solução para as questões ambientais pela via única da técnica. Dentre os muitos potenciais inerentes aos conceitos de saber e racionalidade ambiental traz-se o seguinte aspecto,

O saber ambiental e a racionalidade ambiental não são, pois princípios epistemológicos para a reunificação do saber ou para a integração interdisciplinar das ciências. São categorias que funcionam como *estratégias conceituais*, que se constroem e concretizam através de múltiplas inter-relações entre a teoria e a práxis. A problemática gnoseológica e epistemológica do ambientalismo surge de uma problemática social generalizada que orienta o saber para os fins de uma racionalidade ambiental, através do campo estratégico do poder e da ação política. (LEFF, 2001, p. 164).

O papel do movimento ambientalista nesta utopia é fundamental, pois suas práticas devem trabalhar na condução da sociedade rumo a uma racionalidade ambiental, através do

saber ambiental. Acreditamos, que no caminho deste trabalho podemos também subsidiar o debate acerca da contribuição deste movimento no sentido de construir uma alternativa nas regiões onde atua, frente ao desenvolvimento preconizado pela racionalidade instrumental capitalista. Portanto é importante uma análise crítica que amplie a percepção sobre os diversos atores do ambientalismo pernambucano, suas práticas e seus discursos, dentro da perspectiva estratégica que as categorias acima permitem.

Existe um aspecto da sociedade contemporânea e como ela se organiza espacialmente, acreditando ser fundamental na trajetória do movimento ambientalista até então e tende a ser cada vez mais estratégica nos sucessos das ações nesse sentido, é o conceito de Rede. De forte conotação técnica no que diz respeito a transpor barreiras espaciais, a ampliação dos fluxos de circulação de mercadorias, capitais, pessoas e informações está diretamente relacionados à questão e a crise ambiental. No entanto, a dialética nos impele a perceber as camadas e os atores presentes que nelas se articulam, num sentido de utilizar da *hiperconectividade* para deflagrar processos inversos nas escalas mais distintas, caminhando rumo ao horizonte de outra racionalidade através do saber ambiental.

Scherer-Warren (1996) apontava a tendência aos movimentos sociais passarem para uma articulação em redes, as Redes de Movimentos (*Networks*) que passaram a protagonizar atuação da sociedade civil, por meio de coletivos, fóruns e principalmente através das organizações não governamentais. A autora destaca o papel da ECO-92 e Fórum de ONGs criado para estabelecer o diálogo entre essas entidades no sentido de perceber quais demandas eram comuns, as questões ambientais foram um elo nesse sentido. Este recorte histórico é fundamental em nosso estudo, pois seguindo uma tendência global, o ambientalismo em Pernambuco dará sinais de maior organização e protagonismo.

As palavras de Santos (2006) apontam a importância de tentar enxergar os atores que colaboram com as redes em nível local como formas de apreensão de sua atuação espacial, em se tratando de movimento ambientalista essas práticas se relacionam às mudanças tangíveis; como a preservação de áreas verdes ou a aprovação de uma lei para gestão de resíduos; e intangíveis esses podem ocorrer, por exemplo, através de práticas de educação ambiental ou por transmissão de valores culturais tradicionais.

Na visão dele,

O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa. As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de

outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo. (SANTOS, 2006, p. 182).

Compõe-se e encaminha-se para o fechamento desta revisão da literatura com a síntese dos desafios enfrentados pelo ambientalismo na sociedade em rede. Castells (1999) elenca quatro argumentos que para ele justificam a ascensão da temática ambiental na sociedade global a partir dos anos 1970, pois esses coincidem com as principais questões da sociedade em rede. De tal modo, sintetiza,

Assim, temos a ciência da vida contra a vida dominada pela ciência; o controle local sobre o espaço contra um espaço de fluxos incontroláveis; a realização do tempo glacial contra a destruição do conceito de tempo e a escravização do tempo cronológico; a cultura verde contra a virtualidade real. (CASTELLS, 1999, p. 160)

É sobre essas bases que estrutura-se esta ideia. É radiante a percepção de temporalidade que este engendramento conceitual trouxe. Empreender este estudo leva a perceber que não intencionalmente a organização deste escrito acaba por se estabelecer entre o passado, da carga conceitual e dos registros e resquícios levantados aqui para posicionar este trabalho; o presente, eterno é, que se consubstancia no que está sendo feito hoje, na esperança de contribuir da forma que este escrito melhor couber no porvir.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Método

Compreende-se que o método é a forma de apreensão da realidade e, por sua vez, do objeto aqui tratado, no caso, o multifacetado movimento ambientalista em Pernambuco. Um movimento que se engaja em uma das questões mais complexas e iminentes da contemporaneidade, perceptível em múltiplas escalas por seus desdobramentos que, como dito antes, vão muito além de ações sobre o ambiente natural, mas que denunciam uma lógica de produção do meio.

Por ter posições, em várias medidas, antagônicas das práticas alijadas pela lógica capitalista hegemônica, acredita-se que a forma mais condizente com os pontos aqui levantados até o momento, repousa no materialismo histórico-dialético como método norteador desta pesquisa, posto que o cerne das ações dos atores ambientalistas é praticar outra lógica de produção do espaço, produção esta que se dá através do trabalho, sendo a práxis e o trabalho centrais na perspectiva marxiana de enxergar o real.

É fundamental dentro da perspectiva de estudo do real enquanto produção social, a perspectiva temporal. Sobre esta, temos em Marx & Engels (2001) a noção fundante para iniciar a respectiva reflexão.

Conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém, estes dois aspectos não são separáveis; enquanto existirem homens, a sua história e a da natureza condicionar-se-ão reciprocamente. (MARX & ENGELS, 2001, p. 107).

A percepção de tempo histórico nesta perspectiva deve ser diacrônica, o que significa levar em consideração a linearidade dos acontecimentos, buscando compreender as condicionantes do momento que se pretende captar. No pensamento de Marx, ao desenvolver a ontologia do ser social, remonta-se até sua gênese, momento em que a humanidade desenvolve, através do trabalho, formas de prover suas necessidades e muda, portanto, sua relação com o meio transformando a si mesmo e as relações sociais desde então. A diferenciação na produção e acumulação dos recursos gerará as classes sociais, que seguindo seus interesses se tornaram mais e mais complexas até a quadra atual da história, onde a classe burguesa se estabeleceu como dirigente e explora as forças produtivas naturais, enquanto matéria prima e humana geradoras de mais-valia, para assim se perpetuar. (TONET, 2013)

Portanto, buscar-se-á traduzir teoricamente a realidade social produzida e espacialmente determinada no estado de Pernambuco, como se deu/dá a atuação de um grupo ambientalista enquanto ator social dotado de intencionalidades. Esta ideia aponta para uma percepção sobre a práxis dos referidos atores corroborando com a percepção marxiana de Tonet (2013, p.73) “A práxis, [...], é exatamente a forma que traduz como se articula subjetividade e objetividade, sob a regência desta última, em todas as atividades humanas.”

Esta práxis irá se materializar, entre outras coisas, intermediada pelo trabalho, que para Marx, é,

[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p. 326-327).

A categoria trabalho como a definição acima aponta, será muito cara para situar as práticas, que desde a aurora de seus dias, o movimento ambientalista irá tecer suas críticas. Destacamos ainda a centralidade da referida categoria em nossa análise desde o primeiro tópico aqui escrito quando nos referimos à desnaturalização latente da humanidade, o domínio sobre a natureza no século XVIII está fortemente ligado às possibilidades produtivas que ali se apresentaram.

Partimos das palavras de Tonet (2013, p. 106) segundo as quais “Não é o sujeito que organiza o objeto, mas, ao contrário, o objeto que organiza o sujeito.” Para aludir à visão que nos orienta no caminho rumo à percepção do objeto de pesquisa que emerge do recorte abordado até então. Este objeto está inserido, segundo a perspectiva marxiana, na realidade social que é “um conjunto articulado de partes” Tonet (2013, p. 96). Seguindo o que traz o mesmo autor, cada uma dessas partes é em si uma totalidade e esta relação dialética entre o todo e as partes é permeada por processualidades, contradições e mediações inerentes aos fenômenos sociais.

Apesar de que, na busca pela compreensão ontológica do objeto de pesquisa a essência tem prioridade sobre a aparência, considerar-se-á também, as observações empíricas. Neste caso, apresentamos a problemática de pesquisa, que repousa no seguinte questionamento: a que se deve o aparente estado de latência do movimento ambientalista em Pernambuco?

No texto de Lessa (2000), há uma abordagem correspondente a um diálogo com Grigory Lukács que por sua vez aborda as ideias de Marx e é fundamental para a percepção ontológica

do objeto ao qual a pesquisa se acerca. Esta abordagem chama-se “o método das duas vias” ou “percurso de ida e volta”. Segundo o autor, no caminho de ida, ou seja, no momento que pesquisador e objeto trocam<sup>8</sup> suas primeiras impressões, ocorre um momento extremamente importante, em suas palavras,

[...] *basado en lo que ya conocemos establecemos relaciones analógicas para descubrir cómo clasificar lo “desconocido” al interior de lo que ya conocemos. O sea, estamos intentando descubrir con qué porción de la realidad este “desconocido” se relaciona, cuál es su lugar dentro de la totalidad de lo existente.*<sup>9</sup> (LESSA, 2000, p. 213).

Neste movimento fizemos levantamentos bibliográficos de produções científicas sobre a temática abordada, bem como buscamos fazer levantamentos de outras fontes, sites (de entidades ambientalistas, sites institucionais, jornais) e redes sociais (Facebook e Instagram) para averiguar algumas informações levantadas. Através de pesquisa junto aos repositórios de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, bem como da rede de bibliotecas da mesma instituição, além de outras plataformas de busca acadêmica como Google scholar e Periódicos CAPES que serão abordadas na seção seguinte. Para agora destacamos os trabalhos de Diniz (2017), Negreiros (2008, 2017) e Vasconcelos (2011).

Tais trabalhos abordaram, em sua maioria, este objeto de forma indireta, porém, permitiu uma percepção inicial de como se configurava aparentemente o movimento ambientalista pernambucano. À luz das ideias de Castells (1999), atentou-se para características ditas clássicas em um movimento social (articulação, identidade e oposição) e percebe-se que a composição dos grupos que reivindicavam pautas ambientais como sua principal bandeira se constituía principalmente por Organizações Não Governamentais e movimentos comunitários. Contemplou-se, no entanto, a recorrente referência a algumas entidades, a saber: Associação da Mata do Engenho Uchôa, Sociedade Nordestina de Ecologia- SNE e Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN. Exporemos os argumentos que nos fizeram optar pela ASPAN.

---

<sup>8</sup> Afirma-se aqui a ideia de troca, pois, acredita-se que quando o objeto pesquisado está relacionado a um grupo ou a parte da sociedade, o fornecimento das informações iniciais passa pela forma como os elementos que representam este grupo enxergam o pesquisador. A depender das técnicas de pesquisa a serem utilizadas estabelecer uma relação de confiança pode inferir no dado fornecido.

<sup>9</sup> Baseado no que já é conhecido, foram estabelecidas relações analógicas para descobrir como classificar o “desconhecido” dentro do que já é conhecido. Ou seja, há a intenção de descobrir com que porção da realidade este “desconhecido” se relaciona, qual é seu lugar dentro da totalidade do que existe. (LESSA, 2000, p. 213) (tradução livre do autor)

### 3.2 Objeto e Área da Pesquisa

A escolha da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) como objeto central da referente pesquisa, se deu pela relevância de sua atuação não só em ações diretas, mas também pelo papel aglutinador de entidades e grupos preocupados com situações conflituosas em relação à natureza, à falta ou dificuldade de acesso a serviços ambientais. Essas características a tornam um caso relevante para perceber um recorte histórico, na complexa totalidade das entidades ambientalistas no estado.

A título de informação e levantamento prévio sobre a temática movimento ambientalista em Pernambuco, foi feita uma pesquisa no site do repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Para isso, utilizou-se como filtro, a categoria assunto “movimento ambientalista” pela qual se encontrou 1 (uma) tese de doutoramento defendida no departamento de pós-graduação em psicologia (DINIZ, 2017).

Aplicando o mesmo filtro na plataforma de busca da rede de bibliotecas da UFPE, encontrou-se 2 (dois) trabalhos, 1 tese de doutorado em sociologia (NEGREIROS, 2008) e a conclusão de graduação em ciências biológicas com o título “O ambientalismo frente à crise socioambiental: a experiência da ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza) na preservação dos ecossistemas de manguezais” (PROTÁZIO, 2007).

Com alterações no campo de busca, inseriu-se o verbete Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN, através da ferramenta Google Scholar, com o que se encontrou 11 (onze) escritos que abordam direta ou indiretamente a entidade e/ou suas ações. Estes trabalhos estão distribuídos da seguinte maneira: 1 (uma) tese de doutorado, 3 (três) dissertações de mestrado, 1 (um) trabalho de conclusão de graduação, 4 (quatro) artigos acadêmicos e 2 (duas) apresentações em anais de congressos. Nesta pesquisa inicial, o que mais chamou a atenção foram as diferentes áreas do conhecimento em que a temática é abordada: Gestão e Políticas Ambientais, Ciências Biológicas, História, Sociologia e Relações Internacionais, mostrando o caráter interdisciplinar que a temática provoca.

Com efeito, as questões relativas ao meio ambiente, por sua múltipla significação, devem ser abordadas de forma interdisciplinar e sempre que possível tornando a questão ambiental uma temática transdisciplinar, com o intuito de agregar elementos que reforcem o entendimento da complexidade do mundo.

Todos os caminhos, desde as pesquisas supracitadas ou mesmo uma busca na plataforma mais comum de pesquisa, até conversas informais nos corredores da academia sempre guiaram para a ASPAN como uma referência do ambientalismo pernambucano, algo como um corpo

que por sua massa atrai tudo que gravita na sua zona de influência. Portanto, considera-se que, através da observação desta entidade longeva se pode ter uma miração sobre o ambientalismo no estado.

A ASPAN se encontra viva. Fundada sob a influência e guiança do professor Vasconcelos Sobrinho<sup>10</sup>, por estudantes universitários, professores, profissionais liberais entre outros entusiastas da preservação ambiental, na data 05 de junho 1979. Naquela ocasião, a associação contava com 55 associados. A organização sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária chegou a seu apogeu, a possuir sede física no centro de Recife, ligação com dezenas de grupos e entidades em vários continentes, assento e participação no Conselho das Partes da Organização das Nações Unidas em sua vertente para meio ambiente e desenvolvimento.

São, portanto, 42 anos de atuação ininterrupta e hoje a entidade aparenta não ter a mesma intensidade em termos de ação como outrora. Lançamos mão da trajetória desta entidade para remontar e analisar a trajetória das lutas e defesas do meio ambiente na Região Metropolitana de Recife, por sua vez região de maior densidade populacional do estado de Pernambuco.

Uma das nossas fontes iniciais de pesquisa foi o site oficial da entidade, com o qual tivemos contato no ano de 2018 e que atualmente não se encontra mais acessível. A profundidade do material reunido no referido *lugar* da internet, abarcava um acervo considerável, que tinha dentre outros conteúdos: fotografias, pareceres científicos produzidos pela entidade, descrição detalhada de sua relação e atuação nos encontros que promovia e de que participava. Entre outras informações, destaca-se o estatuto organizacional da entidade datado de 1994 (anexo A). Esta fonte veio a ser complementada com as entrevistas e busca no arquivo público do estado, executadas neste processo de pesquisa, resultando na caracterização que segue.

Evoca-se aqui, então, o referido estatuto que em seus artigos 1º e 2º apresenta a ASPAN por ela mesma, consta do documento,

Artigo 1º - A Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN, fundada no dia 05 de junho de 1979, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, entidade civil de direito privado, ambientalista, autônoma e sem fins lucrativos, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais vigentes.

Artigo 2º - A ASPAN, com caráter associativo, tem finalidades exclusivamente culturais e técnico-científicas fundamentadas na concepção da Natureza que

---

<sup>10</sup> João Vasconcelos Sobrinho, engenheiro Agrônomo pernambucano nascido em 1908, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ecólogo conservacionista e pioneiro nos estudos sobre a desertificação no Nordeste. Segundo relatos dos entrevistados, ele teve grande influência sobre o grupo de estudantes da UFRPE que daria início à ASPAN em 1979.

compreende o homem e demais seres vivos, juntamente com o meio abiótico, cujo equilíbrio e harmonia devem ser defendidos. Tem sede e foro na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. (ASPAN, 1995).

No momento datado na citação acima, a entidade já havia percorrido quinze anos de atuação, vivia, assim, como outras entidades ambientalistas em escala mundial, o ápice de atuação no cenário público<sup>11</sup> em decorrência dos desdobramentos pré e pós Rio-92. Momento do ambientalismo que Leis (1999) classificara de revolução ambiental, onde as ONG atingem um patamar sólido como força política, ocorreu desde as décadas 1960 e 1970 nos países do Norte.

A revolução ambiental colocava em pauta a questão da própria sobrevivência humana, levando problemas socioambientais cuja solução nem sempre era funcional aos sistemas políticos, econômicos e sociais vigentes. O ambientalismo trazido pelas ONGs era o resultado de uma importante mudança de valores na sociedade civil, assim como a proposta de drásticas transformações na economia, nos estilos de vida e no comportamento reprodutivo da humanidade, a nível global. (LEIS, 1999, p. 105).

Corroborando com o caráter fortemente ligado à sociedade civil, há em um documento elaborado pela ASPAN, datado de 1986, a identificação de suas principais lutas até então, são elas: Defesa do Engenho Uchôa (anexo B), Movimentação contra implantação do complexo industrial portuário de SUAPE, Campanha “Vida ao Capibaribe”, campanha “O povo contra o lixo” e Jornal “O Canto da Terra”.

As formas de atuação visam manter a defesa intransigente da natureza, dos recursos naturais e da qualidade de vida das populações em geral, mas principalmente das mais pobres e desprotegidas, a partir das quais se despertou uma série de valores ligados à consciência ambiental e cidadania para que houvesse influência nas políticas públicas pertinentes aos temas de saúde, segurança e bem estar social, segundo a própria entidade, pautando-se em sete grandes linhas de atuação: 1 – Fiscalização, denúncia e acompanhamento de grandes projetos e problemas ambientais; 2 – Campanhas e manifestações públicas; 3 – Sensibilização e educação ambiental; 4 - Ações jurídicas e aperfeiçoamento da legislação ambiental; 5 – Documentação e informação ambiental; 6 – Articulação do movimento ambientalista; 7 – Desenvolvimento de pesquisas ambientais e pesquisas técnico-científicas.

Um movimento social, mesmo estando ligado às esferas internacionais de luta, acontece com base em uma realidade local de origem. Abordaram-se anteriormente como alguns atores

---

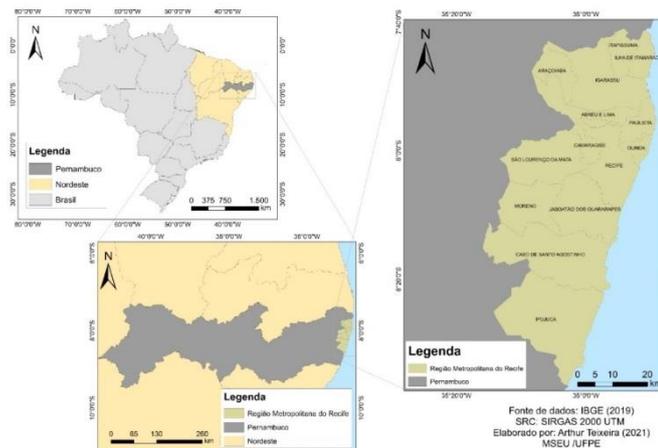
<sup>11</sup> Para mais detalhes sobre o tema a nível nacional e mundial, consultar Leis (1999) e Viola (1996).

sociais agem de acordo como suas lógicas produtivas sobre o espaço, buscando torná-los os mais rentáveis possíveis, produzindo conflitos que, a depender do caso analisado, podem se configurar como socioambientais.

A eficiência ou tenacidade de uma entidade que visa proteger o meio natural e melhorar as condições do meio já alterado se dá, muitas vezes, de forma subjetiva e transgeracional, sendo em certa perspectiva, imaterial, porém, o desdobramento material mais representativo desta luta refere-se aos elementos naturais conservados.

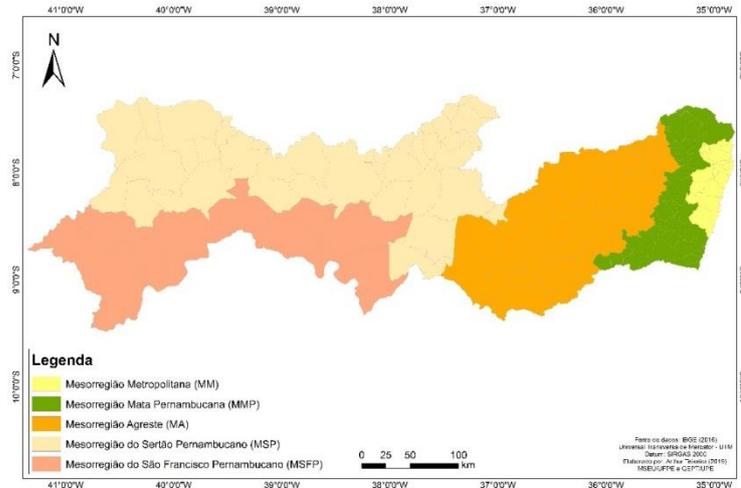
A área de estudo da presente pesquisa foi delimitada considerando a reflexão acima. O território onde as ações da ASPAN ocorreram organicamente é o estado de Pernambuco, mais especificamente a Região Metropolitana do Recife e as áreas dos Litorais Norte e Sul do estado (figura 1). São nesse espaço que sua influência se dá de forma mais direta e onde ainda existem marcos físicos de suas vitórias.

Figura 1 – Localização da área de estudo



Para a descrição fitogeográfica do estado de Pernambuco tem-se na contribuição de Andrade Lima (2007) um rico material do qual se buscará sintetizar as informações pertinentes para a caracterização. Conforme ilustrado na figura 1, Pernambuco conta com área total de 98.079 km<sup>2</sup> sua extensão latitudinal vai de 7°15'45" lat. S. a 9°28'18" lat. S. limitando-se ao Norte com o estado da Paraíba, há no entanto prevalência territorial na extensão longitudinal do estado que vai de 34°48'33" long. W à 41°19'54" long. W. limitando-se a Leste com o oceano atlântico (figura 1). De acordo com as interrelações dos elementos naturais é possível classificar o estado em quatro zonas fitogeográficas são elas: do Litoral, da Mata, da Caatinga e da Savana (figura 2). (ANDRADE LIMA, 2007)

Figura 2 – Pernambuco - Mesorregiões



A Zona do Litoral compreende os municípios litorâneos tendo como fator preponderante a presença do mar bem como sua interação dinâmica com as bacias hidrográficas existentes, segundo a Agência Nacional de Águas – ANA, estão entre elas as do Rio Capibaribe e Beberibe, Rio Una, Rio Goiana, Rio Ipojuca, além do agrupamento chamado pequenos rios litorâneos.

De acordo com a localização, altitude, tipo de solo e maior ou menor concentração salina, fatores esses que se traduzem por variações sensíveis da vegetação, divide-se a zona do litoral nas subzonas: a) marítima, b) praia, c) restingas e d) mangues. (ANDRADE LIMA, 2007, p. 245).

A Zona da Mata pernambucana pode ser dividida em três subzonas, são elas: mata úmida, mata seca e mata serrana. Representa no estado um eixo de continuidade entre as Florestas Orientais Brasileiras, vindas do Sul e as Florestas Equatoriais Brasileiras vindas da Amazônia. Além de se diferenciarem por características inerente como umidade, altitude e permeabilidade do solo, destaca-se neste aspecto a proximidade do bioma caatinga. (ANDRADE LIMA, 2007)

Aponta-se a presença de uma subzona chamada mata serrana que tem suas características associadas principalmente aos aspectos do relevo do estado. São os chamados brejos de altitude que irão ocorrer em cotas altimétricas nunca inferior a 500 m com ocorrência na região seca de caatinga como é o exemplo de Triunfo e Tacaratu, bem como na sub-região Agreste como são os casos da Serra Negra em Bezerros, Serra dos Cavalos em Caruaru e Serra do Ororubá em Pesqueira. A EMBRAPA (2000) classifica as compartimentações do relevo Pernambucano segundo as seguintes estruturas:

**(a) faixa sedimentar costeira**, incluindo a baixada litorânea e as superfícies terciárias dos baixos platôs costeiros, **(b) níveis cristalinos que antecedem a Borborema**,

incluindo a faixa de contorno da Borborema, plataformas aplainadas, e superfícies de níveis elevados, (c) **depressão periférica do São Francisco e superfícies de pediplanos com inselbergs**, (d) **Bacia do Jatobá**, (e) **Bacia de Mirandiba**, (f) **Bacia de São José do Belmonte**, (g) **Bacia de Fátima**, (h) **Bacia de Betânia**, e (i) **Bacia do Araripe**. (EMBRAPA, 2000, p. 36).

Dando prosseguimento à classificação, dispõe-se a zona fitogeográfica da Caatinga, maior em extensão no estado de Pernambuco, compreende zonas de clima seco e solos em sua maioria rasos, atrelados às variações de precipitação e relevo, divide-se em duas subzonas, Agreste e Sertão, esta última, por sua vez, se subdividindo em cinco sub-regiões: Sertão Central, Sertão dos Chapadões Areníticos, Sertão do São Francisco, Sertão do Jatinã e o Sertão do Araripe. Esta região sente com mais intensidade os momentos de estiagem, tem na depressão do São Francisco a região mais seca do sertão Pernambucano (ANDRADE LIMA, 2007).

A última Zona é chamada de Savana. Tendo características típicas das savanas sul-americanas (cerrado) são zonas que ocorrem em dois pontos distintos do território pernambucano, os tabuleiros, comuns na região litorânea. Porém, com ocorrência em áreas de altitude entre 100 m e 150 m sua ocorrência se dá no norte do litoral de Pernambuco, nos municípios de Goiana e Itambé, associados ao relevo plano da formação barreiras. A outra subzona de savana no estado é chamada Agreste do Araripe onde ocorrerá a manifestação característica de cerrado. (ANDRADE LIMA, 2007)

Delimitar um objeto de pesquisa é tarefa por demais complexa. Busca-se aqui, apontar material e conceitualmente a centralidade que a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza teve entre os atores do movimento ambientalista no estado de Pernambuco. Passar-se-á então a abordagem metodológica estruturada aqui, para validar tal esforço de pesquisa e, por conseguinte, iluminar as questões norteadoras deste trabalho.

### **3.3 Procedimentos Metodológicos**

A opção pela dialética é em primeira instância uma busca por desvelar a realidade em sua perspectiva essencial. É a aquisição de conhecimento teórico que explicita como as categorias marxianas se desdobram na escala observada, permitindo assim que emergjam reflexões e possíveis soluções com características locais. Neste ponto, remete-se à característica marcante da perspectiva dialética de não haver uma fórmula ou checklist de técnicas a serem utilizadas para que o conhecimento seja validado, cada objeto irá depreender em seu descobrimento uma investigação particular, portanto é eminente o olhar ontológico.

Buscando dialogar com a estrutura metodológica em que fora baseado, o materialismo histórico e dialético, coadunando com a visão de meio ambiente complexo de interações, espaço em disputa constantemente produzido por diferentes atores e suas intencionalidades, ou seja, vendo-o como totalidade, nossa pesquisa se pautou na abordagem qualitativa como perspectiva para análise das informações que surgiram ao longo desta. Em uma pesquisa qualitativa é necessário haver

- 1) La asimetría estructural o, mejor, las diferencias de posición y condición (sensu Bourdieu) entre el investigador y los sujetos de la investigación.
- 2) La necesaria “descentralización” del investigador, es decir, el abandono consciente y explícito del centro de las relaciones que generan la actividad de investigación<sup>12</sup>. (SCRIBANO, 2008, p. 26).

Este posicionamento do pesquisador no universo da investigação corrobora diretamente com a ideia presente em Lessa (2000), segundo a qual o diálogo entre os autores remete à perspectiva de que se deve, embasados na dialética marxiana, desvelar a verdade a partir da essência percebida no objeto investigado e não no método em si. Primeiro, pelo fato de a realidade ser dotada de objetividade própria, portanto, não há porque esta não seja o critério de verdade; segundo ponto, quando se faz do método a concepção de verdade, acaba-se por concluir que o objeto de conhecimento é uma pura construção da subjetividade (LESSA, 2000, p. 200) e conclui “[...] así, lo que asumimos por realidad nada más sería que una imagen creada por nosotros, en nuestro propio proceso gnosiológico”<sup>13</sup>.

Acredita-se que o levantamento mostra o grande valor da temática movimento ambientalista em Pernambuco, no sentido de fazer um resgate histórico-territorial de suas lutas, identificar as manifestações e conquistas com o fim de valorizar sua trajetória.

A interdisciplinaridade consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado. Verifica-se, nesses casos, a busca de um entendimento comum (ou simplesmente partilhado) e o envolvimento direto dos interlocutores. (COIMBRA, 2000, p. 58).

Coimbra (2000) serve como referência do caráter interdisciplinar que as pesquisas sobre a temática ambiental possam alcançar. A visão interdisciplinar se faz necessária, pois o meio

---

<sup>12</sup> 1) A assimetria estrutural ou, melhor, as diferenças de posição e condição (sensu Bourdieu) entre o investigador e os sujeitos da investigação.

2) A necessária “descentralização” do investigador, ou seja, o abandono consciente e explícito do centro das relações que geram a atividade de pesquisa. SCRIBANO (2008, p. 26) (tradução do autor)

<sup>13</sup> [...] assim, o que assumimos por realidade nada mais seria que uma imagem criada por nós mesmos, em nosso próprio processo gnosiológico. LESSA (2000, p. 200) (tradução do autor)

ambiente foi reduzido à natureza e técnica, essa dualização e linearidade é característica do paradigma atomístico-individualista, que não dá conta de abarcar a realidade complexa das relações sociedade-natureza em decorrência de sua percepção compartimentada, findando por dissipar a complexidade e dinâmica latente nesta relação. (BRÜGGER, 2006).

Ao Concordar com a ideia de “vôo da águia” (BRÜGGER,2006) que sugere perceber o mundo de uma forma sistêmica, busca-se aqui não só perceber uma entidade específica, mas sim a ASPAN e a rede que irriga e é/foi irrigada por ela, contribuindo com um sobrevoo sobre alguma parte do movimento ambientalista pernambucano. Esta visão se alinha também com a de Minayo (2009) no que diz respeito à dialética na pesquisa qualitativa dizendo que esta

[...] junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. A dialética trabalha com a valoração das quantidades e das qualidades, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. (MINAYO, 2009 p. 24).

A partir dos citados alicerces metodológicos, se optam pelo conjunto de técnicas da análise de conteúdo. Ao enxergar como fecunda a perspectiva de fazer inferências às fontes advindas da comunicação. No caso deste estudo, crê-se que considerar a narrativa de participantes diretos desta entidade, seja fundamental para perceber a visão de seus integrantes, abarcando aí não só a fala em si, mas a mensagem comunicada gestual e simbolicamente, denotando a origem do campo psicológico desta abordagem. Além destes sujeitos, se busca também representantes de outras entidades na intenção de ampliar as vozes participantes. Nesta perspectiva polissêmica, são utilizadas fontes jornalísticas, visando observar o panorama de veiculação das temáticas ambientais na mídia de grande alcance, bem como a vinculação aos atores num recorte histórico específico. Referência fundamental sobre a temática, Bardin (1977) diz o seguinte,

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 1977, p. 31).

Franco (2008) sintetiza e orienta-nos quanto ao potencial e às relações das inferências produzidas a partir da análise de conteúdo. Em suas palavras, o referido produto

[...] tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discurso ou símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade. Situação concreta que se expressa a partir de condições da *práxis* de seus produtores e receptores acrescida do momento histórico/social da produção e/ou recepção. (FRANCO, 2008 p. 31).

É chamada a atenção para a possibilidade que o pesquisador tem dentro da análise de conteúdo, de criar ou utilizar várias operações analíticas, mais ou menos adaptadas ao material analisado como forma de enriquecer os resultados ou ampliar sua validade (BARDIN, 1977).

Tratando das técnicas e de seus porquês, para concretizar o primeiro objetivo, que foi: Identificar a estrutura e as ramificações do movimento ambientalista em Pernambuco. Utilizou-se de duas técnicas: a primeira foi a realização de um questionário estruturado através da plataforma *Google* Formulários (apêndice A) enviado por e-mail para as entidades e grupos que constam na lista apresentada do anexo C, correspondentes aos participantes do Fórum de Entidades Ambientistas de Pernambuco (FEAPE). Encontro criado em 1994 em decorrência da necessidade de escolher uma representação das organizações não-governamentais para compor parte reservada à sociedade civil no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA/PE. Vale a pena salientar que não foi possível estabelecer o ano que corresponde a lista que aqui utilizamos como base, porém, é admitido que serve como amostra para fins de objetivo.

O intuito com essa abordagem foi: 1 – averiguar a atividade das entidades no estado e 2 – explicitar a relação e a visão das entidades com a ASPAN. Sintetizamos os dados desta lista nos quadros 1, 2 e 3.

Quadro 1 – Entidades FEAPE

|                   |    |
|-------------------|----|
| Número total      | 32 |
| Possuíam e-mail   | 17 |
| Respostas obtidas | 1  |

Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Quadro 2 – Localização das Entidades

| <b>Região do Estado</b> | <b>Quantidade de Entidades</b> |
|-------------------------|--------------------------------|
| Recife                  | 19                             |
| Região Metropolitana    | 4                              |
| Agreste                 | 2                              |
| Sertão                  | 7                              |

Fonte: FEAPE. Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Quadro 3 – Temáticas/Linhas de ação

|                             |    |
|-----------------------------|----|
| Defesa da Natureza          | 11 |
| Agricultura/Agroecologia    | 5  |
| Desenvolvimento Técnico     | 3  |
| Trabalhadores               | 2  |
| Apicultura                  | 1  |
| Associação de Profissionais | 1  |
| Criança e Adolescentes      | 1  |
| Bioma Marinho               | 1  |
| Pesquisa e Acervo           | 1  |
| Medicina Popular            | 1  |
| Avifauna                    | 1  |
| Eclesiástica                | 1  |
| Indigenista                 | 1  |
| Flora Mata Atlântica        | 1  |
| Proteção aos animais        | 1  |

Fonte: FEAPE/ Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Como segunda técnica de dados, procurou-se no acervo público do Estado de Pernambuco explorar o jornal Diário de Pernambuco do ano de 1992. A referência com relação à fonte jornalista é o trabalho de Martinez Morales (2002) que lança luz sobre as notícias veiculadas na coluna Ciência e Meio Ambiente no Jornal do Commercio entre 1989-1999. Este jornal está entre os de maior tiragem do estado, junto com o Diário de Pernambuco e a Folha

de Pernambuco. Optou-se pelo Diário de Pernambuco com o intuito de ampliar as informações acerca da visão do meio ambiente no meio jornalístico do estado, bem como pela seguinte informação obtida no referido estudo “Em 1992, com o advento da Eco 92, novamente o jornal prestigia o meio ambiente, lançando um caderno especial para cobrir a Conferência. Logo após, saiu de circulação.” (MARTINEZ MORALES, 2002, p. 45)

Para utilizar a técnica da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), faz-se necessário explicitar as unidades de registros eleitas para o levantamento executado nas páginas do jornal. “Unidade de registro é a menor parte do conteúdo cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” (FRANCO, 2008, p.41). Priorizou-se por utilizar a unidade “palavra” para analisar as informações e selecionar dados a serem colhidos, os termos que pré-definidos foram: “ecologia”, “eco”, “ecológico”, “meio ambiente”, “ambientalismo”, “ambiental”, “ASPAN”, “ecologismo”. Aqui, também se levantou dados quantitativos a respeito dos atores em escala estadual enquadrados dentro da análise.

A fonte jornalista foi de grande valia para o atendimento dos objetivos desta pesquisa, utilizando para a coleta das informações o celular próprio marca LG K40s para fotografar as notícias relevantes, bem como um caderno de campo para numeração e ordenamento das informações. Foram levantadas informações acerca das movimentações dos distintos setores da sociedade em relação ao encontro ocorrido naquele ano, bem como perceber se há, nesse contexto, participação ativa da entidade aqui destacada. O período analisado foi o de 01/01/1992 à 06/06/1992 pelo qual foram verificados todos os exemplares dos cadernos do referido jornal com exceção do caderno Classificados, catalogadas a partir do filtro aplicado 151 referências. A compilação dos dados segue na tabela 1.

Tabela 1 – Análise de unidade de registro – Diário de Pernambuco/92

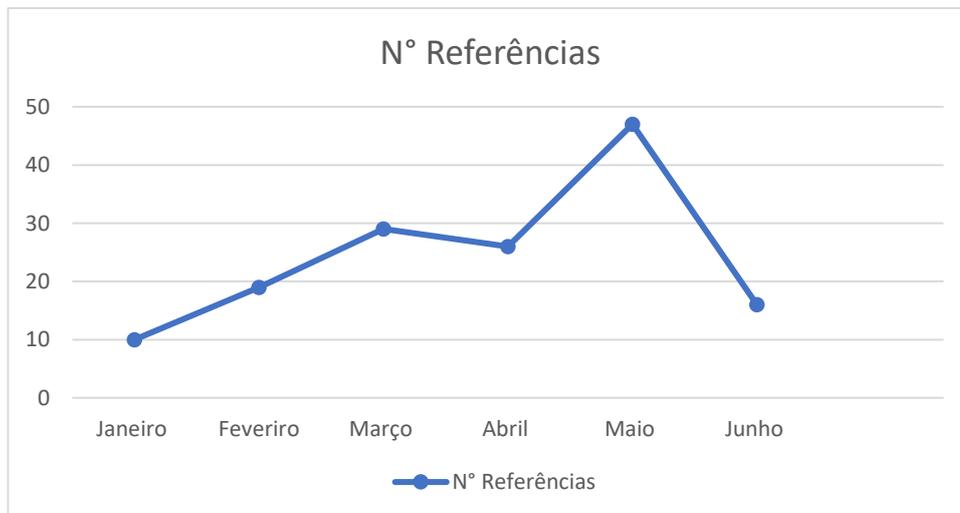
| <b>Unidade de Registro</b> | <b>Quantidade de Registros</b> |
|----------------------------|--------------------------------|
| ECO-92/Rio-92              | 34                             |
| Ecologia                   | 31                             |
| Meio Ambiente              | 23                             |
| Ecológico(a)               | 22                             |
| Ambiental/Ambientais       | 10                             |
| Ambientalista(s)           | 9                              |
| Unidades Desprezadas       | 9                              |
| ASPAN                      | 6                              |

|                |            |
|----------------|------------|
| Ecologistas    | 3          |
| Natureza       | 2          |
| Biodiversidade | 1          |
| Ecoturismo     | 1          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>151</b> |

Fonte: Diário de Pernambuco, 1992 / Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Franco (2008) alerta que a opção pela palavra como unidade de registro gera um grande fluxo de dados, razão pela qual se utiliza como critério de seleção a seguinte hierarquia: 1º ocorrência no título da matéria, 2º ocorrência no subtítulo da matéria, 3º primeira aparição na matéria. Ao tratar os dados foram desprezadas 9 referências por não se enquadrarem nos critérios. O gráfico 1 apresenta detalhamento da distribuição das menções coletadas ao longo do período de tempo determinado.

Gráfico 1 – Referências por mês Diário de Pernambuco JAN/JUN 1992

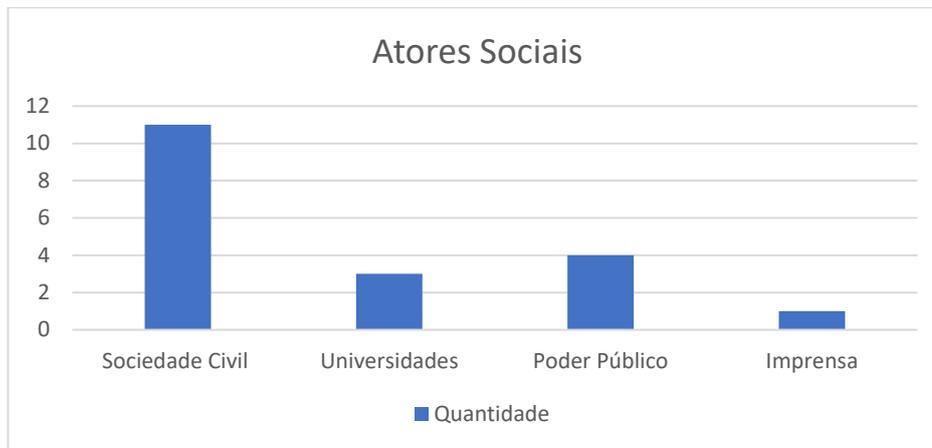


Fonte: Diário de Pernambuco, 1992. / Organização: QUINTAS NETO, 2021.

A percepção até o momento mostra que o mês em que mais houve ocorrência dos termos utilizados como filtros foi aquele em que antecedeu a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro. Em detrimento da pandemia de COVID-19 esta etapa teve de ser abreviada e só recolhemos dados do mês de junho até o dia 6. Percebeu-se a pulverização de notícias nas mais variadas seções do periódico totalizaram 14 seções de onde foi tirada referência.

O gráfico 2, explicita nosso trabalho de ligação entre as unidades de registros escolhidas e os atores sociais que a elas estavam relacionados.

Gráfico 2 – Atores sociais relacionado às notícias.



Fonte: Diário de Pernambuco, 1992. / Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Dentre as entidades da sociedade civil, encontrou-se desde grupos de moradores de prédios da zona Sul da cidade do Recife até o Greenpeace, passando por grupos carnavalescos e escolas privadas. É destacado, no entanto, o aparecimento da Associação Pernambucana de Defesa do Meio Ambiente – ASPAN direta e indiretamente em 10 das 151 referências colhidas, separadas por temática conforme o quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Notícias sobre ASPAN- Jan/Jun 1992.

| Nº da referência | Dia/mês      | Temas                              |
|------------------|--------------|------------------------------------|
| 03               | 04/janeiro   | Cesar Park                         |
| 10               | 13/janeiro   | Projeto enseada Suape - Cesar Park |
| 18               | 14/fevereiro | Cesar Park                         |
| 34               | 08/março     | Peixe-boi Chica                    |
| 92               | 03/maio      | Pirapama                           |
| 93               | 03/maio      | Pirapama                           |
| 94               | 03/maio      | Pirapama                           |
| 103              | 12/maio      | Conhecimento Eco-92                |
| 124              | 23/maio      | Extinção de Fauna                  |
| 134              | 31/maio      | Viagem para Eco-92                 |

Fonte: Diário de Pernambuco, 1992. / Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Lança-se mão também, dentro dos objetivos, da técnica de entrevista semiestruturada com integrantes da ASPAN. Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, pelo parecer presente no apêndice B selecionou-se os participantes segundo os seguintes critérios: identificarem-se como ativistas da questão ambiental, elegendo-se ainda nas seguintes categorias: 1) Ter participado ou ser filiado(a) da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN); 2) Ter participado ou ser filiado(a) de alguma entidade ou grupo ambientalista que tenha estabelecido relações com a ASPAN; 3) Participar ou ser filiado(a) a alguma entidade ambientalista que não se enquadre nas categorias 1 e 2; 4) Participar ou ser filiado(a) a alguma entidade de movimentos sociais cuja vertente difira do ambientalismo.

As entrevistas se deram mediante o consentimento dos participantes firmando suas assinaturas no Termo de Consentimento (apêndices C e D). Elas tiveram um caráter semiestruturado, tipo de entrevista em que há um roteiro base (apêndice E) e o entrevistado pode discorrer de forma mais livre sobre os temas abordados, havendo pouca interferência do entrevistador (MINAYO, 2009), ocorridas no formato presencial, foram gravadas através de smathphone do pesquisador LG K40s utilizando o aplicativo gratuito “gravador de voz fácil”. Os dados foram transcritos das entrevistas e tratados seguindo a técnica utilizada nos dados documentais levantados nos acervos (fotografias, textos, reportagens, etc.) ou seja, a técnica de análise de conteúdo.

Foram utilizadas as metodologias da categorização (semântica), atento para as possibilidades de fazer inferências durante a realização das atividades em campo, bem como nas demais fases, visto que estas não são hierarquicamente sobrepostas e aqui apresentadas na sequência que Minayo (2009) também o faz, existe também a possibilidade de descrição, que segundo Gomes (2009, p.90), “É a enumeração das características do texto resumida após tratamento.”

Os resultados preliminares das entrevistas foram os seguintes: utilizou-se esta técnica para responder aos objetivos específicos 2 - investigar as ações da ASPAN ao longo de sua história, com destaque para o período 2000-2015 e 3 - avaliar a ideia da ASPAN funcionar como um “nó” da rede do movimento ambientalista pernambucano, abordando os seus avanços e desafios.

O estabelecimento de contato com a ASPAN inicialmente se deu através de e-mail e em seguida por telefone, pelo que se obteve em trocar informações iniciais no momento exploratório desta pesquisa. Num segundo momento, quando foi aprofundada a análise na entidade em particular, solicitou-se a possibilidade de fazer entrevista e foi fornecida uma lista

de contatos a fim de entrevistar as pessoas, no quadro 5 sintetizou-se os dados sobre os participantes que concordaram em conceder entrevista, e que foi firmaram a anuência da entidade (apêndice G).

Quadro 5 – Entrevistados ASPAN (dados gerais)

| Nome           | Sexo      | Ocupação   |
|----------------|-----------|--|
| Entrevistada A | Feminino  | Professora Universitária – Bióloga.  |
| Entrevistado B | Masculino | Professor Universitário – Engenheiro Sanitarista - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado. |

Organização: QUINTAS NETO, 2021.

O processo da análise de conteúdo aplicado à perspectiva metodológica dialética permitiu, no caso das entrevistas, não ter necessidade de estabelecer previamente unidades de registro. Portanto, desde a preparação das perguntas até sua condução, prevaleceu a fluidez. Isso se refletiu em entrevistas ricas em relatos históricos devido à vivência dos entrevistados, o nosso papel foi explorar os temas levantados e conectar com as perguntas pré-definidas. Curioso é que ambas as entrevistas começaram e terminaram muito parecidas, porém, assim como o caminho que cada rio faz de sua nascente até o mar tem meandros únicos, as histórias e memórias narradas perfizeram um caminho diferente, às vezes se encontrando em outros distanciando-se, mas sempre férteis e profundas.

Na interpretação, pela qual se buscou continuar com a análise de conteúdo utilizando como unidades de análise a semântica, ou seja, foram eleitas as palavras que dentro das respectivas falas apontam para a concepção sobre o contexto vivido pela entidade no século XXI para auxiliar as inferências do objetivo 2 junto as bibliografias, para o objetivo 3 termos e temas que aludissem à ideia de Rede e como a ASPAN se posicionava nesta configuração.

Com este percurso, é necessário almejar não só percorrer eticamente o caminho do fazer na busca por respostas, mas, acima de tudo buscar honrar a história que foi contada. O pesquisador declara que os dados coletados, arquivos de áudio (gravações), nesta pesquisa ficarão armazenados em disco rígido, sob sua própria responsabilidade, a saber de , Armando Peres Quintas Neto, no endereço Avenida Santos Dumont, 333, apto 404, pelo período mínimo de 5 anos.

É esperado que com esses procedimentos se permita aproximar de uma percepção mais clara do nosso objeto. Lukács (apud LESSA, 2000, p.215) indica que este “es el momento en que se inicia el “camino de vuelta”: basados en los elementos alcanzados, se avanza, hasta el objeto, ahora “concebido em su totalidad real”<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Tradução livre do autor “é o momento em que se inicia o “caminho de volta”: baseados nos elementos alcançados, se avança até o objeto, agora, concebido em sua totalidade real” Lessa (2000, p.215)

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a abordagem que esta seção prenuncia, é imperativo fazer algumas notas sobre sua organização. Primeiramente, foi decidido estrutura-la a partir de três seções que, por sua vez, modificarão a ordem que os objetivos específicos vinham sendo trazidos ao longo deste texto.

Na primeira seção, fora abordado os resultados e discussão referente ao objetivo específico 1 - *Identificar a estrutura e as ramificações do movimento ambientalista em Pernambuco*, razão pela qual permitiu o título à seção como “A Importância da FEAPE para o Ambientalismo Pernambucano”.

A segunda seção, estruturada com base nos resultados e discussão do objetivo específico 3 - *avaliar a ideia da ASPAN funcionar como um “nó” da rede do movimento ambientalista pernambucano, abordando os seus avanços e desafios*. Esta modificação se justifica pela proximidade conceitual da Rede que se busca abordar sendo que neste é voltado muito mais para o papel enquanto articulação que a ASPAN protagonizou, segundo as fontes consultadas, intitulada como “Força verde: protagonismo pós Rio-92”.

Em detrimento da perspectiva histórica mais próxima do tempo presente, a terceira seção dará continuidade à discussão de elementos trazidos na seção anterior, principalmente no que se refere aos desafios. Intitulado “Ambientalismo no século XXI”, visa dar conta de abordar a discussão do objetivo específico 2 - *investigar as ações da ASPAN ao longo de sua história, com destaque para o período 2000-2015*.

No segundo ponto desta nota, informa-se que devido à relevância dos dados obtidos através das entrevistas concedidas, serão utilizados fragmentos delas para contextualizar e enriquecer as discussões realizadas em todas as seções supracitadas. Acreditar que, assim, será explicitada de forma adequada tal reflexão acerca a problemática: Ao que se deve o atual estado de latência das entidades ambientalistas de Pernambuco?

### 4.1 A Importância da FEAPE para o Ambientalismo pernambucano

Uma certeza permeia este trabalho. A efemeridade das instituições que lutam/lutaram pelo ambientalismo no estado de Pernambuco. Ao levantar os atores que voltaram suas ações para o meio ambiente, busca-se destacar a parcela que é composta pela sociedade civil, pois se admite que seja daí que surgem as demandas genuínas.

Na busca por perceber que atores ainda se encontram ativos e a intensidade de suas atividades faz-se uso, como referência inicial, a lista de participantes do Fórum das Entidades Ambientistas de Pernambuco (FEAPE) presente no anexo C. Não se chegou ao resultado esperado em demonstrar a atuação individual de cada grupo ou instituição, porém, a partir do cruzamento com nossas outras referências fora percebido a importância deste tipo de encontro para o coletivo, ou seja, para o movimento ambientalista.

O primeiro ponto destacado é que, ao utilizar a lista de participantes da FEAPE, dados estes que foram sintetizados nos quadro 1<sup>15</sup> da seção anterior, para entrar em contato com as entidades via correio eletrônico, chamou atenção que das 32 entidades listadas, apenas 17 tinham endereço eletrônico e destas somente uma entidade respondeu nosso formulário que consta no apêndice A. Foi a entidade Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe, composta por 55 associados a respondente afirmou que o grupo se identifica e tem como objetivo “fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da agricultura familiar, através da recuperação e preservação do meio ambiente, por meio da agroecologia e efetivação da cidadania no Semiárido Brasileiro” e afirmou ainda não ter laços diretos com a ASPAN. Sobre a frequência das suas ações, o grupo tinha atividades semanais no período pesquisado.

O segundo ponto que chamou atenção com esse levantamento foi a diferença nítida de canais de comunicação que as entidades dispunham, algumas das quais constituindo organizações regionais de entidades nacionais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras de consolidação estadual como o SERTA e o Centro Sabiá, todas essas entidades possuem páginas na internet, bem como e-mail e linha telefônica própria, no entanto nenhuma atendeu à solicitação de responder nosso formulário.

Dentro deste mesmo tópico, infraestrutura, ficou notável também a precariedade de alguns grupos, como por exemplo a “Brigada verde é vida” cujo único contato é o posto telefônico de João Alfredo bem como outros grupos cujo contato é o telefone de alguém responsável. Essa diferença em termos de canais de comunicação denota como característica os diferentes patamares de organização que os grupos ambientalistas atingiram naquele período, a ausência de resposta aos nossos contatos indica que muitos deles podem não estar mais funcionando.

Nas entrevistas, esse aspecto pode ser percebido na fala dos entrevistados, porém a entrevistada A nos dá detalhes que confirmam a inferência.

---

<sup>15</sup> Página 62

A FEAPE surgiu nessa ideia de congregar de ver se a gente estendia braços pra parte do Sertão, porque tinha muitos problemas que a gente sabia lá que... as (entidades) não tinha muito suporte... a ASPAN tinha até uns kitezinhos que a gente fazia pra ajudar as instituições a se oficializar. Criar seu próprio estatuto e se oficializar no cartório, ter essa regularidade, pra congregar um número maior de pessoas, pra ter uma voz mais ativa e a gente ter uma boa representatividade no nosso conselho estadual. (Entrevistada A, 2020).

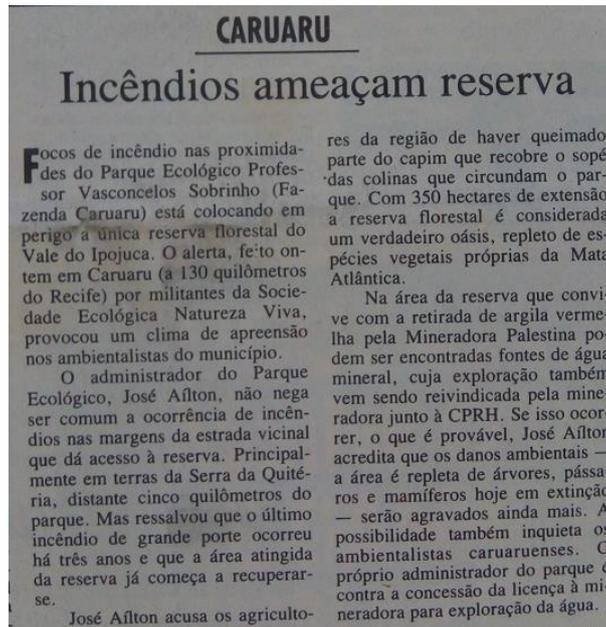
Fica marcante na fala da entrevistada justamente a diferença de sistematização organizacional que as entidades da capital tinham em relação às do interior, bem como o papel que a ASPAN desempenhou no período, não houve referência à outras entidades fazendo o papel organizacional. É importante destacar que sobre o período citado a entrevistada disse ser “Mas nessa época de 85 eu acho 86 com Valdir foi a época da criação do kit, 89 eu entrei e a gente mandava esses kits pra muitos... pra quem solicitava né, a maior parte a gente recebia por carta.” (Entrevistada A, 2020)

A fala da entrevistada ainda é corroborada com a análise de localização das entidades por região do estado de Pernambuco (quadro 2) a maior parte se concentra na capital e região metropolitana; porém, havia um número de sete entidades no Sertão e duas no Agreste.

Passando agora para os resultados obtidos pela fonte jornalística, observou-se que, das 11 entidades da sociedade civil que estavam relacionadas às reportagens admitidas no escopo desta pesquisa, é destacada, além da ASPAN e da Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE, a segunda muito envolvida junto ao Diário de Pernambuco com um seminário pré-ECO 92; a presença de 3 notícias relacionadas ao Grupo Ecológico Asa Branca e uma notícia a Sociedade Ecológica Natureza Viva, essas quatro entidades também faziam parte da lista do FEAPE analisada anteriormente. Como é possível observar nas referências trazidas pela figura 3, e no apêndice F, as demandas enfrentadas por esses grupos vão dos conflitos socioambientais por recursos até serviços de reciclagem, envolvendo práticas de educação ambiental.

Outro ponto que é salutar à nossa reflexão sobre os dados obtidos por meio desta fonte é que alguns dos atores sociais que entraram nas referências não se enquadram no que se compreende por movimento ambientalista, mas se trataram de ações pontuais em decorrência da ECO-92 como é possível ver na figura 4.

Figura 3 – Referência Sociedade Ecológica Natureza Viva



Fonte: Diário de Pernambuco, 03/01/1992. Autor: Quintas Neto (2020)

Figura 4 – Blocos carnavalescos surfam a onda ecológica/92



Fonte: Diário de Pernambuco, 27/02/1992. Autor: Quintas Neto (2020).

Diante do exposto, chega-se a ideia de Negreiros (2008) para ressoar a percepção deste autor junto ao que pudemos inferir com os levantamentos realizados até aqui.

A rede em que se constitui o movimento ambientalista local é complexa, mas dispersa. O movimento depende sempre de um estímulo extraordinário para se reorganizar a cada necessidade de articulação. A formação das redes é essencial para a sobrevivência do movimento ambientalista, e isto, em princípio não é a causa da perda de sua radicalidade e nem indica, por outro lado, uma imediata institucionalização. (NEGREIROS, 2008, p. 136-137).

No cenário atual de retrocesso nas políticas ambientais e sociais, pandêmico, é vista uma reedição nefasta do “integrar para não entregar”, entregando diariamente há 520 anos nossa natureza para os apetites vorazes das indústrias do Norte. Neste período onde o global e o local cada vez mais se co-fundem; a percepção do território vivido, que emerge das sociabilidades não predatórias, se configura como a forma de resistência ante à pressão hegemônica por sua degradação, sozinhos, silenciosamente ao que nos parecem, essas entidades vivem suas lutas.

Um exemplo do resultado que o intercambio das entidades ambientalistas no estado nos fornece, algo que eventos como o FEAPE tem a possibilidade de amplificar é o caso da Mata do Engenho Uchôa e da atuação em Suape. No caso da mata do Engenho Uchôa, uma área de 192 hectare remanescente de Mata Atlântica, restinga e manguezal que é circunvizinha de bairros da zona sudoeste de Recife, a ASPAN foi segundo Negreiros (2008) fundamental durante o período de constituição da Área de Proteção Ambiental (APA) desde os primeiros movimentos, além de dar a questão municipal rebatimento estadual a partir de 1979, a entidade participou também com contribuições técnicas devido ao seu quadro profissional, fornecendo ao grupo Amigos da Mata do Uchôa subsídio para amparar a criação da área de proteção que pleiteavam como pode ser visto no anexo B.

No que se refere ao papel da ASPAN em relação aos diversos empreendimentos que ocorreram no litoral sul do estado em detrimento de Suape a atuação da ASPAN se deu de forma semelhante, tanto numa atitude conservacionista, através de panfletagem iniciada por volta de 1975 (anexo D) bem como de assessoria junto aos moradores da ilha de Tatuoca já na primeira década de 2000, localizada na área do complexo de Suape. Cerca de 53 famílias de agricultores e pescadores que habitam a ilha seriam impactadas de diversas maneiras com a construção do Estaleiro Atlântico Sul na ilha. Nesta atuação contou com outras organizações como o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Terra de direitos formalizando assim denúncia ao Ministério Público contra SUAPE e o Estaleiro Atlântico Sul (SILVEIRA, 2010).

Ao lançar luz sobre essas redes, como a formada pelo Fórum das Entidades Ambientistas de Pernambuco – FEAPE que teve sua última convocação de reunião em 2016 segundo página oficial na rede social *facebook* percebeu-se pontos mais dispersos, bem como

o papel da ASPAN atuando nesta escala. Segundo o entrevistado B, a postura da entidade em eventos

A gente sempre respeitou o espaço da FEAPE, FCMA, FLIC, esses são espaços de articulação da sociedade. A ASPAN mesmo secretariando várias vezes a gente sempre se colocou numa postura de igual pra igual, não teria por que ser diferente. Agora naturalmente que existiam diferenças, como grupos recém-formados que não sabia muito bem o que é que “tava” acontecendo a gente sempre procurava dar uma orientação... Nosso papel, por exemplo, na responsabilidade de juntar um CONAMA era muito grande.

Ficou evidente que a experiência em outras instâncias, exemplos trazidos na fala do entrevistado como Fórum Comunidade e Meio Ambiente – FCMA e a Feira Lixo e Cidadania – FLIC, que ocorriam na escala estadual, segue o quadro 6 que congrega as ligações da entidade nesta instância.

Quadro 6 – Atuação da ASPAN – Escala Regional/Estadual.

| <b>Nome</b>  | <b>Sigla</b> |
|--|--------------|
| Secretaria de Entidades Ambientalista do Nordeste    | SEAN         |
| Associação Maranhense para a conservação da Natureza | AMAVIDA      |
| Fórum de Entidades Ambientalistas de Pernambuco      | FEAPE        |
| Fórum Estadual de Reforma Urbana                     | FERU         |
| Conselho Estadual de Meio Ambiente                   | CONSEMA      |
| Conselho Estadual de Saúde                           | CES          |
| Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco                 | FLIC-PE      |
| Fórum Comunidades para o Meio Ambiente               | FCMA         |

Fonte: Site da ASPAN e NEGREIROS (2008) Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Concomitante à consolidação local e regional, a entidade passou nos anos 1990 a atuar em nível nacional, entre outros conselhos e grupos atuou no Conselho Nacional de Meio

Ambiente o extinto CONAMA, tal envolvimento trouxe para a ASPAN um protagonismo e influência únicos no estado devido às frentes que atuavam. Esta conjuntura levará para o próximo objetivo sobre o qual será debruçado.

Logo, o papel do FEAPE para o ambientalismo em Pernambuco foi relevante na perspectiva de articular entidades de diferentes portes e de diversas linhas de atuação existentes no estado. A priori visava eleger os representantes da sociedade civil para o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) garantindo visibilidade para as pautas discutidas entre as mesmas. Acredita-se que a construção de um movimento ambientalista forte em Pernambuco deve passar pela revalorização do FEAPE abarcando novos atores sociais como os coletivos e o movimento indígena.

#### **4.2 Força Verde: Protagonismo Pós-Rio 92**

Conectadas através da tendência internacional amplificada pelas ações da Organização das Nações Unidas a partir dos anos 1980, as entidades do terceiro setor estabeleceram-se transcontinentalmente de forma mais ampla e efetiva. Governos de países industrializados do Norte, passaram a reservar parte de suas finanças destinando-as para aplicação em projetos ambientalistas no Sul, o que foi resultado da diversificação dos encontros e estudos acerca da temática ambiental. As entidades ambientalistas da sociedade civil, muitas vezes, eram as responsáveis por executar os projetos com o dinheiro proveniente de fora do país.

Será feita uma trajetória sobre esse momento da ASPAN, refletindo sobre o seu papel como um nó na rede do movimento ambientalista pernambucano da época.

Como ressaltado no tópico anterior ao longo deste período, a ASPAN, dentre outras atividades, atuava junto a grupos de comunidades como os Amigos da Mata do Uchôa, Ilha de Tatuoca, Caetés, bem como na ação de reivindicação, articulação e enfrentamento das questões dentro do estado.

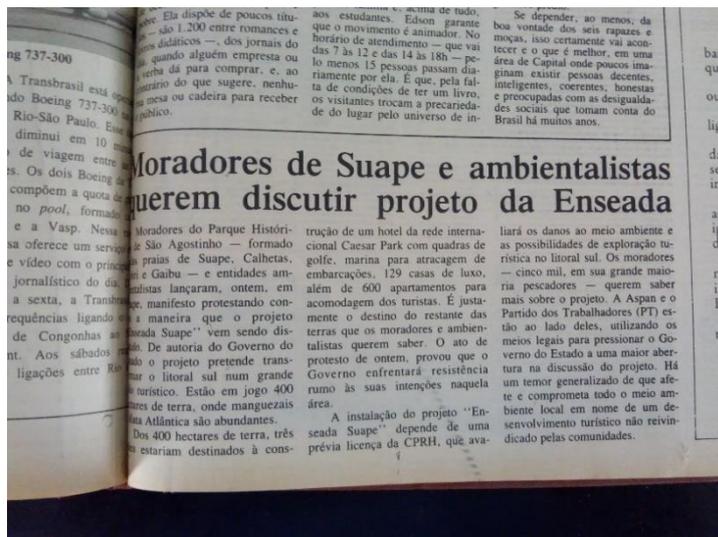
O caso ocorreu no início dos anos 1990 e ficou mais conhecido pelo conflito contra a implantação do resort, Cesar's Park, que constituía parte de um projeto chamado Enseada que seria implantado no litoral Sul causando impacto social e ambiental em uma área de aproximadamente 400 hectares onde havia manguezal e mata atlântica, caso que também foi levado às páginas do jornal Diário de Pernambuco no ano de 1992 (figuras 5, 6, 7 e 8).

Figura 5 – Construção do Caesar Park Ameaçada.



Fonte: Diário de Pernambuco, 04/01/1992. Autor: Quintas Neto (2020)

Figura 6 – Moradores de Suape e ambientalistas querem discutir projeto da Enseada.



Fonte: Diário de Pernambuco, 13/01/1992. Autor: Quintas Neto (2020)

Figura 7 – Xenofobismo: Deputado critica Ibama.



Fonte: Diário de Pernambuco, 14/02/1992. Autor: Quintas Neto (2020)

Figura 8 – Caesar Park: obras em 6 meses.



Fonte: Diário de Pernambuco, 01/04/1992. Autor: Quintas Neto (2020)

Essas figuras trazem muitas inferências acerca dos atores espaciais e do debate ambiental em Pernambuco no referido ano, bem como o papel da imprensa em dar voz aos múltiplos discursos. A figura 5 é uma notícia da página “Últimas Notícias” em síntese fala do andamento

do processo movido pela ASPAN junto ao Tribunal Regional Federal - TRF, amparado pela constituição ambiental brasileira, que julgava a possibilidade de embargo da construção do resort da rede internacional Caesar Park devido aos impactos ambientais e sociais que a obra traria, o texto fala em investimento da ordem de 60 milhões de dólares, que deixa claro o interesse das classes hegemônicas. É destacada a forma de atuação através de ação civil pública que causou o embargo da obra e que também visava chamar atenção para outro trâmite legal relacionado ao empreendimento, é a dragagem de 6 mil metros cúbicos de areia da praia de Suape que tramitava na 9ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco.

A segunda figura, número 6, foi veiculada no caderno “Vida Urbana” e fala da articulação entre ASPAN, Partido dos Trabalhadores (PT) e cerca de 5 mil moradores da área atingida pelo projeto Enseada para pressionar a CPRH contra a licença de instalação do projeto como um todo, que tinha dentre outras pretensões a construção do resort em uma área de três hectares. A aproximação entre a entidade ambientalista e partido pode ter significado um ganho de força política fundamental para o equilíbrio que ocorreu, prova disso foram as decisões favoráveis aos ambientalistas. Sobre a relação com o PT foi encontrado um fragmento da fala do *entrevistado B* que pode dar uma ideia acerca da relação,

“A gente sempre teve uma postura muito independente nessa relação política apesar da gente se considerar mais da esquerda, apesar de ter pessoas com outro direcionamento no grupo nós conseguimos nos manter nesse período todo numa convivência tolerável, porque as pessoas que estavam ali estavam preocupadas com aquele objetivo que era a questão ambiental.”

Na figura 7, capturada do caderno “Economia”, observa-se a fala direta do então deputado Gilson Machado (PFL-PE) notório empresário do setor sucroalcooleiro e madeireiro, acusando o Ibama de sectarismo e xenofobismo ecológico devido ao embargo que estava em vigor contra a construção do Caesar Park. Em suas palavras, o estado estaria perdendo “250 milhões de dólares” que viriam com o empreendimento, ele também apontou a solução para o debate acerca do manguezal aterrado “*os dois hectares que seriam aterrados, podem ser removidos para outro local em área maior*”.

O então deputado ainda cita os Estados Unidos e o Canadá como lugares onde os povos indígenas são completamente integrados à sociedade e que as leis ambientais na Europa são executadas de forma ordenada e sem ameaça ao desenvolvimento industrial e tecnológico. No que se refere à oposição ao ambientalismo em Pernambuco é notado no deputado uma caracterização dos atores hegemônicos, neste caso ligado a elite agrária.

A figura 8 aqui apresentada aponta o aparente desfecho da situação. Colocada como aparente, pois fogem ao nosso escopo desdobramentos posteriores. Ainda nesta figura tem-se a

notícia, também veiculada no caderno “Economia”, que repercute a fala do então secretário de indústria, comércio e turismo, Celso Sterenberg. Ele afirma que o órgão ambiental do governo estadual CPRH acatou a obra mediante a compensação prevista no 1º artigo da Resolução 10 do CONAMA de 1987, que prevê compensação ao meio ambiente impactado através da criação de uma estação ecológica pelos empreendedores. Por fim, a área de manguezal realmente impactada pelo empreendimento foi de 300 hectares e o investimento segundo esta notícia era de 52 milhões de dólares. Em 2021, o hotel se chama Caesar Park *Eco* Resort.

O que fica claro é que, apesar da construção, a mobilização e atuação em um movimento coordenado contra um “inimigo” comum resultou em compensação uma área de preservação. Infelizmente não foram apuradas quais as compensações para as populações que ali habitavam e em nenhum documento que foi disponibilizado, encontrou-se onde se localizaria a área determinada para a estação ecológica. Esse caso nos mostra o nível de vascularização que a ASPAN tinha no início dos anos 1990, período que, segundo afirmamos através da revisão bibliográfica, as ONG ambientalistas ganharam maior protagonismo.

Crê-se que naquele momento no estado de Pernambuco nenhuma outra entidade teve uma atuação tão diversa e efetiva quanto a ASPAN. As ligações existentes nessa época no quadro 7 foram sintetizadas. A relação da ASPAN com as entidades citadas vai desde a presença, o que se chamava comumente de “assento”, no CONAMA e no CONABIO através do envio de representante da entidade, organização de base local para presença no MNCR, até o financiamento como foi o caso da Fundação Boticário que abria editais para financiar ações voltadas ao ambientalismo cuja entidade foi contemplada.

Quadro 7 - Atuação da ASPAN – Escala Nacional.

| <b>Nome</b>   | <b>Sigla</b>    |
|---|-----------------|
| Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento | FBOMS           |
| Articulação do Semiárido  | ASA/RIOD Brasil |
| Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis                             | MNCR            |
| Fundação O Boticário de Proteção à Natureza   |                 |
| Conselho Nacional de Meio Ambiente  | CONAMA          |

|                                     |         |
|-------------------------------------|---------|
| Comissão Nacional da Biodiversidade | CONABIO |
|-------------------------------------|---------|

Fonte: Site da ASPAN e NEGREIROS (2008) Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Ainda do período que antecedeu a Rio-92, destaca-se o papel da entidade nas escalas regional e nacional. No ano de 1986 aconteceu o II Encontro das Entidades Ambientalista do Nordeste, em Olinda, local onde a ASPAN foi inicialmente sediada. O período estava fortemente influenciado pelo início da constituinte no ano seguinte e o papel das entidades ambientalistas do Nordeste foi ali debatido com, entre outras deliberações, a escolha da ASPAN para representar as entidades junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente o atualmente extinto CONAMA.

Outra deliberação foi a criação de um veículo público de comunicação entre as entidades e a sociedade o “Jornal Ambientalista do Nordeste” (anexo E) do qual essas informações foram retiradas e que foi de responsabilidade editorial da ASPAN por cerca de dois anos. No mesmo periódico, há um reporte de atuação da ASPAN no CONAMA que consolidou a proibição da caça de baleias no estado da Paraíba bem como em todo litoral brasileiro, já havia um projeto de 1985, porém, no momento era inconsistente (anexo F).

Este momento repercute nas falas dos entrevistados, bem como o conceito de rede e o papel da entidade nas diversas frentes de atuação que desenvolvia e mediava. Primeiro repercutiremos a fala do *entrevistado B* refletindo sobre presença do grupo nas escalas aludidas,

Conseguimos a partir daí articular vários movimentos que foram se consolidando em grupos que foram formando toda parte da política, participamos ativamente da formação da própria política (ambiental) tanto nacional quanto local a partir do CONAMA, a gente sempre teve no CONAMA. E aqui, participamos ativamente da formação dos conselhos municipais como também do conselho estadual, isso, na realidade a gente consolidou nosso papel a partir de 92 com a ECO, no Rio, a gente tava numa posição estratégica, vários colegas já tinha saído e montado outros grupos, a ASPAN é uma semente que deu vários galhos de entidades, são tantas que eu nem lembro.

Este trecho traz além da confirmação sobre a participação escalar, também a percepção que as entidades, principalmente as ONG por serem formadas em sua maioria por estudantes universitários e profissionais de diversas áreas, ou seja, por pessoas com um nível de instrução elevado para a época, foram importantes para a formação política à qual o entrevistado faz referência na fala. Quanto à *entrevistada A*, esta coloca no panorama das encruzilhadas em que a entidade se encontrava no período pré-ECO 92, assunto que será aqui levantado para transitar rumo a escala internacional,

Claro que a gente teve uma participação muito ativa foi na época em que criou a SEAN, como forma de se organizar depois o FBOMS, quando a gente chegou ao FBOMS que é aquele Fórum Brasileiro de Ong's e Movimentos Sociais é... um dos organizadores desse do paralelo da ECO-92 né... a gente já tinha a SEAN em funcionamento, tanto é que as vezes que eu por exemplo viajava junto com a equipe do FBOMS pra fora eu ou qualquer outra pessoa da ASPAN concorriamos pela SEAN pela Secretaria de Entidades Ambientistas do Nordeste, que quase todo ano fazia seu evento.

Com os elementos analisados até aqui se compreendeu que o lugar estratégico que a ASPAN ocupava no período histórico retratado, se deveu a fatores como: ativismo, qualificação e diversidade de seus quadros, campanhas positivas, capilaridade e recursos. Nos foi nítido durante o momento da entrevista que será transcrito a seguir que o evento retratado mostrou para a entidade o poder do ambientalismo internacional. Ele nos foi proporcionado pela *entrevistada A*, segue o trecho,

[...] a gente sabe da força que tem um movimento quando ele consegue se mobilizar, pra ter influência que pode ser lá nos cafundós, por exemplo, na reunião que precedeu a ECO a gente conseguiu uma coisa contraria que foi ter influência aqui no governo do estado pra que o governo do estado não assinasse um acordo que ele tava dando publicidade pra assinatura com uma instituição que ia criar aqui dentro um incinerador... então eu tava em 91... antes da ECO-92, no natal, numa reunião preparatória que teve em Paris, Alexandre me mandou a informação, a gente tava com um evento acontecendo aqui e as informações estavam chegando e o pessoal da ASPAN aqui mandou as informações todinhas pra lá, falando “tá assinando...” e a gente conseguiu lá ter uma coletiva de imprensa em que eu coloquei essa coisa, foi uma coletiva de imprensa feita dentro da reunião preparatória em Paris, pra isso, pra evitar que o governo do estado de Pernambuco assinasse aquele acordo aqui... então assim, tanto pra influenciar o país de origem quanto pra influenciar a reunião e os rumos do que tá acontecendo lá é super importante que a gente tenha esse trabalho.

Os esforços foram no sentido de validar a ideia de que a ASPAN tenha sido um nó fundamental no movimento ambientalista pernambucano e que sua diminuição de intensidade deixou de irrigar os rizomas que antes influíam. Causando perda de protagonismo local que vai se propagando ao longo da rede, extingue-se paulatinamente os encontros, debates, trocas de informações que partiam daquele nó, sem que houvesse recolocação da rede para outras fontes. O que a esse ver caracteriza tal entidade como principal referência do ambientalismo em Pernambuco, é que ela conseguiu promover ações políticas concretas por meio dos enfrentamentos diretos frente a ações das maiores instâncias políticas locais.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1992 foi um marco da presença das mais distintas entidades do terceiro setor. O Brasil se encontrava em um clima de

incerteza e instabilidade política no governo Federal, que buscou atestar estabilidade com uma conferência profissional. Pernambuco vivia a epidemia de cólera que era via de regra tratada como uma questão de infraestrutura urbana. Foi um momento de palpitação do debate ambiental em diferentes instâncias da sociedade e do governo, várias entidades promoveram toda sorte de atividades trazendo visibilidade à pauta ambiental de exposição de artes plásticas a debates acadêmicos.

Repercutindo fala do *entrevistado B* que, ao responder uma questão sobre a articulação da entidade nos fornece o seguinte trecho: “[...] aí a gente foi se estruturando e na década de 90 a gente já entrou com a ECO já tava num nível de articulação bem maior, uma atividade de militância, porque a ASPAN é uma entidade de militância[...]” além de nos confirmar os levantamentos anteriores o entrevistado deixa nítido o direcionamento que no momento da fala classificava a atuação da entidade.

Em um trecho que rememorava o histórico da entidade, a *entrevistada A* diz o seguinte sobre o momento abordado, “Então a ECO-92 foi um período de boom né? A preparação pra eco-92 fez criar novas pontes né, se aquelas antigas já não tavam funcionando, mas tinham outras possibilidades que a gente teve que aprender a andar nesses caminhos.” Mais adiante na mesma fala, a entrevistada reflete sobre o momento pós-Eco 92 e as consequências do referido boom, em suas palavras,

Ai, veio justamente essa fase em que pós ECO-92 é... e foi um fato da gente ter acento na ECOSOC né, de a gente conseguir de alguma forma acompanhar, de monitorar, esses eventos internacionais essas convenções internacionais, na verdade eram aquelas é... eram os momentos das reuniões oficiais, né, que geralmente ia, eram reuniões longas de quinze dias, vinte dias né, e... a gente conseguia de alguma forma ter esse financiamento e nesse período a gente... é... eu posso dizer que foi o período que a gente mais se afastou do local. Infelizmente, assim, a ideia de pensar globalmente é... mantinha mais o agir localmente ficava cada vez mais difícil.

O que ficou nítido para nós e começa a repercutir nas falas dos entrevistados é que o período pós-ECO 92 mudou a proporção de financiamentos disponíveis para a entidade. A amplitude da conjuntura dos anos 1990 fica clara na fala quando a autora se refere a “assento na ECOSOC” Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, bem como participa da CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável criada como demanda da RIO-92 para garantir que os encaminhamentos da reunião fossem colocados em prática nos diversos territórios onde eram destinados.

Há um contraste entre as últimas falas repercutidas dos entrevistados que permitem fazer inferência sobre a unidade de registro “atuação” o entrevistado B fez associação do período

com a militância e a entrevistada A associou à distanciamento. Como sabemos que a ASPAN tinha frentes e escalas de atuação diferentes, reservou-se a possibilidade desta percepção ter sido parcial no momento e que a ficha foi caindo aos poucos e que esta reflexão é fruto de olhar para a trajetória. No entanto, é importante ressaltar que as lutas ambientais exigem um forte componente territorial para se perpetuarem e se manterem efetivas.

Será apresentada uma compilação elaborada a partir de informações contidas no site oficial da ASPAN, bem como do trabalho de Negreiros (2008), trazendo as entidades e os grupos, ou seja, a rede que a ASPAN interligava ao longo de sua história, objetivando uma mirada sobre as suas escalas de atuação, seguem um compilado destas por escala de atuação, o quadro 8, corresponde as entidades/grupo/fundos/comissões que a ASPAN esteve ou está ainda ligada que são de origem estrangeira.

Quadro 8 – Atuação da ASPAN – Escala Internacional.

| <b>Nome</b>   | <b>Sigla</b> | <b>Pais/Região</b>         |
|---|--------------|----------------------------|
| Rede Internacional de ONG's Sobre Desertificação.               | RIOD         | ONU                        |
| Conselho Econômico e Social.                                    | ECOSOC       | ONU                        |
| Comissão de Desenvolvimento Sustentável                         | CDS          | ONU                        |
| Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.              | PNUD         | ONU                        |
| Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social                   | SATED/DED    | Alemanha                   |
| Rainforest Action Network                                       | RAN          | Estados Unidos da América. |
| Global Greengrants Fund   | GGF          | Estados Unidos da América  |
| Organização Intereclesiástica para Cooperação e Desenvolvimento | ICCO         | Países Baixos              |
| Action Re-Buts  | AR           | Canadá                     |
| Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional              | AICD/CIDA    | Canadá                     |

|  |          |                    |
|--|----------|--------------------|
| Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo | IDRC     | Canadá             |
| Ação Mundo Solidário                                       | ASW      | Alemanha           |
| Fundação AVINA   | FA       | Suíça              |
| Saheel Dephis  |          | Bukina Faso/França |
| <i>Fundación del Sur</i>                                   | FUNDASUR | Argentina          |

Fonte: Site da ASPAN e NEGREIROS (2008) Organização: QUINTAS NETO, 2021.

Sob a atmosfera das reuniões internacionais, a entidade pernambucana passou a receber propostas e financiamentos para desenvolver projetos junto a algumas das entidades contidas no quadro acima. Segundo arquivos da própria ONG, algumas dessas relações serão expostas. A ACTION RE-BUTS (La Coalition Montréalaise pour une Gestion Écologique et Économique des Déchets) com o apoio financeiro da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional ACID/CIDA, fornecia recursos para a ASPAN desenvolver projetos na área de resíduos urbanos, como a Feira três R's que ocorreu concomitantemente no Canadá, na Bélgica, Cuba e Chile, em comemoração à Semana Internacional da Redução.

Na mesma linha de atuação, a entidade recebia incentivo da Fundação AVINA da Suíça. *O entrevistado B* atuou diretamente com estas instituições e relata mais detalhes,

Foi quando nós começamos a partir da ECO a aceitar recursos de organizações estrangeiras, pra desenvolvimento de projetos, nós tínhamos recursos, pra militância, um projetinho aqui outro acolá, pequeno. Eu particularmente coordenei alguns projetos na ASPAN, a gente conseguiu um projeto no início de 2000 com a AICD do Canadá, de quatro anos, na área de resíduos, depois tivemos a participação num projeto da fundação AVINA, acho que por seis anos [...].

Muitas vezes, esses projetos não estavam relacionados ou eram executados na Região Metropolitana de Recife, o que remete mais uma vez a fala da entrevistada A sobre o afastamento que esse período gerou das práticas locais. Um desses exemplos foi a relação com a Rede Internacional de ONG sobre Desertificação (RIOD) cujo locus aqui era o sertão nordestino, segundo o Entrevistado B: “Em 92 participamos da ECO, articulamos depois a COP de desertificação onde teve toda a discussão do projeto da ASA, ela se iniciou dentro da ASPAN por incrível que pareça, isso na década de 90.” Esses acordos aconteciam no sentido Norte-Sul como demonstrado acima, mas também aconteciam no sentido Sul-Sul a exemplo do caso das relações de cooperação mantidas com a entidade Saheel Dephis e a Fundación del Sur.

Parte das ligações por falta de fontes mais detalhadas não foram exploradas aqui. Acredita-se que foi construído ao longo dos tópicos levantamento, disposição e relação dos dados considerados que nos permitem afirmar a consistência da entidade abordada, bem como da rede que desenvolveu no trajeto histórico realizado até então. Esta entidade teve, assim como o ambientalismo no Brasil, um período distinto no que se refere à atuação pré e pós RIO – 92, o que é salutar para nós, na história do ambientalismo pernambucano é que no momento destacado a ASPAN foi o principal entreposto de ligação entre o ativismo internacional e o estado, influenciando em diversas instâncias. Nos parece que este foi o momento mais propício para se estabelecer um Movimento Ambientalista forte no estado. A reflexão que se segue buscará avançar para o momento histórico mais próximo ao presente, pelo qual refletiremos como a ASPAN chegou aos anos 2000 e que consequências as mudanças de conjuntura deste período trouxeram para o ativismo ambiental praticado pela ASPAN.

### **4.3 Ambientalismo no Século XXI**

A experiência da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza conseguiu transpor os ideais que a constituíram e se estabeleceu por cerca de 40 anos como um dos principais protagonistas do movimento ambientalista no estado federado de Pernambuco. A entrada para os anos 2000 trouxe uma maturidade ao período vivido nos anos 1990 e a década de 2010 exigiu um pouco mais de uma entidade que é constituída por pessoas, em si, falíveis ao tempo.

A análise confluiu até esse ponto onde será voltada para pensar as ações da entidade no período que se inicia em 2001, inspirada pela questão trazida em Gohn (2008) acerca da possível cooptação de movimentos sociais por governos progressistas que arregimentam lideranças coibindo, em alguns casos, críticas mais radicais. No caso do movimento ambientalista, o momento de institucionalização através dos órgãos regulatórios e conselhos locais e estaduais reflete a mesma ideia de diluir as contestações e ao mesmo tempo buscar por legitimação frente aos movimentos.

Como afirmado no tópico anterior, existia a percepção de que o momento de expansão internacional da ASPAN em alguma medida os deixou mais longe das ações locais. Há, no entanto consenso entre os entrevistados de que a profissionalização da entidade influenciou na sua atuação num sentido de esta abraçar projetos que visavam manter o fluxo de financiamento internacional.

Ai a gente começou a avaliar, cria-se também essa dificuldade, nessa época, porque, continuando a cronologia... 2000 a gente já tava muito... com projetos que serviam pra desenvolvimento, mas serviam pra manter a ASPAN, nós tínhamos uma sede no Pátio de Santa Cruz e esses projetos foram desenvolvendo uma cultura em algumas áreas ambientais e isso foi muito importante, a gente acabou mantendo também, durante um certo tempo a instituição, mas era muito difícil isso, porque quando se tinha projetos anteriormente para financiamento de militância era melhor. (ENTREVISTADO B, 2020).

[...] uma primeira fase muito eclética que todo tipo de demanda que chegava a gente... tinha aquela preocupação muito local. Depois a gente tem um movimento que começa pra manter essas atividades locais e a sua manutenção começa a ter/fazer várias pontes internacionais com instituições e claro você acaba sendo influenciado por eles. A gente começa uma fase como se a gente que tivesse se afastado da academia volta um pouco a ter projetos mais ligados a questões ecológicas formais do que a parte mesmo política de conservação ambiental, então entra dentro desse bojo, projetos de proteção a algumas espécies ameaçadas ou de promover levantamentos em áreas ameaçadas. (ENTREVISTADA A, 2020).

Um aspecto que nos chama atenção a partir da fala do entrevistado B é que ao falar em militância ele se refere a atividades de militância, o que, no entanto, ressoou é que, em nenhum momento ficou claro se existia uma estratégia de criação de base e/ou renovação para a entidade, ao que consta a associação se dava em três níveis: dos sócios fundadores, dos sócios efetivos e dos sócios doadores.

Esta questão além de estar ligada diretamente a ter sangue novo e ideias novas correndo na entidade, se relaciona ao financiamento, pois os sócios pagavam uma taxa anual. Fora identificado então que o primeiro motivo para a entrada da instituição num estado de latência das ações da entidade foi o desaparecimento do financiamento, captado na fala-chave do entrevistado B que segue,

Ai quando foi agora já na década de 2010 particularmente a gente começou a reduzir bastante por que ai houve uma redução absurda nesses projetos, de financiamento de entidades. Primeiro porque grande parte das entidades estrangeiras começaram a ir pra África por que achavam que o Brasil tinha recursos, esse era o discurso deles e que a gente tinha que ir atrás de recursos dentro do próprio país. O Brasil tinha recursos e tem, ai tinha que criar políticas internas, fundos específicos, pra que as ONGs daqui conseguissem aportar.

Esta afirmação pode estar ligada ao ciclo de crescimento econômico representado pelo governo do Partido dos Trabalhadores, momento em que o Brasil consolidou protagonismo internacional, mas que em relação à proteção do meio ambiente deixou a desejar. A título de exemplo, o incentivo às hidroelétricas na região Amazônica; muito embora nada se compare ao desmonte criminoso do sistema federal de proteção e fiscalização ambiental praticados pelo atual governo.

Repercutindo ainda no sentido do financiamento internacional, tem-se a fala da Entrevistada A, que oferece uma visão dessa mudança de status que a ASPAN viveu,

Uma certa infraestrutura depois você acha que vai ser impossível retroceder. Essa dificuldade de retroceder de ter já uma infraestrutura... não bem uma sede mas um local alugado, você conseguir pagar o aluguel e daqui a pouco você não tem nada disso mais, num tem recurso pra manter nada disso esse processo é uma das coisas mais difíceis que existem pra manutenção das instituições e isso que é uma crise né... é... a gente sabe que muitas ong's sofreram a gente também sofreu, essa mudança de século, então no início do ano 2000 a gente já não tinha mais recurso nenhum e o negócio era voltar a época que eu tinha um fusquinha com aquele bagageirozinho atrás, interno e a gente botava... meu avô tinha uma máquina de datilografia pequenininha, Olivetti, que tava ali... e a gente fazia... tinha uns papéis que a gente tinha conseguido botar o símbolo da ASPAN e a gente fazia os ofícios pra entregar na CPRH ou no ministério público, a gente ia... pegava na maquininha de dentro da mala do fusca e fazia e as reuniões quase era numa praça então assim... esse retroceder foi complicado mais assim... a gente ainda se manteve no momento que a gente começou a mudar de rumo. (ENTREVISTADA A, 2020).

Fosse somente pela falta de financiamento como se viu na fala acima, ainda existiria o ideal romântico do retorno aos primeiros momentos do ambientalismo combativo e criativo como a mesma complementa em outro momento sobre o mesmo tema: “[...] meio como um tipo de saudosismo de volta às origens, íamos começar a dar novamente mais atenção aquelas demandas individuais ou de grupos de associações de bairro né [...]” (ENTREVISTADA A, 2020)

Vinculado a este processo está a decisão por se retirar das redes e conselhos de que faziam parte. Sobre esse aspecto, a entrevistada A afirma que o que houve foi um sentimento de cansaço, de estar “ali” (no caso fórum de biodiversidade) há 10 anos e não ver quase nenhum resultado. A entrevistada ainda afirma que percebeu que tudo começou a ficar num ritmo “muito lento” e em alguns momentos chegar a “travar mesmo”, foi quando eles decidiram se retirar de todas as redes de que participavam.

Há no trabalho de Negreiros (2008) uma fala de Alexandre Araújo, integrante histórico da ASPAN, que esclarece o motivo da retirada da entidade dos conselhos (municipal, estadual e federal), aqui, reproduzido o trecho da entrevista,

Não existe uma política nacional de meio ambiente, não existe uma política nacional de recursos... o que existe é na base do improviso, é um dinheiro que fica contingenciado. [argumento extensivo às políticas estaduais e municipais de meio ambiente] ...A falta de seriedade, de compromisso e de comprometimento político é constante nas administrações todas... isso traduz também a falta de consciência social porque na verdade de um lado tem o poder econômico que pressiona, que manda mesmo, que eleger os dirigentes. E por outro lado eles não têm a mínima consciência ambiental, embora se prejudiquem com o que acontece no meio ambiente. O baixo

nível de consciência ambiental é o grande nó da história. (Alexandre Araújo, 2005, apud NEGREIROS, 2008 p. 114).

Unindo a perspectiva trazida pela fala acima, ao argumento fornecido pelo entrevistado B, afirmando que as entidades estrangeiras deixaram de financiar projetos no Brasil para que as organizações locais buscassem forma de aporte financeiro interno, está pronta a receita para a desarticulação. O mesmo entrevistado aponta que um dos motivos para a diminuição recente das atividades da ASPAN foi o falecimento de Alexandre, ele comenta também a perda ainda nos anos 1990 de outro membro histórico da entidade o advogado Luís Dário. O que nos leva ao próximo ponto. Que é a ausência de renovação dos quadros da entidade.

Este ponto, acreditando ser um dos maiores entraves do ambientalismo centralizado em organizações não governamentais, seu caráter associativista trava o ingresso orgânico de pessoas que não tenham ligações prévias com a entidade. Aqui, reflete-se para além do caso da ASPAN, pois é reservado às entidades o critério de aceitação de novos membros. O que reflete nas falas dos entrevistados, no caso da entrevistada A quando afirmou o cansaço da mesma pessoa, no caso ela, ser a representante da entidade em um determinado fórum. E em outro aspecto que corresponde as questões de diálogo geracional, expressas no desconhecimento das novas gerações sobre o movimento bem como no desconhecimento do movimento de como atingir as novas gerações.

A *entrevistada A*, no momento final de nossa entrevista, cujos trechos foram trazidos neste capítulo quase que em sequência, se mostrava desanimada ao abordar o momento recente da entidade, seu descontentamento se exacerbou no relato sobre uma exposição organizada em 2014 na Universidade Federal Rural de Pernambuco em comemoração aos 35 anos<sup>16</sup> da entidade. A entrevistada se mostra frustrada ao recordar a baixa frequência da exposição, num momento anterior a fala da exposição ela afirma o seguinte,

Então a gente se sentiu assim, completamente sem espaço, viu que num é... aquilo, aquela metodologia de voltar, aquilo de se reaproximar ou de... também... é... é engraçado como assim, novas gerações já não conheciam mais a ASPAN talvez a gente tenha se afastado tempo demais de algumas questões mais locais de modo que, quando a gente chegava no local, a gente tinha que explicar aquela coisa toda dizer (expressou cansaço na fala) o que era e o pessoal ficava assim... como se a gente tivesse “esse cara tá contando besteira né, não existe isso, nunca ouvi falar e num sei que, ou não é por aí” que dizer [...]. (ENTREVISTADA A, 2020).

Já na fala do entrevistado B essa questão foi abordada no tocante aos novos tipos de ativismo, pode-se perceber a baixa articulação da entidade ao longo do nosso levantamento de

---

<sup>16</sup> <http://www.memorial.ufrpe.br/node/37>

dados, como o desligamento do site oficial da ASPAN, a incipiência da página da rede *facebook* e da inexistência de outros perfis digitais da entidade, segue o trecho destacado,

[...]mais aí também houve uma mudança, terminando essa fase do cronograma (cronologia) houve uma mudança na forma de militância, aquele modelo de militância anterior não existe mais. Começa a ser uma militância digital, que num certo momento ela começou a funcionar, por exemplo o ocupe Estelita a gente participou ativamente e foi uma articulação digital e algumas ações pontuais. Mas aí, o que era de se esperar, tá acontecendo, as redes viraram um pandemônio de mentira e intolerância, e ai resultado tanto esse pessoal que tava se articulando por eu acho que se sente um pouco meio perdido, tá mais fazendo festinhas, fazendo crowdfunding tentando essas coisas mais concretamente em termos de ações pra conter esse avanço desmedido que tá acontecendo nessa questão ambiental nada tá sendo feito e agora que realmente essa coisa tá pegando.

O que é possível perceber a partir das falas trazidas até então é que ao longo dos anos 2000, a ASPAN vai perdendo seu caráter combativo e passa a se adequar aos editais internacionais gerando uma gradual mudança nas ações do movimento, na direção inclusive de deixar de ser um movimento. Serão trazidas, aqui, as palavras de Alexandre (2000) que aportam nossas conclusões, segundo o autor,

O movimento passa a perder a sua espontaneidade, o seu ativismo político crítico e ganha força enquanto bandeira oportunista para empresários, publicitários, agências setoriais de governo. Perdem as minorias, mesmo aquelas que na esperança de poderem pressionar o governo e empresários nas arenas políticas criadas teoricamente para a discussão dos problemas sócio-ambientais (leia-se, por exemplo, os conselhos setoriais do meio ambiente no nível federal, estadual e municipal), acabam sendo literalmente “engolidas” pelas forças burocráticas do sistema. (ALEXANDRE, 2000, p. 101).

A percepção a que esta reflexão e o levantamento mostram, afirma que o estado de latência, aqui demonstrado através da trajetória da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza e de parte da rede do movimento ambientalista em Pernambuco, deu-se e pode ser compreendido como a perda da radicalidade do movimento ambientalista corroborando com o pensamento acima. Além dos motivos abordados, parece claro que, a latência também está associada à centralização das lutas em representantes expoentes, o arrefecimento da mobilização pelas causas locais e a extrema flexibilização da estrutura física. Sobre o que a fase de latência pode significar para um determinado movimento ou grupo apresenta-se o seguinte:

*1) la fase de latencia permite experimentar directamente nuevos modelos culturales, favorece el cambio social mediante la construcción de significados y la producción de códigos diferentes a los que prevalecen en una sociedad. Esta clase de producción*

*cultural con frecuencia implica un desafío a las presiones sociales dominantes. La latencia representa una especie de laboratorio sumergido para el antagonismo y de la innovación*<sup>17</sup>. (MELUCCI, 1999, p. 127).

Tal antagonismo citado pelo autor pôde ser percebido na ausência de sentido demonstrado pelos entrevistados em relação às práticas de ativismo contemporâneas, nesta visão, o estado de latência do movimento como um todo pode indicar uma reconfiguração de atores em novas arenas de atuação. Esta trilha aponta para os desdobramentos futuros advindos do contexto descrito até então, apontando para o avanço em direção ao ambientalismo com a essência do século atual, em suas qualidades e contradições.

Neste ponto, ao usar a dialética inversa e retrocedermos num movimento de volta, se podem fazer inferências sobre as consequências da perda da radicalidade do movimento ambientalista em Pernambuco.

Diante do exposto, no século XXI, o ambientalismo em Pernambuco, está fadado a lidar com a forte instrumentalização da questão ambiental, na medida em que os atores da sociedade civil passaram a ter suas demandas suavizadas e seus mecanismos de lutas desarticulados ao longo dos anos 1990 e nas primeiras décadas dos anos 2000. Por conseguinte, ficara relegado à um papel de suporte técnico e educacional acionado quando as demandas compensatórias empresariais/governamentais assim solicitarem.

---

<sup>17</sup> 1) a fase de latência permite a experimentação direta com novos modelos culturais, favorece a mudança social por meio da construção de significados e da produção de códigos diferentes daqueles que prevalecem em uma sociedade. Esse tipo de produção cultural frequentemente envolve um desafio às pressões sociais dominantes. A latência representa uma espécie de laboratório submerso para o antagonismo e a inovação. (MELUCCI, 1999, p.127)

## 5 ENCRUZILHADA DO TEMPO

Onde se insere o ambientalismo num país que perdeu mais de meio milhão de pessoas para um vírus? Onde o ódio avassalador às classes subalternas gera cenas de um teatro horrendo vitimizando principalmente povos tradicionais, camponeses e periféricos urbanos. Há preocupações com desemprego, violência, pobreza, educação e entre várias outras se insere a questão ambiental. Que acompanha e infelizmente acompanhará a humanidade cada vez mais de perto. Lhes digo, o ambientalismo está no centro. Acreditamos que o momento de pulverização do ambientalismo dos anos 2000 teve seu papel em ampliar a percepção e o conhecimento sobre suas pautas, mas não foi o suficiente.

Os indivíduos sempre vivem em encruzilhadas do tempo, crendo que para as lutas ambientais no Brasil é chegado o momento de mudar de direção, o ambientalismo do próximo século tem que ser radical ou não será nada. No sentido de não esquecer onde estão as raízes, as suas e as dos problemas que combate. O movimento ambientalista precisa se apropriar do território, assim como o fazem os movimentos indígenas, inclusive, ouvindo, aprendendo e lutando lado a lado com eles.

Foram apontados aqui elementos como a experiência do Fórum das Entidades Ambientais de Pernambuco, espaço onde os diversos grupos e entidades da sociedade se encontravam para debater suas demandas. A impressão que fica é a de que sua estagnação se deu por sua função estar principalmente atrelada ao Conselho Estadual de Meio Ambiente inviabilizando uma autonomia crítica. Reforça-se, aqui que não foi possível avançar neste escrito sobre o tema, que precisa ser ainda muito debatido e estudado, não por um viés teórico somente, mas principalmente por reestabelecer o princípio ativo.

No que se refere ao papel da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN na rede das entidades e na luta ambiental no estado federado, conclui-se que sua desarticulação resultou numa atrofia das ações ambientais oriundas da própria sociedade civil. Através da história de luta da entidade e das notícias veiculadas, podemos perceber que estratégias como a articulação jurídica, mobilização popular e principalmente a denúncia foram efetivas e promoveram sobrevida a alguns elementos da natureza, bem como chamaram atenção para a intrínseca relação entre as questões sociais frente ao avanço de empreendimentos sobre a natureza. Cabe também aqui, a investigação sobre a configuração do movimento hoje, destacando seus principais atores e práticas, no sentido de identificar e buscar fortalecer a rede ainda existente tanto ao nível material como imaterial.

Também se infere que a perda da radicalidade da ASPAN ao longo dos anos 2000 pode ter influenciado no estado de latência que motivou nossa pesquisa. Entre os fatores internos que nos levaram a essa conclusão estão: a ausência de financiamento, a institucionalização das questões ambientais e a ausência de renovação do quadro. Acredita-se que a análise desenvolvida a partir da história da entidade nos fornece grande riqueza em termos de informações, bem como das práticas e das pessoas que foram protagonistas do movimento.

Longe de querer encerrar o tema ou de tipificar o movimento ambientalista, buscou-se trazer subsídios para o avanço epistemológico sobre a temática na região metropolitana e no estado de Pernambuco. Buscamos ainda reforçar que não há desenvolvimento possível enquanto o racismo ambiental e as questões de injustiça ambiental se perpetuarem em qualquer lugar. Ficou claro que o movimento ambientalista tem papel fundamental neste processo, mantendo a chama ardendo.

## REFERÊNCIAS

### Páginas na web

GASPAR, Lúcia. Índios em Pernambuco. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 17/08/2020.

\_\_\_\_\_. Vasconcelos Sobrinho. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

### Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016. p. 268.

ANDRADE LIMA, D. **Estudos fitogeográficos de Pernambuco**. In: Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, vol. 4, p.243-274, 2007.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986. 231 p.

ALEXANDRE, A. F. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro**: uma contribuição à crítica do movimento. Blumenau: Edifurb, Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_. A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro: uma nova contribuição à crítica do movimento. **Ambiente e Educação**. Rio Grande – RS, v.8, p.73-94, 2003.

ALSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 6.938. 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://tinyurl.com/ydxbxq9l>. Acesso em: 12 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://tinyurl.com/czskwlv>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRÜGGER, P. **O vôo da águia**: reflexões sobre método, interdisciplinaridade e meio ambiente. *Educar*. Curitiba, n. 27, p. 75-91, 2006.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010, 305p

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, C. J. M.; TEIXEIRA, A. F. M. **O uso da natureza no processo de construção do urbano**: quem tem tido direito aos ventos marítimos em Recife-Brasil? *Journal of Environmental Analysis and Progress*, Recife, v. 01, n. 01, p. 13 – 23. 2016.

\_\_\_\_\_. **O uso neoliberal do espaço:** impactos sobre os “territórios da vida humana” na cidade. *Revista Okara: geografia em debate*, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 597 – 623. 2019.

COIMBRA, J. A. A. Considerações sobre interdisciplinaridade. In: **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000, p. 52-70

DINIZ, L. R. **Identidade e engajamento político de ativista do movimento ambientalista no Norte e Nordeste do Brasil**. 2017. 157 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2017.

EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento de baixa e média intensidade de solos no estado de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2000. p. 381

FRANCO, M.L.P.B. **Análise do conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livros Editora, 2008.

FREITAS, C.M., BARCELLOS, C., PORTO, M. F. S. Justiça ambiental e saúde coletiva. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004, p. 245 – 294.

GALEANO, E. **Las palabras andantes**. 5 ed. Buenos Aires: Catálogos, 2001.

GERALDINO, C. F. G. **Uma definição de meio ambiente**. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 403-415, 2014.

GOMES, R. Análise e interpretação dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, S.F. S. (org.), DESLANDES, S. F., GOMES, R., **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

HAESBAERT, R. PORTO-GONÇALVES, C.W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006. 160 p.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 17 ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981. 378 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 85 p.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 494 p.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo á sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 261 p.

LESSA, S. Lukács: el método y su fundamento ontológico. In: BORGIANI, E.; MONTAÑO, C. (orgs) **Metodologia e serviço social, hoy em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 199 – 229.

LÖWY, M. **O que é Ecosocialismo?** 2º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Ecologismo dos pobres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018. 384 p.

MARTÍNEZ ALIER, J.; SERJENOVICH, H.; BAUD, M. O ambientalismo e o ecologismo na América Latina. In. CASTRO, F.; HOGENBOOM, B.; BAUD, M. **Governança ambiental na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Amsterdam : Engov, 2015.

MARTINEZ MORALES, D. **Meio ambiente como notícia da moda: A coluna ciência/meio ambiente nos últimos 10 anos**. 2002. 91 f. Dissertação (Gestão e políticas ambientais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MELUCCI, A. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia**. México: El Colegio de Mexico, 1999.
- MILANI, C. R. S. Ecologia política, movimento ambientalista e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p. 289 – 303, Maio/Agosto, 2008.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: \_\_\_\_\_. (org.), DESLANDES, S. F., GOMES, R., **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009
- MORENO, C. **As roupas verdes de rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva**. In: DILGER, G.; LANG, M; PEREIRA FILHO, J.; (org.) **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo, SP: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 257-293.
- MUNIZ, L. M. **Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais**. In: Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 6, n. 12, p. 181-196, dez 2009.
- NEGREIROS, E. B. **Natureza Mínima - política ambiental e unidades de conservação em Pernambuco: um estudo sobre a estação ecológica de caetés e a área de proteção ambiental do Engenho Uchôa**. Recife/PE. 2008. 253 f. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos ambientais na estação ecológica de Caetés - PE**. In.: Estudos de Sociologia, Recife, vol. 2, n. 23, p. 431- 478, 2017.
- PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 191 p.
- PREZIA, B. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 203 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 461 p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003. 174 p.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Ed USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. A Questão do Meio Ambiente: Desafios para a Construção de uma Perspectiva Transdisciplinar. In: **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. São Paulo, v.1, n.1, ago 2006.
- SCHEREN-WAREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SCRIBANO, A. O. **La investigación social cualitativa**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- SEALTH, C. [**Correspondência**] Destinatário: Franklin Pierce. Washington, USA. 1854.
- SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no complexo industrial portuário de SUAPE**, Pernambuco. 2010. 112 f. Dissertação (Meio Ambiente e Desenvolvimento) Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SOLÓN, P. (org.) **Alternativa sistêmica: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 235p.

SOUZA, M. J. L. **O Território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. São Paulo, SP: Bertrand Brasil, 2000. p. 77 – 116.

SVAMPA, M. **Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais**: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M; PEREIRA FILHO, J.; (org.) **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo, SP: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 141-171.

\_\_\_\_\_. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIXEIRA, A. F. M., QUINTAS NETO, A. P. Privatização do acesso aos ventos marítimos: o caso de Boa Vigem, Recife/PE. In: **Revista Movimentos Espaciais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 7, n.1, 2018. p. 142-157.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

VASCONCELOS, P. A. **A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana**: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contextos, 2013.

VASCONCELOS, R. C. **Conflitos ambientais urbanos**: Uma análise da intervenção do poder público e do setor imobiliário formal na comunidade de Brasília Teimosa, Recife/PE. 2011. 163 f. Dissertação (Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, J.A. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

\_\_\_\_\_. Multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FRREIRA L. C.; VIOLA, E. (orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**APÊNDICE A – Pesquisas Entidades Ambientalistas Pernambuco.**<sup>18</sup>

1 - Endereço de e-mail:

2 – Nome:

3 – Entidade ou grupo que representa:

4 – O grupo ou entidade se encontra em atividade:

Por atividade deve-se compreender: realização de reuniões, projetos em andamento, planejamento de ações, etc.

a) Sim. Com atividades realizadas semanalmente.

b) Sim. Com atividades realizadas mensalmente.

c) Não.

d) Outros.

5 - Quantas pessoas se encontram filiadas atualmente?

6 - Como a entidade ou grupo se identifica?

Aqui deve ser abordada as questões que estão no cerne da formação do grupo ou entidade.

7 - Quem ou o que é considerado pelo grupo ou entidade seu principal adversário?

8 - Qual objetivo principal o grupo ou entidade visa alcançar?

9 - Existe ou existiu alguma relação entre o grupo e a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN? Se sim, favor detalhar abaixo:

10 - Aborde abaixo a trajetória do grupo ou entidade. Sendo possível, detalhar o período de 2000-2015.

11 - Por favor deixe e-mail e telefone abaixo. Caso haja possibilidade de contato para

---

<sup>18</sup> Link para o formulário <https://forms.gle/Xoat7R3GfoUPk8mZ6>

entrevista visando colher mais informações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

## APÊNDICE B – Parecer Comitê de Ética e Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Movimento Ambientalista em Pernambuco.

**Pesquisador:** ARMANDO PERES QUINTAS NETO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 38860420.0.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.445.803

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa para fins de elaboração da dissertação-final de ARMANDO PERES QUINTAS NETO, aluno do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (mestrado) da UFPE. Tem como objetivo o estudo da atuação da ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza), orientado orientado pelo Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, com currículos anexados.

#### Objetivo da Pesquisa:

**OBJETIVO GERAL:** Compreender as implicações das ações do movimento ambientalista no contexto socioambiental do território do estado de Pernambuco.

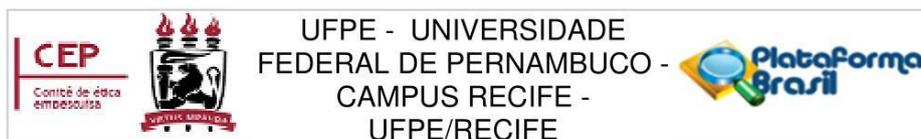
**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- 1) Identificar a estrutura e as ramificações do movimento ambientalista em Pernambuco;
- 2) Investigar as ações da ASPAN ao longo de sua história, com destaque para o período 2000-2015;
- 3) Avaliar a ideia da ASPAN funcionar como um "nó" da rede do movimento ambientalista pernambucano, abordando os seus avanços e desafios.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**RISCOS:** descritos como desconforto ao comentar determinados momentos em que o voluntário participou do movimento, garantido que será facultado ao entrevistado responder as perguntas

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.445.803

que desejar.

**BENEFÍCIOS:** destacados como indiretos, apenas a compreensão das peculiaridades do movimento ambientalista em Pernambuco para fins de estudos sobre os movimentos sociais e construção de banco de dados para outras investigações.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa qualitativa, exploratória, que, com amparo em pesquisa no Arquivo Público, para busca de notícias objetivando analisar as ações do movimento ambientalista no

contexto socioambiental do território do estado de Pernambuco. Ainda serão entrevistados representantes do movimento ambientalista pernambucano, e, de movimentos sociais com atuação em Pernambuco e com ênfase em questões ambientais, estando aí descritos os critérios de inclusão

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

TCLE: adequado

FOLHA DE ROSTO: devidamente preenchida

CARTA DE ANUÊNCIA: anexada justificativa

CRONOGRAMA: adequado às atividades previstas

ORÇAMENTO: apresentado

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE: anexado

**Recomendações:**

Caso seja incluída alguma entidade, comunicar ao Comitê de Ética

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

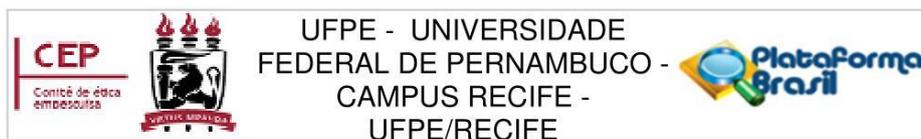
Não há

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.445.803

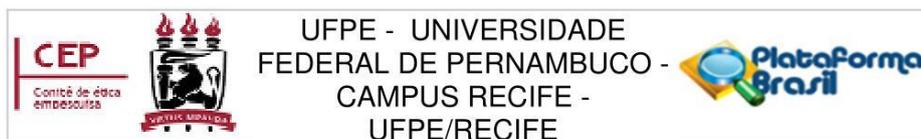
Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                      | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1505652.pdf | 02/12/2020<br>10:23:11 |                            | Aceito   |
| Outros  | Carta_de_resposta_as_pendencias.pdf           | 02/12/2020<br>10:22:16 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Outros  | CartaAnuencia_ASPAN.pdf                       | 02/12/2020<br>10:15:44 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_detalhado_Armando_Peres.pdf           | 02/12/2020<br>10:12:25 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEMaiores18.pdf                             | 05/10/2020<br>14:14:24 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Outros  | termo_confidencialidade_Armando_Peress.pdf    | 29/09/2020<br>15:05:33 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Outros  | CURRICULO_ORIENTADOR.pdf                      | 29/09/2020<br>15:04:37 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Outros  | Curriculo_PESQUISADOR.pdf                     | 29/09/2020<br>15:03:32 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | declaracao_20193021342.pdf                    | 13/09/2020<br>11:48:50 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |
| Folha de Rosto  | _Folha_de_Rosto_.pdf                          | 03/08/2020<br>19:34:16 | ARMANDO PERES QUINTAS NETO | Aceito   |

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.445.803

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 08 de Dezembro de 2020

---

**Assinado por:**  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Entrevistado A

DocuSign Envelope ID: FA324D80-7312-4C61-8E51-470F18AA6D3E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa (O Movimento ambientalista Pernambucano no século XX), que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Armando Peres Quintas Neto, residente na Avenida Santos Dumont, 333, ap 404. Afritos, Recife – PE, CEP: 52050-050 – (81) 99267 3467, cujo endereço eletrônico é [armando-peres@hotmail.com](mailto:armando-peres@hotmail.com).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** O principal objetivo desta pesquisa é compreender as implicações das ações das entidades ambientalistas no contexto socioambiental do território do estado de Pernambuco, visando à sua valorização;
- Utilizaremos no primeiro momento um questionário virtual (google forms) para identificação de potenciais indivíduos à serem entrevistados. No segundo momento será aplicada a técnica de entrevista semiestruturada, onde o (a) participante que consentir será entrevistado individualmente de forma presencial (local à ser combinado) ou por entrevista remota pela internet (Google meet, zoom ou skype) em caso de impossibilidade de encontro presencial;
- Ao consentir com estes termos, o participante está concordando em ter sua voz e/ou imagem gravados à depender da forma de entrevista escolhida;
- **RISCOS:** Em consonância com os ditames da resolução N° 510 de 2016 do ministério da saúde, os riscos que esta pesquisa apresenta segundo a metodologia de extração de dados (entrevista semiestruturada). É identificado como possível risco ao(a) participante entrevistado(a) alguma perturbação de ordem psicológica e/ou emocional, pois, podemos incorrer em momentos de maior sensibilização da história de vida do(a) participante. Para minimizar este risco, nos comprometemos a acordar as perguntas que serão feitas seguindo o guia que segue em anexo, além de deixar a escolha do(a) participante responder ou não a questão e encerrar a entrevista se assim decidir.
- **BENEFÍCIOS:** Não é possível quantificar benefícios diretos aos participantes. Enxergamos como benefícios indiretos a valorização da história do movimento ambientalista pernambucano, bem como da entidade ao qual o (a) participante representa.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, filmagens, etc), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: [cephumanos.ufpe@ufpe.br](mailto:cephumanos.ufpe@ufpe.br)).

DocuSigned by:

Armando Peres Quintas Neto

7307060A9F5B480...

(assinatura do pesquisador)

DocuSign Envelope ID: FA324D80-7312-4C61-8E51-470F18AA6D3E

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, Maria Adélia Borstelmann de Oliveira, CPF 380.982.884-04, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo. O movimento ambientalista Pernambucano no século XX, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data 15/02/2021

Assinatura do participante:  DocuSigned by:  
3807694023034C9

Impressão  
digital  
(opcional)

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

|             |             |
|-------------|-------------|
| Nome:       | Nome:       |
| Assinatura: | Assinatura: |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

## APÊNDICE D – Termo de Consentimento Entrevistado B

DocuSign Envelope ID: 80EEFB8D-0020-4195-A286-92B5A0002888

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa (O Movimento ambientalista Pernambucano no século XX), que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Armando Peres Quintas Neto, residente na Avenida Santos Dumont, 333, ap 404. Afritos, Recife – PE, CEP: 52050-050 – (81) 99267 3467, cujo endereço eletrônico é [armando-peres@hotmail.com](mailto:armando-peres@hotmail.com).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** O principal objetivo desta pesquisa é compreender as implicações das ações das entidades ambientalistas no contexto socioambiental do território do estado de Pernambuco, visando à sua valorização;
- Utilizaremos no primeiro momento um questionário virtual (google forms) para identificação de potenciais indivíduos à serem entrevistados. No segundo momento será aplicada a técnica de entrevista semiestruturada, onde o (a) participante que consentir será entrevistado individualmente de forma presencial (local à ser combinado) ou por entrevista remota pela internet (Google meet, zoom ou skype) em caso de impossibilidade de encontro presencial;
- Ao consentir com estes termos, o participante está concordando em ter sua voz e/ou imagem gravados à depender da forma de entrevista escolhida;
- **RISCOS:** Em consonância com os ditames da resolução Nº 510 de 2016 do ministério da saúde, os riscos que esta pesquisa apresenta segundo a metodologia de extração de dados (entrevista semiestruturada). É identificado como possível risco ao(a) participante entrevistado(a) alguma perturbação de ordem psicológica e/ou emocional, pois, podemos incorrer em momentos de maior sensibilização da história de vida do(a) participante. Para minimizar este risco, nos comprometemos a aconfortar as perguntas que serão feitas seguindo o guia que segue em anexo, além de deixar a escolha do(a) participante responder ou não a questão e encerrar a entrevista se assim decidir.
- **BENEFÍCIOS:** Não é possível quantificar benefícios diretos aos participantes. Enxergamos como benefícios indiretos a valorização da história do movimento ambientalista pernambucano, bem como da entidade ao qual o (a) participante representa.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, filmagens, etc), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: [cephumanos.ufpe@ufpe.br](mailto:cephumanos.ufpe@ufpe.br)).

DocuSigned by:

Armando Peres Quintas Neto

730709AB4F58480

(assinatura do pesquisador)

DocuSign Envelope ID: 80EEFB8D-0020-4195-A286-92B5A0002888

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, Bertrand Sampaio de Alencar, CPF 22336451468, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo, O movimento ambientalista Pernambucano no século XX, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data 16/02/2021

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

DocuSigned by:  
  
 36C16DBD58EF4A8...

Impressão  
digital  
(opcional)

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):**

|             |             |
|-------------|-------------|
| Nome:       | Nome:       |
| Assinatura: | Assinatura: |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

### **APÊNDICE E – Roteiro para Entrevista com Membro da ASPAN**

1. Fale um pouco sobre você, de onde veio o interesse pelo meio ambiente?
2. Como foram os primeiros anos da ASPAN?
3. Qual era/é seu nível de engajamento? (Como era organizada?)
4. De quais ações participou/participa diretamente? (Pedir detalhes)
5. Qual a relação da ASPAN com outras entidades: Locais, regionais, nacionais e internacionais.
6. Como se estabelecia a relação com os movimentos/entidades locais?
7. Pedir para falar de uma ação que seja marcante pelo seu desenvolver e pelo resultado.
8. Você enxergava a ASPAN como uma rede de articulação dos movimentos locais/regionais? (como isso se organizava?) FEAPE, FLIC, FCMA.
9. Você pode detalhar um pouco mais o Fórum de comunidade para o Meio Ambiente?
10. Quais eram os principais parceiros da ASPAN na esfera institucional?
11. Se você pudesse classificar a história da ASPAN em fase como seria?
12. Como você enxerga a ASPAN dos anos 2000, mais especificamente no período entre 2000 e 2015?
13. Você acha o termo movimento social adequado à ASPAN?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

APÊNDICE F – Atuação de Grupos Locais 1992

Fonte: Diário de Pernambuco, 01/01/1992. Autor: QUINTAS NETO, 2020.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**APÊNDICE G – Carta de Anuência da ASPAN**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE.  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE –  
PRODEMA.

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) Armando Peres Quintas Neto, a desenvolver o seu projeto de pesquisa Movimento Ambientalista em Pernambuco, que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof. (a) Cláudio Jorge Moura de Castilho cujo objetivo é compreender as implicações das ações do movimento ambientalista no contexto socioambiental do território do estado de Pernambuco, junto a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 1/12/2020

BERTRAND SAMPAIO DE ALENCAR

  
 Bertrand Sampaio de Alencar  
 Diretor de Meio Ambiente  
 Secretaria de Meio Ambiente e  
 Sustentabilidade - SEMAS/PE  
 Matrícula: 392 903-5

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

## ANEXOS

### **ANEXO A – Estatuto da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN)**

#### **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE DEFESA DA NATUREZA(\*) - 1995**

CAPÍTULO I - DA ASSOCIAÇÃO E SEUS OBJETIVOS

CAPÍTULO II - DOS SÓCIOS

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

CAPÍTULO VI - DAS COMISSÕES

CAPÍTULO VII - DA ELEIÇÃO

CAPÍTULO VIII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

(\*) O presente texto reúne todas as alterações estatutárias realizadas pelas Assembléias Gerais até a última de 28 de outubro de 1994. O texto foi revisado em ortografia e gramática sem contudo alterar o conteúdo dos registrados nas atas específicas.

DIRETORIA E ADMINISTRAÇÃO - 1995

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO E SEUS OBJETIVOS

Artigo 1º - A Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN, fundada no dia 05 de junho de 1979, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, entidade civil de direito privado, ambientalista, autônoma e sem fins lucrativos, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais vigentes.

Artigo 2º - A ASPAN, com caráter associativo, tem finalidades exclusivamente culturais e técnico-científicas fundamentadas na concepção da Natureza que compreende o homem e demais seres vivos, juntamente com o meio abiótico, cujo equilíbrio e harmonia devem ser defendidos. Tem sede e foro na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Artigo 3º - São objetivos da ASPAN:

- a) contribuir para a tomada de consciência pela comunidade de sua responsabilidade histórica face a natureza;
- b) promover e/ou apoiar todas as ações que visem a defesa da natureza e da saúde humana;
- c) exercer vigilância sobre as atividades que visem a exploração dos recursos naturais;
- d) combater todas as ações que possam contribuir para a degradação da natureza, entre elas a exploração do homem pelo homem;
- e) realizar e/ou incentivar pesquisas de interesse ecológico e cultural.

Artigo 4º - No cumprimento de seus objetivos cabe a ASPAN:

- a) promover cursos, seminários, palestras e outras formas de eventos no tocante a problemas de ordem ecológica e cultural;
- b) promover publicações de interesse ecológico e cultural que sejam de ampla penetração na comunidade;
- c) incentivar a formação de associações em outros municípios do Estado; assim como em outros Estados da Federação;
- d) promover intercâmbio com outras entidades congêneres no país e no exterior e manter intercâmbio e/ou convênios com centros universitários, órgãos de controle do meio ambiente e entidades oficiais e/ou privadas, cujas atividades estejam diretamente relacionadas com os objetivos da ASPAN;
- e) participar de comissões técnicas mistas, formadas por entidades civis e/ou órgãos governamentais, para análise e estudo de questões relativas ao meio ambiente;
- f) incentivar e divulgar o uso de tecnologias que melhor respondam às peculiaridades locais e que representem alternativas de baixo custo ambiental e social.

## CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Artigo 5º - São sócios fundadores e efetivos da ASPAN, as pessoas físicas que se comprometerem a acatar e propugnar pelos objetivos da Associação e cujo pedido de admissão seja aprovado por maioria, pela Diretoria, sem qualquer distinção de cor, credo, crença, sexo, raça, idade, condição sócio-econômica, cultural ou político-partidária.

Artigo 6º - Os sócios compreendem as seguintes categorias:

§ 1º - Sócios Fundadores: aqueles que estiveram presentes a Assembléia de fundação, assinando a ATA daquela sessão;

§ 2º - Sócios Efetivos: aqueles que efetivamente participem das atividades da Associação, contribuindo anualmente com o equivalente a uma unidade da moeda nacional vigente.

§ 3º - Sócios Doadores: as pessoas físicas cujo pedido de admissão seja aprovado pela Diretoria e que efetuem uma doação anual, nas seguintes divisões:

Caatinga - Acima de 01 (um) salário mínimo vigente;

Mata Atlântica - 100% do salário mínimo vigente;

Manguezal - 75% do salário mínimo vigente;

Restinga - 50% do salário mínimo vigente;

Oceano - 25% do salário mínimo vigente.

- a) Os sócios Doadores não poderão votar ou serem votados para quaisquer cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação;
- b) Os sócios Doadores poderão participar das assembleias da Associação, sem direito a voto;
- c) Os sócios Doadores receberão anualmente o balanço de atividade e financeiro da Associação;
- d) Os sócios Doadores poderão propor à Diretoria medidas que visem o aprimoramento da Associação.

Artigo 7º - são Deveres dos Sócios Fundadores e Efetivos:

- a) comunicar à Associação as atividades de particulares e/ou de órgãos oficiais que atentem contra a natureza;
- b) posicionar-se em defesa da Natureza e da Associação em todas as ocasiões que se fizerem necessárias;
- c) participar das reuniões da Associação e suas atividades e dos movimentos que esta empreender;
- d) manter em dia com a tesouraria o pagamento de suas contribuições;
- e) cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Associação;
- f) votar nas eleições da entidade de acordo com o Estatuto da Associação.

Artigo 8º - São direitos dos Sócios Fundadores e Efetivos:

- a) propor novos sócios;
- b) propor à Diretoria medidas que visem o aprimoramento da Associação;
- c) denunciar à Diretoria sócios que tenham comportamento incompatível com os objetivos da Associação, assegurados aos mesmos o direito de ampla defesa;
- d) ser votado nas eleições da Associação de acordo com o Estatuto.

### CAPÍTULO III

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação sendo constituída pela totalidade dos associados fundadores e efetivos em dia com suas atribuições sociais.

Artigo 10 - A Assembleia Geral terá reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá semestralmente, por convocação da Diretoria para apreciar as atividades do semestre anterior e o plano de trabalho para o semestre posterior, além dos pareceres do Conselho Fiscal.

a) A convocação da Assembleia Geral Ordinária se dará por correspondência enviada aos sócios, postada com no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

§ 2º - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á por convocação da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou número mínimo de 10% dos sócios que estejam em pleno gozo de seus direitos e deveres, devendo ser convocada com antecedência mínima de 03 (três) dias através de edital publicado em um dos jornais de maior circulação no Estado de Pernambuco.

§ 3º - A Assembleia Geral, seja de caráter ordinário ou extraordinário, funcionará em primeira convocação com 2/3 dos sócios, e em segunda, meia hora depois da primeira, com no mínimo 50% mais um dos sócios, e em terceira e última, meia hora depois, com qualquer número de sócios; sendo a deliberação por maioria simples.

Artigo 11 - É competência da Assembleia Geral Extraordinária:

- a) aprovar ou alterar o Estatuto da Associação, quando convocada exclusivamente para esse fim;
- b) destituir a Diretoria e/ou o Conselho Fiscal, quando convocada exclusivamente para esse fim, se considerar que estejam ocorrendo desvios dos objetivos da Associação, elegendo na mesma ocasião nova Diretoria e/ou Conselho Fiscal;

- c) decidir sobre a extinção ou transformação da Associação estando presente, no mínimo metade mais um dos associados em pleno gozo de seus direitos, sendo a deliberação por maioria simples;
- d) julgar os recursos dos sócios afastado pela Diretoria;
- e) decidir sobre o patrimônio, em caso de extinção.

#### CAPÍTULO IV

##### DA DIRETORIA

Artigo 12 - A Diretoria é o órgão executivo da Associação, pondo em ação as decisões da Assembléia Geral, os objetivos manifestos do presente Estatuto, bem como as medidas administrativas de sua competência.

Artigo 13 - A Diretoria é constituída por 05 (cinco) membros, eleitos por 02 (dois) anos na forma estatutária, oriundos do quadro de sócios fundadores e efetivos da Associação, que estejam em dia com seus direitos e deveres sociais, e assim denominados: Presidente; Vice-Presidente; Secretário-Geral; Primeiro-Secretário e Tesoureiro, permitindo-se até duas eleições consecutivas.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria desempenharão tais funções sem receber qualquer remuneração pelas mesmas, e não serão distribuídos lucros, vantagens e bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma.

Artigo 14 - Compete à Diretoria:

- a) admitir e excluir sócios ou suspender seus direitos e deveres, promovendo o recadastramento dos mesmos no final de cada gestão;
- b) interpretar o Estatuto e resolver os casos omissos;
- c) nomear comissões ou referendá-las, podendo para isso delegar poderes, de acordo com o Estatuto desta Associação;
- d)deliberar sobre a administração e aplicação dos haveres e bens sociais, ouvindo previamente o Conselho fiscal nos casos de alienação, hipotecas e obrigações assumidas com base em garantias reais;
- e) deliberar e dirigir a Associação em tudo que não for atribuição expressas de outros órgãos ou cargos;
- f) prestar contas à Assembleia Geral, na forma do Estatuto da Associação;
- g) criar cargos ou funções de assessoria e nomear seus ocupantes.

Artigo 15 - Compete ao Presidente:

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Associação e as decisões da Assembleia Geral;
- b) representar a Associação em qualquer oportunidade podendo delegar poderes;
- c) assinar junto com o Secretário-Geral, a correspondência da Associação;
- d) assinar junto com o Tesoureiro os cheques, livros caixa, balancetes e balanços de movimento contábil;
- e) exercer outras atribuições que lhe forem designadas pela Assembleia Geral;
- f) representar a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente.

Artigo 16 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em seus impedimentos e colaborar com o mesmo nos trabalhos de rotina;

- b) presidir ou delegar poderes às comissões desta Associação;
- c) assinar, em lugar do Presidente, junto com o Tesoureiro, os cheques, livros caixa, balancetes e balanços de movimentação contábil.

Artigo 17 - Compete ao Secretário-Geral:

- a) zelar e manter em ordem a documentação da Associação referente a Secretaria;
- b) manter atualizado, o registro de patrimônio da Associação;
- c) elaborar e assinar com o Presidente a correspondência da Associação;
- d) encarregar-se das publicações da associação junto à comissão de Documentação e Divulgação.
- e) delegar ao pessoal auxiliar outras atribuições da área de administração em geral.

Artigo 18 - Compete ao Primeiro-Secretário:

- a) lavrar, as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- b) colaborar com o Secretário-Geral nos trabalhos de rotina;
- c) colaborar com o Tesoureiro nos trabalhos de rotina e substituí-lo nos casos de impedimento;
- d) substituir, o Secretário-Geral nos seus impedimentos e ausências.

Artigo 19 - Compete ao Tesoureiro:

- a) zelar e manter em ordem a documentação da Associação referente a Tesouraria;
- b) manter atualizado o registro de fundos da Associação;
- c) assinar com o Presidente os cheques, balancetes e balanços contábeis da Associação;
- d) manter atualizada a cobrança de anuidade e contribuições devidas à Associação;
- e) exercer, qualquer função inerente, a tesouraria.

## CAPÍTULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Artigo 20 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos movimentos contábeis da Associação e das ações da Diretoria.

Artigo 21 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) associados fundadores ou efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Eleição, conforme este Estatuto, pelo prazo de 02 (dois) anos, permitindo-se a reeleição de dois terços de seus componentes e coincidindo seu mandato com o da Diretoria.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão tais funções sem receber qualquer remuneração.

§ 2º - Os membros titulares do Conselho Fiscal que estiverem impedidos de realizar suas funções serão imediatamente substituídos pelos seus respectivos suplentes com posterior comunicação a Diretoria.

Artigo 22 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) eleger dentre os seus membros titulares, em sua primeira reunião, seu Presidente e seu Secretário;
- b) examinar a prestação de contas e balanço que acompanhar o Relatório Anual da Diretoria, emitindo parecer a respeito para ser submetido à Assembléia Geral;

- c) aprovar e rejeitar a constituição de hipotecas e outras obrigações a serem assumidas pela Associação com base em garantias reais;
- d) dar pareceres, quando solicitado pela Diretoria, visando maior apoio a esta sobre assuntos de interesse da Associação.

## CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES

Artigo 23 - As Comissões serão designadas ou referendadas pela Diretoria e formadas por associados e/ou por especialistas convidados para desenvolverem atividades de natureza cultural e/ou técnico-científicas.

Artigo 24 - As Comissões da Associação serão as seguintes:

- a) comissões consultivas;
- b) comissões de estudos e pesquisas;
- c) comissão de documentação e divulgação.

§ 1º - É de caráter permanente a Comissão de Documentação e Divulgação. § 2º - As Comissões Consultivas e as Comissões de Estudos e Pesquisas poderão ser temporárias ou permanentes.

§ 3º - A constituição das Comissões será comunicada à Assembleia Geral pela Diretoria da Associação.

§ 4º - São vetadas às Comissões as manifestações públicas sobre suas atividades junto a Associação, competência essa específica da Diretoria.

§ 5º - O afastamento de qualquer membro das Comissões deverá ser imediatamente comunicado à Diretoria que fará a nomeação do seu substituto.

Artigo 25 - As Comissões Consultivas cabem:

Parágrafo Único - elaborar e emitir laudos, pareceres, perícias, análises e avaliações de questões específicas quando solicitados pela Diretoria.

Artigo 26 - As Comissões de Estudos e Pesquisas cabem:

- a) realizar, participar e/ou incentivar pesquisas e estudos que atendam aos objetivos da Associação, relatando à Diretoria os resultados;
- b) programar cursos, seminários, palestras e outros eventos semelhantes sobre temáticas pertinentes à Associação.

Artigo 27 - A Comissão de Documentação e Divulgação terá como atribuições:

- a) coletar, classificar, registrar e arquivar informações e publicações, para que façam parte do acervo da Associação que será franqueado ao público consultante;
- b) promover ampla divulgação dos trabalhos e das informações previamente selecionadas e liberadas pela Diretoria.

§ 1º - Esta Comissão administrará o Centro de Arquivo e Documentação da Associação.

§ 2º - Esta Comissão que terá caráter permanente, será integrada por no mínimo, 03 (três) sócios que se manifestarem interessados pelas suas atividades, cabendo a Diretoria nomear a sua constituição.

§ 3º - Um dos membros desta Comissão exercerá a sua presidência cabendo a sua indicação comissão que a encaminhará a Diretoria para homologação.

## CAPÍTULO VII

### DA ELEIÇÃO

Artigo 28 - A convocação da Assembleia de Eleição se dará na primeira metade do mês de junho através de edital publicado em um dos jornais de maior circulação no Estado de Pernambuco, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Parágrafo Único - As Eleições serão livres, diretas, secretas, e se realizarão, por convocação da Diretoria, até o último dia do mês de junho.

Artigo 29 - Na da Assembleia Geral de Eleição, o Presidente indicará uma "Comissão Diretora", composta por 03 (três) associados, que não façam parte da Diretoria ou do Conselho Fiscal nem como suplentes, que se aprovada pela Assembleia Geral passará a dirigir os trabalhos do dia.

Artigo 30 - Compete a Comissão Diretora:

- a) dirigir os trabalhos de exame e aprovação por parte da Assembleia Geral, do Relatório Final da Gestão da Diretoria e do parecer do Conselho Fiscal;
- b) dirigir os trabalhos de eleição da nova Diretoria, Conselho Fiscal e suplentes que couberem, dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos e deveres, com a apuração dos votos, anunciar e empossar a nova Diretoria, dissolvendo-se automaticamente no ato da posse.

## CAPÍTULO VIII

### DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Artigo 31 - O patrimônio da Associação será constituído por todos os bens móveis e imóveis que vier a adquirir, doações, etc.

Parágrafo Único - O patrimônio da Associação será administrado pela Diretoria para realizar os objetivos da mesma presente em seu Estatuto.

Artigo 32 - A Associação terá duração indeterminada, devendo seu patrimônio, no caso de extinção, reverter em benefício de uma instituição congênere registrada no Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS.

Artigo 33 - As contribuições ou doações anuais dos sócios serão administradas pela Diretoria, sendo considerado excluído o sócio que ficar em atraso por um ano.

Parágrafo Único - Cabe a Diretoria, após a aprovação do Conselho Fiscal, fixar a forma de cobrança.

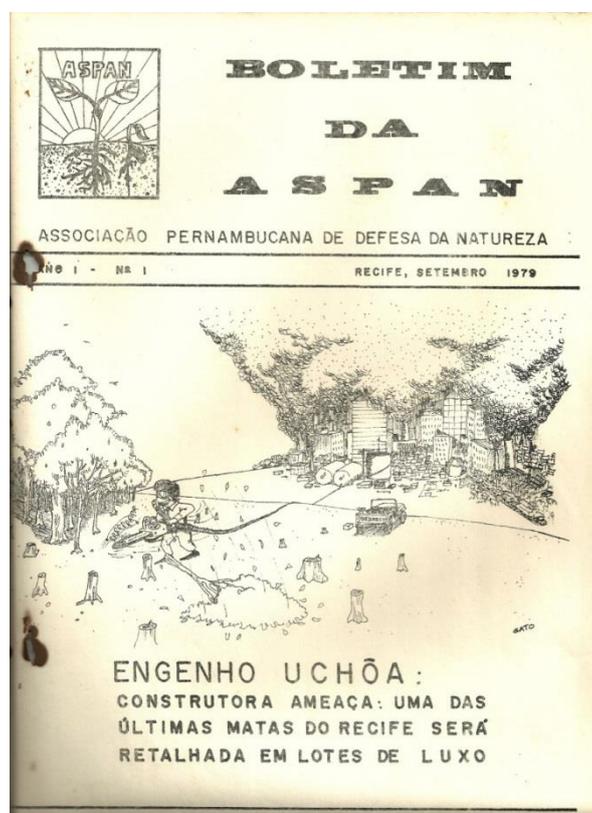
Artigo 34 - Os casos omissos nesse Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e Conselho Fiscal reunidos, com posterior apreciação da Assembleia Geral, emitindo resolução a ser anexada ao presente Estatuto.

Artigo 35 - Nenhum membro da Associação responde - solidária ou subsidiariamente - pelas obrigações financeiras da Sociedade e, sim, o seu patrimônio.

Recife, dezembro de 1995.

DIRETORIA E ADMINISTRAÇÃO – 1995

**ANEXO B** – Relação com a Associação Amigos da Mata do Engenho Uchôa.



Capa do Boletim da ASPAN Fonte: Acervo da ASPAN.

## ANEXO C – Entidades participantes da FEAPE

### **Lista de entidades participantes do fórum das entidades ambientalistas de Pernambuco (FAEPE).**

#### **Lista de Entidades Ambientalistas e Integrantes do Movimento Ambientalista de Pernambuco:**

##### **ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza**

Caixa Postal 7862, Recife/PE  
 CEP: 50.732-970  
 Telefax: 3222-2038/9968-0506/9912-7717  
 Correio eletrônico: [aspan@aspan.org.br](mailto:aspan@aspan.org.br)  
 Endereço eletrônico: <http://www.aspan.org.br>

##### **AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativos – Região Nordeste**

Rua Gonçalves Maia, 114, sala 21 – Boa Vista, Recife/PE  
 CEP: 50.070-060  
 Telefax: 3421-3610  
 Correio eletrônico: [asptane@elogica.com.br](mailto:asptane@elogica.com.br)  
 Endereço eletrônico: <http://www.elogica.com.br/pj/asptane>

##### **APIME – Associação Pernambucana de Apicultores e Meliponicultores**

Avenida Caxangá, 2200 – Parque de Exposições do Cordeiro, Recife/PE  
 CEP: 50.711-000  
 Telefone: 3222-0023  
 Correio eletrônico: [alexapis@elogica.com.br](mailto:alexapis@elogica.com.br)  
 Endereço eletrônico: <http://www.geocities.com/hotsprings/oasis/4792>

##### **ASSOCIAÇÃO CLUBE ECOS DE PROTEÇÃO À NATUREZA**

Rua 07, No. 46 Cohab, Floresta-PE  
 CEP: 56.400-000  
 Contato: Petrucio Novaes de Barros – Casa do Estudante  
 Fernando Francisco de Souza  
 Telefone: 9999-3410

##### **APEEF – Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais**

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, Recife/PE  
 Campus da UFRPE/Depto. de Ciência Florestal – DCFL  
 CEP: 52.011-230  
 Telefone: 3441-4577 Ramal 341 ou 3227-0198  
 Fax: 3228-0805  
 Correio eletrônico: [nielsenc@elogica.com.br](mailto:nielsenc@elogica.com.br) ou [bduarte@netpe.com.br](mailto:bduarte@netpe.com.br)

##### **Auçuba – Pesquisa e Documentação**

Rua Ricardo Hardman, 105 – Aflitos, Recife/PE  
 CEP: 52.050-200  
 Telefone: 3441-2722  
 Fax: 3268-7422  
 Correio eletrônico: [aucuba@elogica.com.br](mailto:aucuba@elogica.com.br) ou [rdpava@elogica.com.br](mailto:rdpava@elogica.com.br)

##### **Bioma Brasil ONG**

Rua Dr. Carlos Mavignier, 104 – Casa Amarela, Recife/PE  
 CEP: 52.070-000  
 Caixa Postal 1250  
 Recife/PE  
 Telefax: 3268-1040  
 Correio eletrônico: [emprobio@elogica.com.br](mailto:emprobio@elogica.com.br)

##### **Brigada Verde é Vida**

Rua João Pergira de Moura, 17, João Alfredo/PE  
 CEP: 55.720-000  
 Telefone: (Posto Telefônico de João Alfredo)

**Caatinga – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas**

Caixa Postal 03, Ouricuri/PE  
 CEP: 56.200-000  
 Telefax: 3874-1258 / 3874-1024  
 Correio eletrônico: [caatinga@telesof.com.br](mailto:caatinga@telesof.com.br)

**Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá**

Rua do Sossego, 355 – Santo Amaro, Recife/PE  
 CEP: 50.050-080  
 Telefax: 3231-0492  
 Correio eletrônico: [sabia@elogica.com.br](mailto:sabia@elogica.com.br)

**Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro**

Rua de São Gonçalo, 118 – Boa Vista, Recife/PE  
 CEP: 50.070-600  
 Telefax: 3423-2800  
 Correio eletrônico: [cepjc@elogica.com.br](mailto:cepjc@elogica.com.br)

**Centro Nordestino de Medicina Popular**

Rua Cleto Campêlo, 255 – Bairro Novo, Olinda/PE  
 CEP: 53.030-150  
 Telefax: 3429-3517  
 Correio eletrônico: [cnmp@elogica.com.br](mailto:cnmp@elogica.com.br)

**Chapada - Centro de Agricultura e Apoio ao Pequeno Agricultor de Araripe**

Rua Vereador Antônio Braz Sobrinho, 559, Centro Araripina/PE  
 CEP: 56.280-000  
 Telefax: 3873-1102  
 (Valéria Landim de Carvalho Falcão - Coordenadora)  
 19

**Clube dos Observadores de Aves**

Horto de Dois Irmãos  
 Praça Faria Neves, s/n – Dois Irmãos, Recife/PE  
 CEP: 52.171-011

**CPT-PE – Comissão Pastoral da Terra**

Rua Esperanto, 490 – Ilha do Leite, Recife/PE  
 CEP: 50.070-390  
 Telefone: 3231-4445  
 Fax: 3222-2943  
 Correio eletrônico: [cptpe@torricelli.com.br](mailto:cptpe@torricelli.com.br)

**CIMI – Conselho Indigenista Missionário**

Rua 13 de Maio, 288 – Santo Amaro, Recife/PE  
 CEP: 50.100-160  
 Telefax: 3231-3766  
 Correio eletrônico: [cimine@cashnet.com.br](mailto:cimine@cashnet.com.br)

**ECOS – Associação Ecológica de Pernambuco**

Rua da Aurora, Ed. São Cristóvão Sala 917 Boa Vista, Recife/PE  
 Telefone: 9953-1670  
 E.mail: [laxe@hotlink.com.br](mailto:laxe@hotlink.com.br)

**ECOTEC – Sociedade para o Desenvolvimento Técnico-Ecológico**

Avenida Conselheiro Aguiar, 3426, apt. 06 – Boa Viagem, Recife/PE  
 CEP: 51.020-021  
 Telefone: 3326-9272  
 Fax: 3466-1320  
 Correio eletrônico: [tropic@elogica.com.br](mailto:tropic@elogica.com.br)

**ECOS do Sertão**

Rua Lourival Rodrigues, 351, Bodocó-PE  
 Telefone: 3878 - 1342  
 Contato: Ronaldo

**Fundação Pau Brasil**

Rua Cruz e Souza, 65/102 – IPSEP, Recife/PE  
 CEP: 51.190-110  
 Telefax: 3339-1585 / 3658-1208 / 9952-9462

**Grupo de Resistência Caetés**

Rua 194, 245 – Caetés I, Abreu e Lima/PE  
 CEP:  
 Telefone: 3542-1639

**GEAB – Grupo Ecológico Asa Branca**

20  
 Rua General Salgado, 95/102 – Setúbal, Recife/PE  
 CEP: 51.130-320  
 Telefone: 3341-2797 / 9242-0968  
 Fax: 3341-2047  
 Correio eletrônico: [psaldanha@zaz.com.br](mailto:psaldanha@zaz.com.br)

**Grupo em Defesa da Chapada do Araripe**

Rua Luís Alexandre, s/n Exu-PE  
 CEP: 56.230-000  
 Telefone: 3879 - 1155  
 Contato: Genilma Ma. Cordeiro dos Santos

**Grupo Ecológico Terra**

Rua Padre Cláudio Novaes, 189, Floresta/PE  
 CEP: 56.400-000  
 Telefone: 9953-113 / 3877-1447  
 Telefax: 3877-1358 (Derê)  
 Contato: prof. João Luiz da Silva

**Grupo Ecológico de Granito - Gegra**

Rua Manoel Marcelino Lima, s/n, Granito-PE  
 CEP: 56.160-970  
 Telefone: 3880-1114  
 (tem contato com a ECOS do sertão de Bodocó e com o Gedear)  
 Contato: Maria Luciana Rodrigues de Oliveira ou Lucélia

**Grupo de Proteção ao Verde e a Vida - GPV2**

Escola Municipal Baltazar Moreno  
 Av. Sofrano Portela, s/n, Centro - Moreno-PE  
 Telefone: 3535-1067 Ramal 214  
 Telefone: 3535-7085 (Residência)  
 Contato: prof. Maria José

**Instituto Pernambucano Viva a Vida Natureza**

Rua Poeta Maria de Alencar, 48 UR 10 – Ibura, Recife/PE  
 CEP: 51310-270

**Instituto Uma Terra Só**

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
 Departamento de Pesca – Att: Prof. Luiz Lira  
 Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos, Recife/PE  
 CEP 52171-030  
 Telefone: 3441-4577 Ramal 257

**SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa**

Rua Severino Bezerra Marques, 51 – Centro, Cabo de Santo Agostinho/PE  
 CEP: 54.500-000  
 Telefax: 3521-2249  
 Correio eletrônico: [cooserta@torricelli.com.br](mailto:cooserta@torricelli.com.br)

**SEPRAFA – Sociedade Ecológica de Proteção aos Animais Francisco de Assis**

Av. Tapajós, 109 – Estância, Recife/PE  
 CEP: 50.780-000  
 Telefone: 3253-7214 / 9126-9741

**Sociedade Ecológica Natureza Viva**

Rua Dr. José Mariano, 09 – Centro, Caruaru/PE

CEP: 55.000-000

Telefone: 9104-0282 (“Lula Mel”) Luiz Aleixo

Telefax: 3722-2500

**SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia**

Avenida Visconde de Suassuna, 923, sala 204 – Boa Vista, Recife/PE

CEP: 50.050-540

Telefone (sementeira): 3548-1105

Telefax: 3231-5242

Correio eletrônico: [sne@netpe.com.br](mailto:sne@netpe.com.br)

**SOS Natureza**

Av. Copacabana, 984 bloco. B apartamento 02, Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE

CEP: 54.410-240

Telefone: 3468-2752 / 9972-5287

## ANEXO D – Reflexões sobre SUAPE

## Suaape, um projeto contra o Homem

"(...) Tudo isso nós tentamos dizer em 1975, usando o apelo à lógica e à razão. Não deu certo. O Projeto foi tocado conforme o alvitre dos donos do poder. Voltamos agora, lembrando 1975, para resgatar a verdade de nosso pronunciamento; para reafirmar que o Projeto de Suaape é uma idéia de gabinete, autocrática, um ingrediente do entulho autoritário que foi imposto a Pernambuco em instante de obscurantismo político; para colocar mais uma vez a pergunta sobre finalidades: Suaape para quê? Se a resposta for a de sempre - "desenvolver Pernambuco" - , queremos proclamar o que o homem comum deseja, isto é, um desenvolvimento que efetivamente promova as massas deserdadas, não esse desenvolvimento que se faz criando uma fachada de indústrias que esconde a miséria e o sofrimento de sempre. Ainda é hora de debater a prioridade de Suaape. Pedimos o debate em 1975. Ele foi negado. Que ele se restabeleça nestes tempos mais brilhantes de Nova República. Para valer. Já."

Esta é a conclusão de um documento chamado "SUAPE, UM PROJETO CONTRA O HOMEM", datado de 19 de agosto de 1985 e assinado por Clóvis Cavalcanti (Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco), João de Vasconcelos Sobrinho (Professor Titular de Ecologia da Universidade Federal Rural de PE.), Roberto Mota Martins (Sociólogo e Professor de Comunicação da Universidade Federal de PE.), José Antonio Gonçalves de Melo (Professor da UFPe.) e Renato Duarte (Coordenador do GT Emprego/Desemprego do CLACSO/FUNDAJ).

Dez anos atrás vinha à público um documento chamado "MANIFESTO DE SUAPE", onde os cientistas acima e Nelson Chaves e Renato Carneiro Campos condenavam a implantação do projeto do complexo industrial-portuário de Suaape. Como diz o atual documento, "Desejávamos mostrar que o Projeto não resultava de consulta à comunidade pernambucana, e muito menos à população mais diretamente interessada nos efeitos práticos do empreendimento - o que é verdade inquestionável. Criticávamos não só o aqodamento referente à implantação do complexo industrial-portuário, mas também o esforço que se fazia para realizá-la a todo custo. (...)"

"(...) Perguntávamos ainda se Suaape fora uma alternativa confrontada com outras alternativas para o desenvolvimento de PE., e se, desse confronto, resultara inequívoca demonstração da superioridade do Projeto sobre outros caminhos elegíveis. Nosso questionamento prendia-se ao desejo de conhecer os procedimentos de cálculos económicos que tinham sido usados para definir Suaape como escolha acima de qualquer opção. E justificava-se pelo fato de que o governo de Pernambuco falava só das vantagens de Suaape, silenciando quanto à consideração dos custos que uma obra assim engendra."

### Um Quase Elefante Branco

"Decorridos dez anos do MANIFESTO, o que é Suaape hoje? Uma grande fonte sugadora de recursos, um quase elefante branco, um desses projetos de retorno duvidoso, para os quais o governo Sarney acaba de criar comissões no plano federal, a fim de apontar quais os que devem ser paralisados e, com isso, reduzir-se o déficit público brasileiro. No caso de Suaape, a comunidade não sabe quanto ali se gastou exatamente. A previsão do documento "Assim servi a Pernambuco", do ex-governador Eraldo Gueiros, publicado em 1975, é de que seriam investidos pelos setores públicos e privado três bilhões de dólares no Projeto. Que indústrias foram para Suaape nesses dez anos? Apenas uma fábrica de barcos, a Dianmar, que dificilmente se pode aceitar como justificativa para uma obra do porte cíclopico da que se vem erguendo no local. Que empregos permanentes criou Suaape? Algumas centenas - uma quantidade ridícula, insignificante, desprezível, miserável, em face das necessidades de emprego da Região Metropolitana do Recife. A expectativa, no entanto, era - em 1975 - de que o projeto criaria dez mil empregos (o prazo para essa criação nunca ficou claro), número esse muito longe de haver sido alcançado e, em si mesmo, de valor bastante reduzido. Não é à toa que o Recife exhibe hoje, de modo cada vez mais severo, a aparência indiana de cidade dependente, sofrida, inchada, mendicante. (...)"

"O que foi mesmo que Suaape proporcionou para o Estado, além da Dianmar e do parque de combustíveis transferido do Recife para lá? Mas em janeiro de 1983 já se calculava que 300 milhões de dólares tinham sido enterrados no porto. Entre tal data e julho de 1985, enterrou-se muito mais. Para quê? Justifica-se o que se investiu, com os poucos resultados palpáveis obtidos?"

Ora, a população de Suaape está hoje ainda mais miserável do que era antes, as crianças subnutridas, os adultos sem emprego. Suaape tem estrada de ferro feita com exclusividade para o porto, com um trem que circula raramente. No entanto, Gaibu, Nazaré, Suaape e todas as comunidades ao redor do Cabo de Santo Agostinho até hoje não contam com um acesso rodoviário decente, tendo permanecido ilhadas na maior parte do inverno deste ano, as escolas fechadas, sem poder funcionar por falta de transporte para os professores. Pernambuco é um estado mais pobre em 1985 do que era em 1975 - sem dúvida." (...)

### Investimentos sem Retorno

"Olhando-se o povoado de Suaape hoje e sua região adjacente, podem ser comprovadas certas coisas reais, verdadeiras, patentes - e não fraudulentas afirmações de administradores levianos da coisa pública: há hoje, no vilarejo praiano, 1.500 habitantes, contra os 700 de 1975; vastas áreas próximas ao complexo industrial-portuário, onde floresciam sítios de pequenos agricultores, que abasteciam o Recife de frutas (manga, sapoti, mangaba, caju, jaca, jumbo, cajá etc.), foram desapropriadas, a população removida e relocada em situações adversas e muito distintas das que ali experimentavam, com prejuízo do abastecimento do Recife; no distrito industrial, há uma fábrica de barcos - uma única e inexpressiva planta, das muitas que o ex-secretário Anchieta Hélcias jurava que seriam instaladas a partir de 1975; lá está também o parque de tancagem do Recife - e é só." (...)

"Lamentavelmente, o que se tem hoje é apenas a infra-estrutura do Projeto - um alicerce caro, dispendioso, exagerado. Sobre essa infra-estrutura não se processam atividades diretamente produtivas. A isso se chama investimento sem retorno - ou seja, trata-se de ação governamental que exorbita da competência que o mandato concedido pela população oferece. Que ele se faça com dinheiro de investidores privados que desejam correr riscos, tudo bem. Mas que seja o governo de um estado depauperado - onde os professores da rede pública passam necessidades, onde as crianças vão para a escola quase só para comer a benesse da merenda escolar, onde se mora mais em favelas ou invasões urbanas do que em espaços minimamente urbanizados - que faça o investimento, é ponto a justificar inquietação e chamamento para uma postura mais comprometida com o bem-estar humano. Tudo isso nós tentamos dizer em 1975, usando o apelo à lógica e à razão. Não deu certo. O Projeto foi tocado conforme o alvitre dos donos do poder."

## ANEXO E – Jornal Ambientalista do Nordeste



Fonte: Acervo da ASPAN. Jornal Ambientalista do Nordeste. Ano 1, v.1 capa (1986)

## ANEXO F – Representação da ASPAN no CONAMA

### CONAMA aprova manifestação da ASPAN

Relatório da participação da ASPAN na 9ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

A 9ª Reunião Ordinária do Conama realizou-se no dia 18 de Junho de 1986, em Brasília, sob a presidência do Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz. Estavam em pauta dois assuntos: alteração do Regimento Interno do CONAMA e alteração da Portaria GM 013/76, sobre a classificação dos corpos d'água do território nacional.

O primeiro item foi excluído de pauta por não ter sido assinado o decreto pelo Presidente da República, que permitiria ao futuro Regimento criar Comissões Permanentes.

Na ocasião, propuz que se divulgasse para os Conselheiros a minuta do decreto antes que ele seja assinado e interpelei o presidente do Conselho para saber se no decreto seria explicitada a composição do CONAMA. Tendo sido a resposta afirmativa, solicitei que após a divulgação dos termos da minuta fossem discutidos os critérios para a composição do Conselho.

Em seguida foi discutida e votada a Resolução que altera a Portaria GM 013, classificando-se as águas doces em cinco categorias (classes especial, 1, 2, 3, e 4), as águas salinas em duas categorias (clas-

ses 5 e 6) e as águas salobras em duas categorias (classes 7 e 8). Para cada classe são previstos os usos preponderantes e os requisitos mínimos de qualidade da água para permitir tais usos.

Na mesma reunião apresentei proposta de criação de uma Comissão Especial para receber sugestões dos Conselheiros sobre a questão ambiental na Constituição e elaborar documento à Assembleia Constituinte, sob a forma de manifestação do CONAMA. A proposta foi aprovada e a Comissão ficou assim constituída: José Pedro Costa (CONSEMA-SP), Marcelo Ipanema (FAMA-RJ) e Paulo Afonso Machado (SOBRADIMA).

No final da reunião foram aprovadas seis manifestações do CONAMA. Uma delas foi apresentada pela ASPAN, tendo sido aprovada por unanimidade, inclusive com aplausos da presidência e do Plenário.

A manifestação tem o seguinte teor: Considerando que o Decreto nº 92.185, de 20 de dezembro de 1985, só garante a proibição da caça comercial da baleia no Brasil pelo período de 5 anos a partir de 1 de janeiro de 1986.

Considerando que o próprio CONAMA já se posicionou por unanimidade durante a sua 3ª Reunião Extraordinária pela proibição definitiva da captura de quaisquer naturezas e de quaisquer espécies de baleia no litoral brasileiro.

Considerando que o Projeto de lei do Deputado Gastone Righi, que proíbe a caça dos nossos cetáceos, corre riscos de arquivamento no Senado Federal, embora já tenha sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

Considerando as recentes tentativas da empresa baleeira sediada em Costinha (PB), para recomençar a sua atividade de caça às baleias, sob a argumentação de "fins científicos".

Considerando que as pessoas que perderam o emprego temporário ou permanentemente devido à suspensão da caça precisam de novas ofertas de trabalho.

Considerando o interesse de várias empresas em se instalar na área e a existência de projetos alternativos de trabalhos comunitários que viabilizariam uma oferta muito maior de trabalho do que na situação anterior.

A Plenária do CONAMA vem manifestar ao Congresso Nacional, ao Governo Brasileiro e ao Governo da Paraíba, sua preocupação com o problema e se mostra a favor da suspensão definitiva da caça à baleia no Brasil e da viabilização urgente de atividades produtivas que garantam à população local o direito ao trabalho e a uma vida digna e saudável.

Ricardo Braga - Representante da ASPAN no CONAMA.

### OPINIÃO

## O Estado sem espírito

Uma das grandes dificuldades do movimento ecológico, quanto ao encaminhamento de soluções necessárias e urgentes para problemas pertinentes ao meio-ambiente, é sensibilizar as pessoas responsáveis, sejam os causadores dos problemas, sejam aqueles comprometidos com a preservação na área estatal, para que o mesmo não aconteça. É infelizmente, temos uma estrutura de Estado obsoleta, colonialista, partidária, burocratizada e atrasada em relação aos passos que caminha a sociedade e da própria legislação que regulariza o funcionamento de sua vida interna.

O Estado brasileiro ainda é aquele legado pelos portugueses, onde tudo funciona na base de troca de favores e cujo objetivo primordial é a proteção e manutenção dos interesses da classe dominante. Torna-se fácil verificar tal fato, observando os inúmeros casos de corrupção, omissão e toda ordem de falcatruas que permeiam sua estrutura e que não são totalmente esclarecidos e punidos.

O Estado teria como objetivo precípuo harmonizar os interesses de classe, defendendo e protegendo a igualdade de direitos e oportunidades, zelando pela preservação do bem-co-

mum.

Os órgãos estatais (federais, estaduais e municipais) fiscalizadores do uso do meio-ambiente e com poder de punir seus detratadores, praticamente não funcionam, corroídos pelas máquinas partidárias, pela inépcia, pelo empirismo, pelo burocratismo, omitindo informações de interesse ecológico, enganando o cidadão, tendo uma distância quilométrica entre seus objetivos e o fazer.

O que queremos é eficiência, responsabilidade, proibidade no trato do bem público e coletivo. Para tanto, além de todas nossas lutas ecológicas, temos a luta pela reformulação das estruturas estatais, juntamente com a transformação e mudanças também no poder judiciário, tornando-o independente

do poder central e executivo, desburocratizado a fim de atender os interesses sociais e coletivos, incluindo aí os do meio-ambiente.

O Estado Brasileiro está num dilema. Ou ele moderniza-se ou então implode, na impossibilidade de tratar problemas modernos com soluções modernas, e na sua dicotomia em relação à sua definição legal e sua praxis existencial. Desamar esta estrutura antiga, de repente começa por todas estas pequenas organizações ecológicas, movimentos populares e tudo aquilo que tira da autoridade o controle sobre o livre-arbítrio do cidadão e a impede de decidir sobre aquilo que não é seu.

Francisco Iglesias

Jornal  
Ambientalista

Responsabilidade:  
Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN)  
Associação Potiguar dos Amigos da Natureza (ASPOAN)  
Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN)  
Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ)  
Grupo de Recomposição Ambiental (GERMEM-BA)  
Grupo Curupira - PE

Grupo de Estudos de Agricultura Biológica-PE  
Movimento pela Vida e pela Paz (MOVIPAZ-PE)  
Coordenação: Ricardo Braga  
Participação: Manoelita Chiappetta, Severino Antero Pessoa, Francisco Iglesias, Paulo Frascinate, Eduardo, Sonja Cerne e Rossini Barreira.  
Produção: Equipe de Comunicação Sindical (ECOS)  
Endereço para correspondência: ASPAN - Rua de São Bento, 225 - Olinda - PE - Fone: (061) 429-1922  
Tiragem: 1.500 exemplares  
Impressão: Gráfica e Editora Apipucos

8 Jornal Ambientalista do Nordeste